

AGOSTO ■ SEETMBRO ■ OUTUBRO/2003 Nº70 R\$ 8,00

# Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Inácio Arruda  
Reforma Urbana

## Mobilização por desenvolvimento e emprego para unir o Brasil



ISSN 1415-7886 70  
9 771415 788005

Soberania e Desenvolvimento  
**Dilermando Toni**

Estado Nacional Ativo  
**Luciano Coutinho**

O FMI e as Condiçionalidades  
**Aldo Arantes**

# Princípios

Assine a revista que há mais de duas décadas defende o Brasil e o socialismo



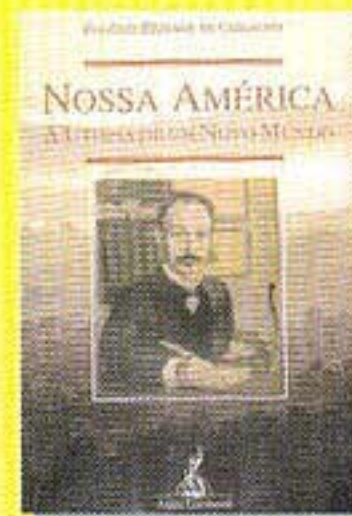
## PROMOÇÃO

Assine *Princípios* por dois anos (8 edições) e ganhe o livro *Nossa América: A Utopia de um Novo Mundo* e, também, uma camiseta bordada.

Na assinatura anual ou especial de *Princípios*, ganhe o livro *Nossa América: A Utopia de um Novo Mundo*.

*Nossa América:  
A Utopia de um Novo Mundo*  
Eugênio Rezende de Carvalho

Um meticuloso estudo da obra do intelectual e herói nacional cubano José Martí e seu projeto avançado para nosso continente.



Promoção válida até 31/10/2003

- Assinatura bienal (8 edições) a partir do nº \_\_\_\_\_ R\$ 55,00  
 Assinatura anual (4 edições) a partir do nº \_\_\_\_\_ R\$ 30,00  
 Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) a partir do nº \_\_\_\_\_ R\$ 45,00

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Fone \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_

### Forma de pagamento:

Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$ \_\_\_\_\_

Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante)

Cartão Credicard/Mastercard, Diners ou Visa \_\_\_\_\_ código de segurança \_\_\_\_\_

validade \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_ assinatura

# Mobilização nacional pelo desenvolvimento

**N**enhum país conseguiu realizar mudanças e auferir conquistas sem a mobilização de seu povo. Transcorridos oito meses do governo Lula, mais do que nunca os brasileiros devem ter em mente esta lição da história. Sendo este governo também filho de suas lutas, os trabalhadores em conjunto com outros segmentos da nação precisam exercer o papel de protagonistas para que o programa de mudanças se torne realidade.

Apesar dos negativos condicionantes externos e internos, de erros e acertos, da linha sinuosa que descreve, visto que sua dinâmica tem sido regida pelo conflito entre a mudança e o continuísmo, o governo continua a ter a confiança da nação. O que se vê nas ruas, nos locais de trabalho, nos lares e nas pesquisas de opinião confirmam que a esperança despertada pela vitória de 2002 mantém-se acesa.

Este apoio vem do fato de que embora marcado por dualidades, contradições, avanços e recuos, fenômenos decorrentes da correlação de forças e do período de transição em que vive, o governo, sob a chefia do presidente Lula e do núcleo mais compacto que o cerca, reafirma a todo instante o compromisso com a mudança e empreende enorme esforço para direcionar o país no rumo da soberania, do desenvolvimento e da justiça social.

Contudo, a esperança e a confiança esbarram numa realidade ainda muito adversa. Os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento Intersindical de Estudos Sociais e Econômicos (Dieese), que aferem a situação da economia real, bem demonstram este quadro negativo. É claro que tal estatística, em grande medida, é decorrente do efeito cumulativo do desastre que foram as duas décadas anteriores – sobretudo, a última –, pilotada pelo neoliberalismo do PSDB e do PFL.

Pelos dados daqueles institutos, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não deve passar do nanico índice de 1,5% em 2003. A indústria encontra-se tecnicamente em recessão, uma vez que nos dois últimos trimestres registrou percentual negativo. O desemprego continua com uma taxa muito alta, 12,8% da população economicamente ativa. A renda média do trabalhador caiu 16,4% no mês passado, em relação a julho de 2002. Por sua vez, as vendas no comércio recuaram 5,37 em junho.

Evidentemente este quadro recessivo rebaixa ainda mais a qualidade de vida do povo, agravando seu sofrimento – o que provoca descontentamento popular e desgasta a autoridade política do governo.

Consciente da necessidade imediata de reverter este quadro, o presidente Lula e o chamado núcleo duro de seu governo, depois de vencido o difícil desafio de retirar o país da situação de pré-insolvência financeira que herdou de FHC, depois “de arrumada a casa,” adotam um conjunto de medidas com o objetivo de que a economia do país volte a crescer.

Em agosto, o corte de 2,5% na taxa básica de juros, a Selic, que caiu de 24,5% para 22%, obteve ampla receptividade nos diferentes pólos da sociedade, dos trabalhadores aos empresários. Este aplauso vem do fato de a queda da taxa de juros aquecer a economia e liberar investimentos e, por conseguinte, alavancar a retomada do crescimento econômico. Essa medida não é um fato isolado. Agrega-se a outras, tais como o programa de investimentos em obras de infra-estrutura, as linhas de micro crédito, o apoio à reforma agrária e agricultura familiar, ostensivos esforços visando à inclusão social e à política ativa de recompor o Mercosul e de diversificar as relações comerciais do país.

Soma-se a isso, ainda, a postura ativa do governo brasileiro em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O próprio presidente da República afirmou que tendo o Brasil conquistado credibilidade e equilíbrio financeiro, não se apresenta como imperativa a renovação do acordo com o Fundo Monetário Internacional. “Pela lógica, o Brasil não precisa renovar o acordo. Assinar ou não um novo acordo depende de vontade do governo, do acordo em si e das condições que forem negociadas.”

Mas, nos marcos da atual globalização imperialista que rege o mundo e sob a qual obviamente encontra-se o Brasil, o projeto almejado, de levar o país a conhecer um novo ciclo de crescimento via um modelo de desenvolvimento auto-sustentado, é uma meta arrojada contra a qual agem os poderosos interesses do capital financeiro.

Para dobrar a resistência desses setores das classes dominantes que se locupletam com o atual modelo vigente, impõe-se uma união nacional, uma mobilização de amplos setores da nação, em prol do desenvolvimento e da justiça social.

**Comissão Editorial**

## Brasil

### União pelo desenvolvimento, emprego e valorização do trabalho

*Ao povo brasileiro e aos trabalhadores interessa neste momento a retomada dos investimentos produtivos e construir o caminho para a melhoria das condições de vida.*  
Partido Comunista do Brasil **pág. 6**

### Crescimento e desenvolvimento dependem de Estado nacional ativo

*Entrevista com o economista Luciano Coutinho.*  
José Carlos Ruy, A. Sérgio Barroso e Edvar Luiz Bonotto **pág. 12**

### O FMI e a soberania nacional

*Na véspera de o Brasil discutir a renovação ou não do acordo com o Fundo, as condicionalidades estruturais devem ser denunciadas.*  
Aldo Arantes **pág. 19**



Luciano Coutinho.



### Lições da experiência neoliberal: Brasil, Argentina e México

*A década de 90 deixou um legado de destruição nacional e desemprego no continente.*  
Renildo Souza **pág. 28**

### A questão nacional e o governo Lula

*O enfrentamento dos problemas da soberania nacional é condição para abrir caminho a um novo ciclo de desenvolvimento econômico.*  
Dilermando Toni **pág. 35**

# Questão urbana

## Reforma urbana e desenvolvimento

*A solução para os principais problemas das cidades brasileiras depende de um novo rumo dos destinos do país.*

Inácio Arruda

pág. 43



### Reflexões sobre o governo Allende – estudar o passado para construir o futuro

*O governo progressista no Chile e o golpe fascista de 11 de setembro de 1973.*

Marta Harnecker

pág. 59

## Internacional

### Capital financeiro, desenvolvimento e desafios da nova política externa brasileira

*Em meio a grandes restrições financeiras, na área das relações exteriores e integração sul-americana ocorreram grandes avanços com o governo Lula.*

A. Sérgio Barroso

pág. 54

### Os movimentos contra a guerra e a globalização capitalista

*Declarações do encontro ocorrido em Atenas (Grécia) e que reuniu dezenas de Partidos Comunistas de todo o mundo.*

Partidos Comunistas da Grécia, Brasil, Cuba, Índia, Vietnã e Espanha

pág. 66

## Cultura

### Políticas públicas culturais

*O Estado tem o dever de promover a cultura e incluir as massas.*

Eduardo Bonfim

pág. 78

### Resenhas

pág. 80

### Cartas dos Leitores

pág. 82

Capa: Flávio Nigro



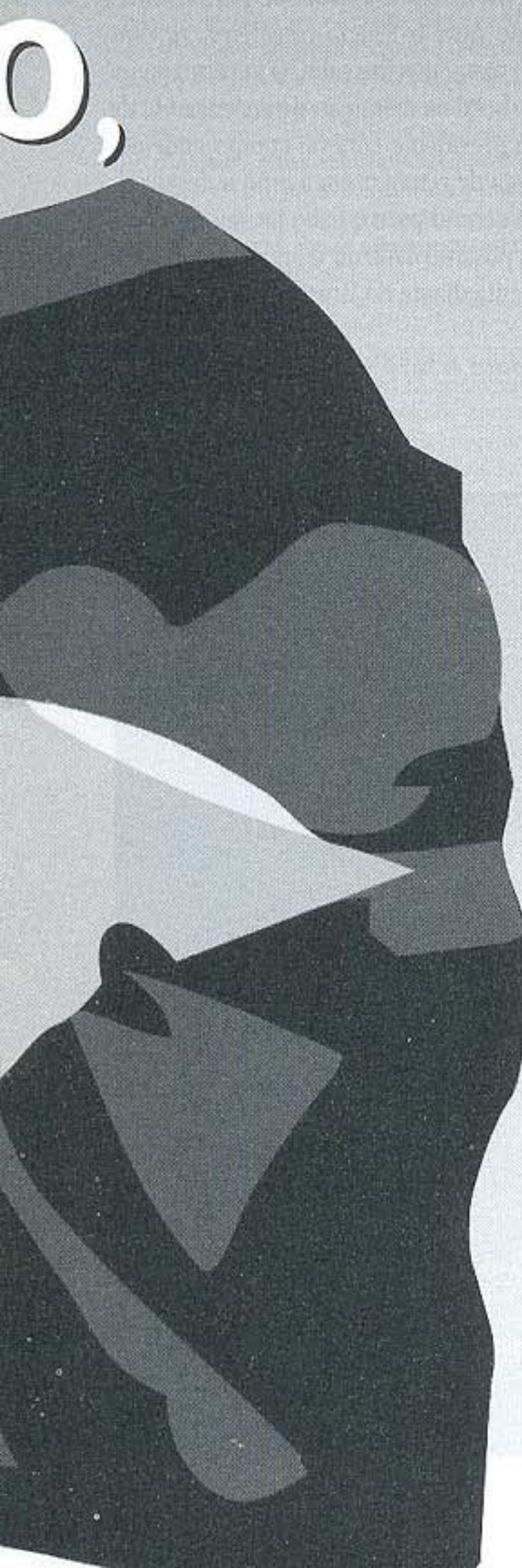
# UNIÃO

pelelo  
desenvolvimento  
emprego  
e valorização do

Partido Comunista do Brasil

# trabalho





*O PCdoB oferece ao governo, que tem a participação dos comunistas, e aos diversos setores sociais e políticos da base de sua sustentação alguns elementos para reflexão e ação. Esta hora requer um enorme esforço comum visando construir uma ampla unidade nacional em torno da liderança do presidente Lula, pela consecução de um projeto nacional de desenvolvimento, com geração de empregos, distribuição de renda e ampliação da democracia*

**V**encida a fase dos meses de instalação do governo Lula, o debate sobre os novos rumos que o país deve seguir toma conta da sociedade brasileira. A chegada ao governo da coalizão vitoriosa se deu concomitantemente com o afastamento do perigo de um iminente desastre cambial e financeiro da época da campanha eleitoral que poderia provocar a insolvência do país e enormes dificuldades políticas ao governo recém instalado. Acontece que, se foi possível contornar aquela crise ao se dar continuidade à política econômica ortodoxa, isso gerou os resultados que já se previra. A variação do PIB mostra uma tendência à recessão. Chega-se ao paradoxo de parte considerável do dinheiro disponível nas instituições de fomento não encontrar ainda aplicação produtiva.

O Partido Comunista do Brasil, com a responsabilidade de força integrante do governo Lula, tem debatido intensamente essa situação e agora oferece para o debate o documento *União pelo desenvolvimento, emprego e valorização do trabalho*, aprovado pela Comissão Política do Comitê Central no início de Agosto. A intenção dos comunistas é clara. Não se trata de dobrar-se à semi-paralizia dos últimos anos que levaria ao aprofundamento dos impasses, mas de procurar os caminhos para um novo modelo que possibilite a retomada do desenvolvimento contínuo, com alta performance, que gere empregos, distribua renda, que esteja baseado sobretudo na poupança e no investimento internos, ou seja, uma outra política macroeconômica. Ao mesmo tempo, o PCdoB preocupa-se e procura levar em conta a correlação de forças políticas do quadro em que se dá a luta pela consecução de uma nova política econômica.

Passados estes oito meses pode-se dizer que há quase um consenso nacional pela retomada do desenvolvimento. Entretanto, quando se passa do discurso para a adoção de políticas, diretrizes e práticas que permitam o destravamento dos investimentos, as coisas não se mostram tão fáceis.

Na realidade são dois caminhos opostos, reflexos de interesses bem diferentes.

Forma-se uma espécie de coro conservador-continuista, de que tudo está certo, que não há outra orientação macroeconômica a ser seguida, senão melhorar a eficiência da atual que encontra apoio em setores do governo. Setores rentistas e representantes de grandes empresas transnacionais, que encheram as burras até hoje, não hesitam em requestrar argumentos alarmistas de que não há clima e garantias suficientes para que se possa investir no país. Colocam no alvo os chefes das pastas das Comunicações, das Minas e Energia e do BNDES e as novas políticas por eles pretendidas, que questionam os absurdos privilégios concedidos à época das privatizações do governo FHC e preconizam a retomada do crescimento. Em palavras são contra a inflação, mas não admitem que se desindexe os preços da telefonia e da energia do dólar, ironicamente chamados de "preços públicos". Defendem com unhas e dentes a imunidade das Agências Reguladoras, a autonomia do Banco Central e fazem um verdadeiro alarde quanto à "desordem provocada pelo MST". Pretendem participar

das discussões sobre o desenvolvimento nacional sem abrir mão, porém das altíssimas taxas de juros reais com as quais o Estado alimenta o parasitismo deles. Para estes rentistas aliás, o Estado não teria outro papel senão o de assegurar o pagamento de dívidas e juros.

Na opinião do PCdoB os anseios de mudança que levaram Lula à Presidência estão agora mais fortes. Partem de todos os lados, dos trabalhadores da cidade e do campo, dos setores médios, dos empresários do capital produtivo que, juntos, formam a ampla maioria da nação. Envolvem um novo projeto de nação, soberano democrático e desenvolvimentista, voltado para os interesses populares, no qual o Estado brasileiro, recomposto, possa jogar o papel que lhe cabe. O governo passa por um momento crucial na definição de uma agenda de desenvolvimento. O presidente Lula vai compreendendo que a escolha política de retomar em tempo o desenvolvimento é elemento central para o êxito de seu governo. Só desta forma será possível usufruir a oportunidade histórica que se apresenta diante do Brasil.

**Renato Rabelo** é Presidente do Partido Comunista do Brasil

*Renato Rabelo: definir uma agenda de desenvolvimento.*





**N**o sétimo mês do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o curso dos acontecimentos no país adquiriu uma nova dinâmica cujos componentes centrais poderiam ser assim alinhados: certo crescimento da luta popular, maior atividade dos setores conservadores que procuram se reorganizar e retração da economia nacional.

Reflexo da crise social que vive o Brasil, com a existência do novo governo de liberdade política é natural que cresçam a organização e o movimento popular por sentidas e antigas reivindicações por terra e moradia. Diante do crescimento da luta popular, setores da classe dominante, seus representantes e grande parte da mídia procuram transmitir uma versão alarmista dos fatos, a fim de forjar um clima de guerra social e instabilidade política, exigindo que o governo trate a questão social à *manu militari*. Numa nítida tentativa de consolidar o continuísmo, ganha corpo uma linha editorial sincrônica e petulante, voltada para a cobrança permanente no sentido de que o governo prove e comprove que “os contratos e a lei serão respeitados”, e de que a insurgência do movimento social e o “recuo” na reforma da Previdência afasta os investidores do país. A oposição conservadora, em formação, procura explorar a situação em desenvolvimento, tentando cunhar a idéia provocadora de que o governo é inseguro e inconfiável, tentando desacreditá-lo.

Tudo isto se desenrola tendo como pano de fundo a queda acentuada do nível de atividade econômica, do consumo e da renda em nosso país, caminhando para um quadro de recessão. O desemprego atingiu patamares inéditos. Aumentam as falências e a inadimplência. A utilização da capacidade instalada da indústria retrocedeu aos patamares de 1999, as expectativas de crescimento econômico neste ano estão sendo reduzidas e é prevista uma desaceleração da marcha das exportações. Cresce um clamor entre os empresários para que se adotem medidas de emergência que ativem a economia; os sindicatos e a massa operária da indústria se mobilizam em grandes atos para garantir seus empregos ameaçados.

No âmbito mundial, acentua-se a tendência a uma recessão sincrônica nos três grandes centros do capitalismo – Estados Unidos, Europa e Japão –, restringindo o efeito expansivo das exportações e dos investimentos diretos nos países periféricos. Persistem as ameaças guerreiras da potência hegemônica, mantendo uma situação de incertezas e instabilidade. Essa realidade, no seu conjunto, demonstra um quadro de certa gravidade, que pode transbordar mais intensamente para o plano político.

O governo Lula, quando assumiu no primeiro dia deste ano, teve de enfrentar grave crise conjuntural, acentuada desde 2001 – produto de profunda crise estrutural e de incertezas externas –, que exigiu soluções emergenciais para conter a iminência de insolvência do país e a escalada inflacionária em marcha. Conseguiu êxito neste propósito permitindo a formação das condições de governabilidade.

A saída encontrada pelo novo governo, diante das contingências e dos condicionamentos impostos pelo terceiro acordo vigente com o FMI foi manter a política monetarista ortodoxa predominante.

O governo herdou uma situação resultante de um efeito cumulativo das décadas, “perdida” e “desperdiçada”, respectivamente, de 1980 e 1990. Sobretudo nos dois períodos de governo de Fernando Henrique, a dívida pública e o

passivo externo galgaram enorme progressão, levando o país a forte vulnerabilidade externa, acompanhada do predomínio da estagnação econômica e conseqüente crescimento do desemprego aberto, do trabalho informal, da diminuição da renda média da maioria dos assalariados e da expansão da marginalização social.

Mas, como foi acentuado na Resolução Política da 9ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil essa orientação econômica não deve ter uma função permanente. Exige, mesmo que num processo gradativo, um redirecionamento para a mudança. A persistência de uma política macroeconômica objetivando metas de inflação muito rigorosas para o padrão da economia nacional, sustentada na manutenção de juros muito elevados, pesados superávits fiscais primários e ao capricho de um câmbio livre que sobrevaloriza o Real, visto que aplicada a uma realidade resultante de efeitos cumulativos de um desenvolvimento contido, vem provocando acentuada desaceleração econômica, agravando ainda mais a crise social vivida pelo país. Neste momento, são muitos os que se juntam em afirmar que, para combater a inflação, não se pode matar o paciente; ou seja, o efeito colateral é devastador para a economia real. Empresários chegam a afirmar que a política monetária adotada é muito rígida e que estamos caindo na mesma armadilha passada de juros altos e câmbio valorizado.

### A escolha política

O desafio primordial é a transição para um novo modelo de desenvolvimento soberano, crescente e duradouro,

O desafio é a transição para um novo modelo econômico.

com geração de empregos e distribuição de renda – compromisso essencial do governo Lula e das forças que o sustentam. Entretanto, nas condições contemporâneas da ordem mundial, do sistema econômico dominante e dos impasses históricos brasileiros, esta é uma missão árdua, prolongada e que requer nitidez dos objetivos pretendidos e persistência para cumprir esse compromisso, que é a razão de ser do novo governo. Encontramo-nos no começo da caminhada de quatro anos, um tempo relativamente curto.

Buscam-se, no momento, os meios e as formas de realizar grandes investimentos em infra-estrutura e nas chamadas áreas sociais; coloca-se em discussão o Plano Plurianual (PPA) para definição do planejamento estratégico; procuram-se novos mercados para ampliar as exportações; define-se um novo modelo energético, reforçando o papel do Estado; recompõe-se o papel desenvolvimentista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); reconstrói-se a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); lança-se um Programa de Desenvolvimento sustentável para a Amazônia; estabelecem-se vários programas sociais e um plano de assentamento na terra de 60 mil famílias em um ano; obtém-se certo êxito na inserção internacional do Brasil e se reconstróem os marcos iniciais de uma política externa soberana; investe-se na democratização da relação do governo com a sociedade, com a formação de conselhos de discussão estratégica e temática.

Porém, essa realidade de múltipla ação governamental, exige um fio condutor político claro em relação a uma estratégia de desenvolvimento atual, que comporia um Projeto Nacional. A difícil recuperação do desenvolvimento econômico não se dá de forma espontânea, conforme mostra nossa história recente, considerando-se os exemplos desenvolvimentistas percorridos pelos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. A retomada do desenvolvimento, com seu norte na transformação social, requer, hoje como

rio. Isso não significa que se vá desconsiderar as leis objetivas da economia e deixar de buscar as soluções técnicas compatíveis. Mas a solução é antes de tudo política e não técnica.

### **Destravar o investimento produtivo**

A situação vai exigindo a opção do caminho para o desenvolvimento, tendo por base os interesses nacionais e do povo brasileiro. As potencialidades produtivas, os graves problemas sociais e o fortalecimento democrático exigem um novo modelo, com expressivo desenvolvimento econômico, geração de emprego e distribuição de renda. A implantação desse modelo requer uma política econômica, por um lado, com autonomia nacional – em vez dos constrangimentos impostos pelos mercados financeiros internacionais e pelas condicionalidades do FMI – e, por outro, com foco no desenvolvimento econômico e social, em vez do exclusivismo no combate inflacionário. Em vários países asiáticos, assim como em outras partes do mundo, os exemplos indicam que a clareza da orientação econômica decorre de uma concepção política acerca de um projeto nacional de desenvolvimento.

**A** questão-chave da deflagração e sustentação do novo ciclo de desenvolvimento é o investimento. Esta é a variável principal na dinâmica macroeconômica e sua dimensão depende principalmente do mercado interno. Por isso, o nó da questão está na necessidade de destravar o investimento produtivo relativamente bloqueado nestes últimos 20 anos. A partir da retomada da atividade produtiva, é preciso desenvolver um movimento da economia para que a taxa de investimento avance, indo dos atuais 18% do Produto Interno Bruto para cerca de 25% do PIB. Na dinâmica econômica a própria poupança, ora tão discutida, é consequência do investimento e expansão do nível de atividade.

Nestes termos, para que não se limite à mera recomposição provisória do consumo e de crescimento da capacidade produtiva instalada, e para não se cair na marcha do *stop and go* dos últimos anos, é preciso que o ritmo elevado do investimento conduza a economia para a trajetória do alto crescimento de médio e longo prazos.

Para destravar o investimento neste momento, o Estado tem um papel insubstituível, com obras (estradas, portos, energia etc.) e projetos sociais (educação, saúde), gerando novas condições de dinamismo e expectativas, possibilitando novas oportunidades econômicas, esti-

## **A questão-chave da deflagração e sustentação do novo ciclo de desenvolvimento é o investimento.**

antes, escolha política, com suas consequências expressas em interesses concretos beneficiados ou contrariados. Como afirma, de forma fundamentada, Celso Furtado, a decisão econômica é antes de tudo política — é esta que dirige a economia, não o contrá-

mulando o investimento privado. Em vez dos limitados R\$ 7 bilhões de investimentos públicos no orçamento deste ano, há que se levar avante, por exemplo, o plano de investimentos pesados, elaborado pelo BNDES a pedido do presidente Lula. Os gastos em habitação popular e saneamento favorecem a retomada do crescimento econômico e se voltam para os interesses sociais, em resposta à grave situação de marginalização.

**D**entro desta perspectiva de destravar o investimento produtivo, torna-se questão política relevante o relacionamento do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com base nos interesses soberanos do país, inclusive preservando a autonomia em se estabelecer uma política econômica nacional, já que o atual acordo expira no final deste ano. O presidente do BNDES afirma que o plano de investimento pesado em infra-estrutura, da ordem de R\$ 400 bilhões, estará ameaçado se não se reverter a exigência do Fundo de classificar investimentos do Estado e das empresas estatais na rubrica de despesas.

### União pelo desenvolvimento e emprego

Acumulam-se as condições gerais e a ampla convergência social para o redirecionamento da política econômica, voltada para o desenvolvimento, que tenha como objetivo central o crescimento da economia.

Primeiro, o movimento social vai adquirindo envergadura, colocando em ação importante força motriz das organizações dos trabalhadores e populares, exigindo, na sua peleja, emprego, terra e moradia. A luta pela reforma agrária alcança maior dimensão visando ao direito democrático do acesso à terra para uma grande massa sem perspectiva e que nela quer trabalhar.

Segundo, neste momento, tal situação se liga com a reivindicação dos empresários, em todos os níveis que, diante da contenção da expansão produtiva, exigem a retomada, desde já, do desenvolvimento econômico, propondo, para isso, a formação de parceria entre governo, empresários e trabalhadores.

Terceiro, esse somatório de interesses pode dar origem a um movimento pela soberania, desenvolvimento e empregos em torno da adoção de medidas macroeconômicas expansionistas, que pode confluir para o seguinte:

**1) Para reduzir a vulnerabilidade externa:** a) restrição às atividades especulativas e controle das contas CC-5, evitando instabilidades cambiais, as repercussões inflacionárias e preservando a autonomia da política de juros; b) câmbio que previna inflações doméstica e internacional e ajude o superávit da balan-

ça comercial; c) diminuição da dívida externa, política de elevação e defesa das reservas internacionais; d) integração com a América do Sul e ampliação e diversificação do comércio (Mercosul e Pacto Andino), busca de acordos com a China, Índia, Rússia, África do Sul etc.; e) atração do investimento direto, vinculado a metas de exportação e de nacionalização do conteúdo dos produtos.

**2) Para retomar e sustentar o crescimento econômico e gerar emprego:** a) redução acelerada da taxa Selic (alcançar taxa de juros reais em torno de 6% a 8%); b) redução do depósito compulsório sobre os depósitos bancários e do *spread* bancário; c) acesso e direcionamento do crédito para o financiamento da produção de longo prazo; d) participação ativa dos bancos públicos na nova política de crédito; e) aproveitamento da atual reforma tributária para introdução de forte desoneração dos investimentos produtivos e das exportações; f) recuperação do poder aquisitivo dos salários, redução da jornada de trabalho, implementação da reforma agrária; g) adoção de política ativa que propicie um novo patamar de desenvolvimento industrial; h) ênfase ao desenvolvimento científico e tecnológico.

**3) Para assegurar a estabilidade:** a) redução da dívida pública em relação ao PIB, com base na redução da taxa de juros e no crescimento econômico; b) em relação à dívida interna, buscar desindexá-la ao dólar, prefixando-a e alongando seus prazos; c) combate à inflação, elevando a oferta de produtos, evitando os choques de desvalorização cambial, revisando contratos de preços administrados, proibindo a indexação de preços.

Estas são as propostas que o Partido Comunista do Brasil oferece ao governo, que tem a participação dos comunistas, e aos diversos setores sociais e políticos da base de sua sustentação. Esta hora requer um enorme esforço comum, contribuindo para uma ampla unidade nacional em torno da liderança do presidente Lula, pela consecução de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, com geração de empregos, distribuição de renda e ampliação da democracia. 🍷

Este documento foi aprovado pela **Comissão Política do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil**. São Paulo, 9 de agosto de 2003.

Acumulam-se condições para redirecionar a política econômica com a retomada do crescimento.

# CRESCIMENTO & DESENVOLVIMENTO dependem de ESTADO NACIONAL ativo

José Carlos Ruy,  
A. Sérgio Barroso e Edvar Luiz Bonotto



Fotos: Gisela Gutarra

*O professor Luciano Coutinho é titular do Instituto de Economia da Unicamp, PhD em Economia pela Universidade de Cornell (EUA), foi Secretário-Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia de 1985 a 1988. Especialista em economia industrial e internacional, coordenou a maior avaliação já realizada sobre a competitividade da indústria brasileira. Aqui ele fala à Príncipios sobre alguns dos principais problemas da economia brasileira*

**No quadro mundial, em que pese uma certa competição entre Estados Unidos, Ásia e Europa, é possível esboçar tendências do atual ciclo de estagnação nas principais economias do capitalismo central? Mesmo sabendo do tamanho e importância da economia dos EUA, inúmeros analistas afirmam o seu declínio, vis-à-vis ao desempenho asiático (China, etc.) e o potencial dos futuros 25 países da União Européia. Como o senhor vê a questão?**

**Luciano Coutinho** – Deixando um pouco à parte a discussão sobre a China, o núcleo da economia mundial em termos de peso econômico ainda está centrado nos Estados Unidos, a principal economia individual do planeta – aproximadamente 30% da economia mundial. A União Européia, em processo de unificação, representa um outro pólo importante, equivalente, em termos de PIB e comércio, aos Estados Unidos – se somarmos a zona Euro unificada.

Esses dois conjuntos econômicos estão em processo de ressaca depois de um ciclo muito vigoroso de crescimento nos anos 90. Particularmente na economia norte-americana, foram oito anos consecutivos de crescimento com o *boom* das tecnologias de informação, em que a revolução tecnológica, o progresso, abriu fronteiras novas de acumulação de capital e provocou um endividamento generalizado – e investimento generalizado. Hoje, temos uma situação em que há um excesso de capacidade produtiva – é grande o número dos setores da indústria em desserviço nos Estados Unidos –, e também um problema de endividamento excessivo, de alavancagem excessiva em vários setores. Esse processo está em “digestão”, em reorganização. Não é por outra razão que a autoridade monetária norte-americana tem os juros extremamente baixos e muita liquidez para facilitar a rolagem dessas dívidas e dessas alavancagens, e, ao mesmo tempo, sustentar o consumo – por meio de outras medidas, em especial através dos gastos públicos e dos gastos milita-

res – para manter a economia flutuando, impedindo que entre em um processo de recessão. Claro que haverá um tempo para que esse processo de digestão se complete. Não é possível ainda prognosticar uma recuperação do crescimento mundial mesmo em 2004. É difícil que ocorra uma recuperação sustentada do crescimento norte-americano. Talvez esse processo possa vir após 2004.

A Europa também se encontra num quadro similar, com uma certa estagnação, tendo, porém, uma política monetária mais conservadora em função de seu processo de unificação. O preço que se está pagando para se criar uma moeda comum é a necessidade de se fortalecer a credibilidade nessa moeda e de se homogeneizar uma área monetária muito heterogênea, o que faz com que a política monetária européia seja menos ousada, e também por que os compromissos firmados em Maastrich impedem que os estados façam déficits de grande escala. A Europa, portanto, vê-se em parte pagando um preço para se livrar da tirania do dólar criando sua própria moeda, mas por outro lado manietada pelas próprias regras necessárias para consolidar sua credibilidade.

Então, é complexo o quadro mundial. Um quadro ainda de dificuldades e que deve se prolongar por vários meses. Mesmo em 2004 não vejo perspectiva de uma recuperação muito sólida.

O Japão, por sua vez, vem de uma longa estagnação desde o início dos anos 90. Houve uma pequena recuperação em meados dessa década, mas depois a economia japonesa caiu de novo em recessão, num processo de deflação. Houve excessivo endividamento do setor privado, e graves problemas dentro do sistema bancário. Esses fatores impedem uma recuperação da economia japonesa, e o processo de solução dessas pendências no Japão tende a ser bastante lento. Isso, portanto, exclui também o Japão de ser um vetor com capacidade de auxiliar a recuperação mundial. O Japão tem sido, na verdade, um peso morto e a perspectiva

é que continue assim dentro do quadro global.

Assim, o quadro mundial é ainda pouco alvissareiro em matéria de crescimento econômico – embora como no capitalismo o ciclo econômico é sempre intrinsecamente uma sucessão de períodos de euforia depois de períodos de concentração e de digestão, é previsível que venha uma recuperação. Até porque existem fatores de progresso tecnológico muito poderosos que estão sendo amadurecidos e que darão, adiante, curso a uma nova onda de avanços tecnológicos, de abertura de novas fronteiras de acumulação de capital. Isso seria uma previsão possível para 2005 ou 2006.

Agora, com relação à China, este país teve um extraordinário desempenho nos anos 90. Ela quintuplicou seu peso no comércio mundial, tem hoje enorme superávit e uma posição absolutamente especial que é capacidade de crescer mesmo no período adverso. Essa capacidade advém do fato de a China ter um projeto nacional muito bem estruturado, sob a coordenação do Estado chinês. Pode-se criticar vários aspectos de eventuais inconsistências, mas o fato é que esse projeto tem funcionado de maneira muito evidente ao longo dos últimos vinte anos – rápido crescimento com desenvolvimento produtivo e tecnológico. A China possui uma gestão muito pragmática, tendo construindo zonas de exportação, atraído capitais e ao mesmo tempo condicionado a presença dos capitais a processos locais de aprendizado, de transferência de tecnologias, de amadurecimento tecnológico próprio. Os chineses aproveitaram as oportunidades de mercado nos anos 90 e aumentaram muito suas exportações com um conjunto muito grande de produtos – incluindo produtos e bens de tecnologia sofisticada. A China tem hoje exportações na área de equipamentos de telecomunicações, materiais e equipamentos eletrônicos, o que não tinha há apenas cinco anos atrás. Isso foi feito a partir de estratégias muito bem focadas. Além disso a China tem uma taxa de câmbio muito estimulante – deliberadamente sub-valorizada e estimulante para a exportação. A medida disso é que se compararmos o PIB chinês com o poder de compra da população, ele, que é o segundo do mundo, ao ser dividido pela taxa de câmbio do país, cai para oitavo. A taxa de câmbio é tão subvalorizada que subestima relativamente o PIB local. Mas isso faz parte de uma estratégia: ter uma taxa de câmbio extremamente estimulante para a exportação e para a produção doméstica além de ter um controle sobre todas as contas cambiais. A China se notabiliza também por ter um balanço de pagamentos extremamente robusto e por ter reservas externas de quase 300 bilhões de dólares, que lhe dão um colchão de resistência a crises cambiais. É, portanto, uma economia de baixíssima vulnerabilidade e que combina por um lado uma capacidade competitiva externa de ganhar mercados no exterior

mesmo que a economia mundial não esteja indo muito bem, e, por outro, a sustentação de dinamismo do mercado interno. Essas duas coisas, compostas, dão uma taxa de crescimento do PIB que tem se mantido em 7% ano, apesar da crise e dificuldades mundiais.

O caso chinês é notável e singular pois poucas economias têm tido esse desempenho. A Coreia do Sul teve boa performance, mas em meados dos anos 90 aderiu à liberalização financeira, permitiu endividamento de curto prazo, teve de passar por uma crise aguda, depois se recuperou... mas a Coreia é uma economia de base exportadora mais vulnerável que a China. A Rússia, economia que tem tido bom desempenho nos últimos cinco anos, beneficiou-se da crise do petróleo e está hoje numa situação confortável em seu balanço de pagamentos.

O curioso é o seguinte: os países que têm projeto nacional e um Estado nacional capaz de articular a relação com o exterior de uma maneira autônoma asseguram uma certa margem de manobra para a soberania de suas políticas, e isso faz diferença para o desempenho econômico.

Se a China consegue sustentar esse desempenho econômico ao longo das próximas décadas, ela virá a ter um peso relevante na economia mundial e deslocará o eixo econômico mundial mais para a Ásia – pois, além da China, já tem o Japão e as várias economias dos Tigres. Isso criaria um pólo mundial de poder econômico e de gravitação econômica na Ásia. Essa é uma tendência reconhecida hoje pelos analistas estratégicos que prevêem isso para as próximas duas décadas.

**Ao voltar a atenção para o nosso país, as diretrizes iniciais de política econômica do governo Lula vêm sendo fortemente criticadas. Tal política era necessária ou o tamanho da “pancada”, os efeitos de violenta contração (altíssimas taxas de juros, superávit fiscal de 5,41% do PIB no semestre) poderiam ser evitados?**

**Luciano Coutinho** – Essa política foi necessária, porque o governo Lula herdou o Brasil inteiramente quebrado, sob aguda crise cambial. Assim havia duas alternativas. Uma radical, de fechar o país e ir para o confronto para o qual não havia condições de sustentação, o que seria equivocado por provocar efeitos traumáticos de longo prazo na relação entre o país e o sistema internacional. A opção tomada foi a possível, e indispensável, feita com eficiência dentro do quadro de políticas que se colocavam como paradigma. O momento mais grave da crise foi ultrapassado. O impacto da desvalorização do câmbio sobre a inflação do ano passado foi contornado. A inflação foi derrubada e, até mesmo, está em uma trajetória preocupante de deflação. A debilidade das contas

externas não foi totalmente superada, mas o processo está em curso. Ainda não é possível dispensar inteiramente algum acerto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2004. Isso porque o superávit que devemos fazer neste ano, de 17 a 18 bilhões de dólares não será suficiente (tanto para pagar os encargos normais que o país já acumulou, como também os empréstimos do FMI feitos em 2001 e 2002 pelo governo Fernando Henrique e que são de curto prazo). Para termos maior grau de manobra, teríamos de ter um superávit muito maior. Por isso se torna necessário reiterar esse superávit por vários anos. Em 2004 é essencial que sustentemos outro grande superávit de tal forma a ir fortalecendo a posição cambial brasileira. Saímos da UTI, mas ainda estamos convalescendo da crise.

Entendo que essa política ortodoxa deva ser encarada como uma etapa transitória – como se fosse um movimento tático – para criar condições para uma estratégia de crescimento em torno de um projeto nacional de desenvolvimento consistente, cuja premissa essencial é fortalecer as contas externas brasileiras e a posição de reservas do país. Um país que continua dependente dos mercados, que possui uma dívida muito grande, que não consegue pagar, que depende de novos refinanciamentos... fica vulnerável aos rumores e vaivéns dos mercados. Assim, a construção de um balanço de pagamentos robusto e a manutenção de um superávit comercial forte durante vários anos fazem parte de um caminho inescapável se se deseja reconstruir a autonomia e soberania nacionais sobre o processo de crescimento econômico.

A falta de clareza a respeito disso seria fatal para o governo. Não acho que falte clareza ao governo atual, muito embora em certos segmentos da área econômica persista a visão herdada do governo anterior – mesmo porque certas cabeças persistiram na focalização da disciplina fiscal como o único caminho que asseguraria a autonomia do país.

Hoje o Brasil já tem duas condições básicas: inflação dominada e regime fiscal forte. Esse último fator decorre de o Estado brasileiro ter uma eficácia de arrecadação de receita e capacidade de imposição tributária, o que é um elemento de seu fortalecimento. Nosso regime fiscal está sendo fortalecido pela reforma da Previdência, que reforçará a sanidade fiscal de longo prazo do Estado. Essas duas condições são bases importantes para um novo ciclo de crescimento. Falta o terceiro pilar, essencial, que é justamente o robustecimento das contas externas. Vejo esse processo em curso, mas ainda há carência de uma estratégia clara, eficazmente articulada e coerentemente orquestrada a partir da política de governo. Portanto, para escaparmos de um movimento tático transitório para uma consistente estratégia

de longo prazo é preciso construir as bases para uma política firme de competitividade do setor produtivo brasileiro.

Necessitamos em médio e longo prazos que a competitividade e desenvolvimento industrial avancem e que o Brasil vá transitando de forma realista em direção a uma nova pauta de exportação. Que a estrutura industrial brasileira possa se reestruturar numa direção contemporânea e possa recuperar o atraso a que foi submetida nos últimos tempos. O setor agrícola tem prestado contribuição ao setor externo ao exportar produtos, gerando superávit de 20 bilhões ao ano. Mas embora devamos preservar essa base, sabemos que em médio e longo prazos ela possui baixa elasticidade e tem peso declinante no comércio mundial, pois envolve produtos com taxa de crescimento relativamente baixo. Por outro lado, a estrutura de importação brasileira está centrada nos bens e serviços de alta tecnologia, de base eletrônica sofisticada, de bens de capital que têm alta elasticidade ou crescimento. Então é indispensável que o desenvolvimento industrial brasileiro avance nessa direção.

**A desnacionalização da economia brasileira é fato, especialmente após 8 anos de mandato de FHC. Hoje, particularmente a indústria de bens de capital e a eletroeletrônica contribuem negativamente para o suprimento das necessidades do saldo na balança de comércio. Dado a importância destes setores, como reconstruir uma política industrial que afirme nossa soberania?**

**Luciano Coutinho** – Há várias avenidas para reconstruir uma política de desenvolvimento industrial, o que requer uma estratégia de longo prazo. Evidentemente que em curto prazo o Brasil tem de se valer de suas bases de competitividade já consolidadas, que envolvem os produtos semiprocessados, agronegócios, *commodities* etc. Nesse campo o país deveria fazer grande esforço para reforçar a empresa nacional para que ela possa operar globalmente e enfrentar a concorrência mundial de maneira mais habilitada, e possa assim ganhar novos mercados. O mercado chinês é um exemplo. A China não é apenas exportadora, é também um dos maiores importadores, pois a base de recursos naturais chineses relativamente ao tamanho de sua população a obriga importar. Podemos aproveitar melhor essa complementaridade Brasil-China, uma vez que o intercâmbio comercial entre os dois países está aquém do que poderia ser.

O Brasil tem de se defrontar também com o protecionismo norte-americano e europeu exatamente nos setores em que ele é competitivo. Daí se forma o núcleo duro nas negociações externas brasileiras. Há aqui uma agenda importante. Temos de tomar iniciativas agressivas nessas áreas em que somos competitivos, pois precisamos de

resultados em curto prazo. Possuímos um conjunto de setores que podem dar resposta: siderurgia, mineração, celulose e papel, agronegócios (suco de laranja, café, fumo, soja, carnes). Não basta apenas exportar os produtos, mas tentar avançar para produtos de maior valor agregado. Essa é uma agenda muito clara, e até de baixo risco, porque não estamos forçando em setores que ainda irão ter de demonstrar resultado – são setores já competitivos.

Há um outro conjunto de setores que não são de tecnologia sofisticada, em que o Brasil já teve vantagens mas perdeu mercado – no período de câmbio sobrevalorizado – e que pode retomar a iniciativa. Perdemos espaço no setor de calçados, têxteis e confecções, alimentos processados, manufaturas leves, automobilístico e autopeças, bens de capital mecânicos (em que o conteúdo metálico e de energia é alto e onde somos competitivos). Para esses setores é importante estruturar políticas mobilizadoras da cadeia industrial brasileira, mobilizando o empresariado, que é em boa medida de capital nacional, na direção de políticas muito organizadas, dando um tratamento ao conjunto da cadeia para fortalecer sua capacidade empresarial, capacidade tecnológica, treinamento e capacitação da força de trabalho, visando obter padrões de qualidade de *design* e valor dos produtos. Há uma vasta gama de iniciativas que podem ser articuladas nesse amplo pedaço da estrutura industrial brasileira para se obter resultados concretos. Aqui se abre espaço para as articulações regionais. Um projeto de desenvolvimento nacional necessita dar respostas regionais. Boa parte desses ramos industriais citados tem expressão regional importante, distribuídas pelo país e que necessitam ser mobilizadas. A polí-

tica de desenvolvimento deve contemplar e responder às demandas regionais. Se isso não for feito, o país fica refém da guerra fiscal e de iniciativas predatórias dos interesses particularistas.

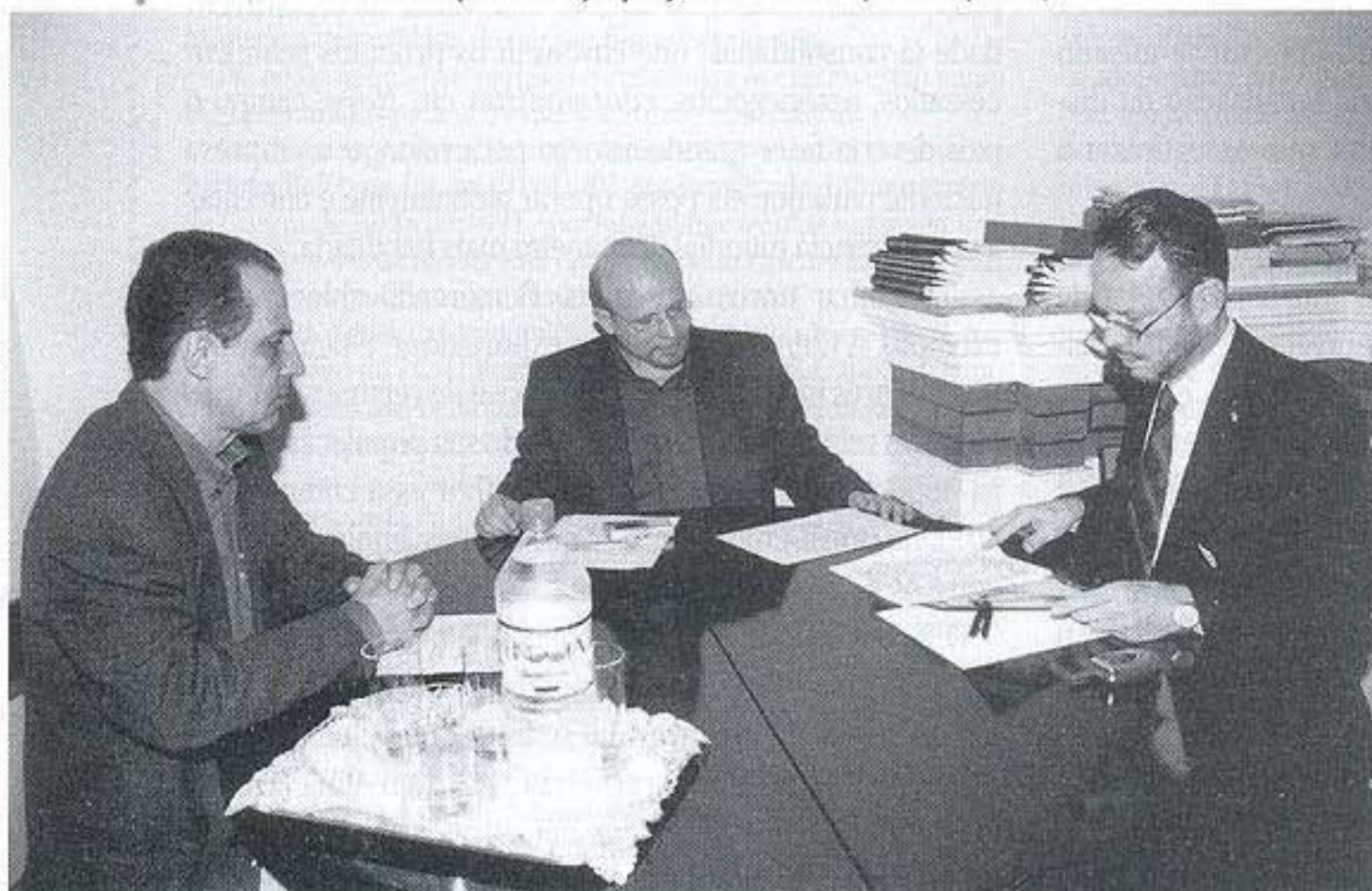
Há ainda um terceiro bloco de setores econômicos de alta tecnologia, intensivos em inovação tecnologia – o núcleo da chamada terceira revolução industrial. Aqui se envolve o complexo das tecnologias de informação, as pontas sofisticadas na área química e farmacêutica... – onde retrocedemos – e há uma política de médio e longo prazo a ser enfrentada. Nossas bases locais de produção e um conjunto de empresas nacionais foram desarticuladas na última década e a empresa estrangeira substituiu-as de maneira muito rala e insuficiente. Em alguns segmentos ainda temos bases produtivas locais importantes, como no de equipamentos de telecomunicações e na eletrônica de consumo (em grande parte localizada em Manaus). Para esses setores a política é mais difícil, pois há excesso de capacidade em escala mundial, e a capacitação tecnológica é requisito essencial. Buscamos aliança com o capital estrangeiro para produzir aqui, ou se se pretender desenvolver com base em capacitação de empresa nacional há um longo caminho a percorrer. Mas tudo isso deve ser enfrentado se mirarmos no longo prazo. Precisamos instalar e desenvolver bases locais eficientes para desenvolvimento desses setores.

Por último há um conjunto de setores em que o domínio da empresa estrangeira foi tão avassalador que as políticas terão de transitar invariavelmente por alguma forma de articulação e negociação com as grandes empresas estrangeiras. Sem um Estado nacional capaz de

negociar, dirigir e organizar essa articulação as empresas não conseguirão responder por conta própria. A valorização da plataforma brasileira de empresa multinacional na divisão mundial dentro da empresa será mais ou menos nobre ou agressivo em termos de linha de produto? Isso passa por uma política de Estado em que o objetivo dessa agenda deveria ser valorizar a subsidiária brasileira de tal maneira que ela possa exercer um papel de exportadora, de compartilhamento de atividades tecnológicas mais nobres, em patamar mais desenvolvido que o atualmente praticado.

Vimos como é complexa a

**Luciano Coutinho (à direita): "projeto nacional faz a diferença!"**





agenda de política industrial brasileira. Tal agenda requer indispensavelmente a participação e capacitação do Estado. Implica clareza e eficiência para construir os instrumentos e, ao mesmo tempo, discernimento para compor os interesses de uma maneira construtiva – uma habilitação que o Estado nacional brasileiro terá de desenvolver para poder cumprir a tarefa. Infelizmente a relativa desqualificação do Estado nos últimos anos enfraqueceu vários instrumentos. Alguns instrumentos chegaram a ser vetados pela arquitetura mundial de compromissos no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Mas há espaços de manobra que podem e devem ser utilizados, mas para isso se deve recompor a competência de quadros técnicos do Estado – sem o que também não se articulam esses processos de uma forma ágil.

**Estudos recentes mostram uma queda nos investimentos produtivos de 20,8% para 18,7% do PIB (1994-2002). Estima-se que esta taxa deveria ser de 25%, aproximadamente. Os investimentos públicos estariam hoje na ordem de cerca de 3% do PIB, quando, de imediato, necessitaríamos de algo em torno de 7%. De um lado, há ceticismo no grande empresariado produtivo; de outro, há terríveis restrições no gasto público pelos acordos com o FMI. Como sair disso?**

**Luciano Coutinho** – Temos de escapar dessa armadilha de qualquer forma, e existem algumas escapatórias para isso. A base essencial é primeiro consolidar o processo de robustecimento externo, em curso, e que permitirá sustentar a redução de juros de forma irreversível. A redução de juros tem de ser progressiva, firme, sendo premissa dessa possibilidade. Pois com o diferencial de juros sobre os papéis públicos, ser risco, oferecendo ao investidor uma possibilidade rentista extraordinária de obter retorno sobre o capital – isso inviabiliza o investimento produtivo. A ponte aguardada é a redução progressiva da taxa de juros.

Em segundo, a redução de juros abre um pouco de espaço fiscal, mas ainda assim não poderemos contar com uma ampliação expressiva do investimento público. De tal maneira que a retomada do processo de investimento terá de combinar esse espaço limitado, porém crescente, das iniciativas de Estado com uma articulação com o setor privado de tal maneira a induzir o investimento privado.

A recomposição do investimento privado é essencial e deve ser feita com base em duas operações. Por uma, o Estado tem de auxiliar a reestruturação financeira do setor privado. Parcela relevante deste setor privado de capital nacional está sobreendividada e é necessário redigir esse excesso de endividamento, em parte feito

em moeda estrangeira. É necessário alongar perfis e criar condições de recapitalização. Em vários casos a reestruturação exige a troca do controlador por não existir mais viabilidade econômico-financeira. Esse movimento de reestruturação do setor privado deve ser operado pelo BNDES. É indispensável usar o instrumento precioso que é o BNDES e sua capacidade de crédito fundado num fundo parafiscal, o FAT, e na própria capacidade de alavancagem do BNDES para dar suporte ao investimento privado.

Num contexto em que a taxa de juros está caindo é possível apontar para a taxa de juros de longo prazo, a TJLP, também declinente em termos reais no longo prazo.

Mas será que a recomposição da capacidade de investimento do Estado, mais os recursos do BNDES, mais a participação com recursos próprios do capital privado reestruturado seriam suficientes? Ainda não!

É necessário mais, uma vez que subir a taxa de investimento de 18 para 25% do PIB é um esforço de grande magnitude e não pode ser feito da noite para o dia. Torna-se indispensável induzir o setor bancário a participar desse esforço.

O setor bancário foi beneficiário de um programa público de grande envergadura que assegurou sua higidez – o Proer, um programa que capitalizou em 25 bilhões de dólares o setor privado bancário brasileiro em meados da década de 90. É um setor que se encontra capitalizado, bem estruturado e rentável, pois se beneficiou extraordinariamente da rolagem da dívida pública, sem riscos e a taxas extraordinariamente altas. É chegado o momento desse setor ter o crédito como uma alternativa, até porque há a expectativa de que a dívida pública deixe de ser um grande negócio – crédito à acumulação produtiva. É necessário trazer o setor bancário a suportar, em conjunto com o BNDES e com o setor público, o investimento privado – e até o investimento público. Com isso não se busca uma política de confronto com o setor bancário nacional – ainda é um setor em grande parte nacional –, mas uma política de aliança. Seria uma grave fratura se tal aliança não for construída, podendo ser fator impeditivo do processo de subida da taxa de investimento. Sou cético quanto à possibilidade de podermos desenvolver em curto prazo mecanismos institucionais de poupança, como fundos de pensão, na escala necessária. Sou favorável que se desenvolvam tais mecanismos de fortalecimento da poupança institucional de longo prazo por ser importante mecanismo para dar suporte – ao *funding* desses investimentos –, mas isso também não amadurece da noite para o dia pois requer criar uma base. Há uma reflexão a ser enfrentada a respeito de como criar bases de cooperação e cofinanciamento, de suporte de redução do risco e de

incentivo, de tal maneira que o negócio creditício à produção se torne uma alternativa para o setor bancário. Isso significa na verdade uma mudança qualitativa na orientação do Banco Central e do Ministério da Fazenda, que precisam olhar à necessidade de construir as bases de *funding* para o desenvolvimento, matéria que ainda não se instalou como problema para a reflexão – embora seja uma condição. Há aqui uma agenda de grande complexidade, mas que pode ser enfrentada. Os bancos são intermediadores de depósitos e de poupança e qualquer agressão à rentabilidade dos fundos e aplicações tem gravíssima repercussão sobre o amplo estamento de classes médias do país. Além disso há o próprio poder dos bancos enquanto instituições que manejam investimentos, sinalizam os fluxos de capitais, operam o comércio internacional, operam o crédito e a rolagem da dívida pública... Uma política de confrontação seria assim um equívoco.

Penso que a eleição do presidente Lula representou uma rara tentativa na história brasileira, até pelo cansaço de longos anos de crise e de destruição do projeto nacional, de uma aproximação de forças importantes do grande capital de base nacional – tanto industrial quanto bancário – em direção a um novo projeto político. Quero sublinhar que houve uma explícita e presente participação de grandes lideranças da área bancária e industrial em torno da candidatura Lula. Isso não é mero oportunismo em torno de uma candidatura vitoriosa ou mera movimentação de conveniência de oportunidade eleitoral. Tenho a intuição de que a retomada de um projeto de desenvolvimento que consiga soldar concretamente esses interesses foi vislumbrada de alguma maneira naquela oportunidade da eleição. E é uma rara oportunidade histórica. Esse processo pode advir de um gesto inicial que o transforme numa soldagem efetiva. A tarefa de construir isso exige uma clareza muito grande quanto à estratégia, mas parece-me que há um déficit de clareza com relação a isso. Compete-nos, portanto, ajudar a construir este novo modelo. A intelectualidade brasileira é devedora do país no que se refere à formulação de alternativas construtivas. Vejo lamentavelmente nossa intelectualidade prisioneira por ter ficado em parte seduzida no governo Fernando Henrique Cardoso pela política liberal e em parte imobilizada politicamente. Agora, não pode correr o risco de ficar paralisada numa crítica sem uma capacidade alternativa de formulação que permita construir o futuro

**O BNDES, tendo à frente a equipe do professor Carlos Lessa, apresentou um plano de investimentos com gastos de R\$ 400 bilhões. Vozes agourentas, economistas tucanos ou de plumagem similar dizem que nada vai dar certo. Outros asseguram**

**que o montante é irrisório. Qual a sua opinião? Com o desmonte do Estado, o endividamento público nas alturas, é possível ser otimista?**

**Luciano Coutinho** – Podemos ser otimistas, porém é preciso construir as bases concretas de competência para isso se concretizar. Independentemente do montante dos investimentos propostos e de sua viabilidade, é positiva a proposição de um projeto dessa ambição. O desafio que precede é como estruturar as condições efetivas para financiar os projetos prioritários. Para tanto é fundamental recompor uma certa recuperação da capacidade pública, com a extraordinária alavanca que é o crédito do BNDES, mais a referida atração e aliança com o setor bancário privado, mais o sistema de poupança da população, de maneira coordenada, de forma a deslanchar tais projetos. Isso implica também em trazer a iniciativa privada para determinados projetos, delimitando-se bem seu campo de atuação.

Aqui aparece outro conjunto de desafios. Além da construção do *funding* para esses projetos, a delimitação de regras de participação do setor privado, de regulação do investimento privado em vários setores de infraestrutura precisa ser rapidamente equacionada. Estamos passando por um período transitório em que as regras anteriores – que presidiam o processo de privatização, e que foram em boa medida regras piores de inconsistência e desequilíbrios e que terminaram por problematizar esses próprios setores –, clamam por uma reorganização. Isso significa que um novo marco para regular os setores de energia, telecomunicações, setores de transporte, de logística etc, necessita ser expedido. É esse outro desafio e mais uma vez há necessidade de clareza para compor os interesses. Visões que criem conflito público X privado ou hostilidade ou que não sejam capazes de articular soluções construtivas retardarão o processo. Há percepção de certo mal-estar em setores de investidores privados de algumas áreas quanto ao chamado risco regulatório. O governo precisa então focar com muita atenção sobre a maneira de armar esses marcos e papéis de uma forma clara, segura e convincente para mover os projetos.

Com isso quero dizer que compartilho com o otimismo e o considero sua construção ao nosso alcance, mas não podemos subestimar a complexidade e a dificuldade das tarefas que se antepõe a isso. Mais uma vez esse desafio só sublinha a indispensabilidade de quadros competentes e de capacitação para levar adiante o projeto nacional. ☺

**José Carlos Ruy** é jornalista e membro do Comitê Central do PCdoB; **A. Sérgio Barroso** é mestre em economia pela Unicamp e membro do Comitê Central do PCdoB e **Edvar Luiz Bonotto** é doutor em direito pela PUC-SP. Entrevista realizada em 7/8/2003 em São Paulo.

# O FMI e a soberania nacional

Aldo Arantes



*A recomposição do Estado nacional requer mudanças nas condicionantes impostas pelos contratos com o FMI*

Com o processo de globalização neoliberal a questão da soberania nacional ganhou grande atualidade. Os Estados nacionais dos países dependentes foram fragilizados para facilitar a internacionalização do capital. Medidas adotadas com o objetivo de proteger seus interesses foram suprimidas em favor do chamado “livre mercado”.

A crise da dívida foi a oportunidade que os países imperialistas, em particular os Estados Unidos, utilizaram para impor aos países devedores a regra básica do neoliberalismo de “menos Estado e mais mercado”. Os meios utilizados para realizar este objetivo foram o ajuste estrutural da economia e as reformas do Estado.

Os arautos da globalização neoliberal afirmavam ser este o caminho único para o desenvolvimento, nas atuais condições do mundo. Isso porque, com a globalização os países teriam perdido as condições de formular políticas macroeconômicas.

Neste quadro de hegemonia do neoliberalismo Lula foi eleito presidente levantando a alternativa de mudanças, afirmando ser possível um modelo alternativo de desenvolvimento para o país. No entanto, diante da continuidade da política econômica do governo Fernando Henrique alguns setores se precipitam afirmando que Lula teria abandonado seus compromissos. Outros procuram justificar todas as medidas adotadas pelo governo.

\*Este artigo se baseou no livro do mesmo autor intitulado *O FMI e a nova dependência brasileira* (Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 2002).

Na verdade vivemos um período de transição. E o país está imerso numa luta entre os que querem a continuidade da política econômica anterior e os que querem mudanças. O caminho mais adequado para contribuir com o processo de mudanças está em identificar onde estão os “gargalos” que dificultam as transformações e em mobilizar a sociedade para superá-los. Sem dúvida nenhuma, um dos “gargalos” mais importantes é o dos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional.


A discussão desse tema é relevante, neste momento, pois em dezembro vencerá o último acordo firmado com o FMI e será colocado o problema de sua renovação ou não.

### O FMI e as condicionalidades

Quando o FMI foi criado em 1944 tinha como objetivo regular o sistema monetário internacional. Visava assegurar a estabilidade do novo sistema monetário criado com os acordos de Bretton Woods, baseado no dólar. Os empréstimos realizados pelo FMI podiam ser tomados com base nas quotas que os países membros dispunham no Fundo.

Posteriormente criou-se outra modalidade de empréstimo: os acordos *stand-by*, não previstos no acordo original. Tal empréstimo permite ao membro associado sacar uma determinada quantidade de recursos além do assegurado por sua quota, com a condição de que explicitasse suas “intenções” em termos de política econômica.

Progressivamente, o Fundo foi alterando seus objetivos iniciais, passando, cada vez mais, a estabelecer tutela sobre os países devedores. Nas “Cartas de Intenções” eram expressas as “condicionalidades”, ou seja, exigências de políticas econômicas que garantissem o pagamento dos compromissos com os credores internacionais.

 FMI viveu três fases; às quais corresponderam diferentes tipos de “condicionalidades”. A primeira foi de 1946 a 1982. Neste período o FMI estabelecia como condicionalidade o equilíbrio da balança de pagamentos, através da ampliação das exportações e da redução das importações. O objetivo era gerar superávit da balança de pagamentos que assegurasse as condições de pagamento dos encargos da dívida externa. Para isso ele impunha aos países devedores um receituário ortodoxo e recessivo.

No final da década de 60, os Estados Unidos enfrentavam sérios problemas econômicos e o governo Nixon

decretou em 1971, de forma unilateral, o fim da convertibilidade do dólar em ouro. Tal medida teve como consequência uma desvalorização do dólar em 7%, representando um calote nos credores dos Estados Unidos <sup>(1)</sup>.

Com a primeira alta dos preços do petróleo, em janeiro de 1974, a situação norte-americana se agravou. Após o segundo choque do petróleo, em outubro de 1979, o presidente do Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos), Paul Volcker, aplicou um arrocho monetário que elevou as taxas de juros de 9% para 12%, atingindo 20% em 1980 e 21,5% em janeiro de 1981 – taxa recorde de todos os tempos <sup>(2)</sup>.

Tais medidas atingiram fortemente os países devedores. Até 1970 a dívida dos países da América Latina era, fundamentalmente, ligada a instituições internacionais e governamentais que emprestavam a taxas de juros fixas. Com o crescimento da liquidez internacional, a partir de 70, o endividamento dos países latino-americanos passa a ser feito através do Sistema Financeiro Internacional, com taxas de juros flutuantes.

Com 70% dos empréstimos feitos a taxas de juros flutuantes, o acréscimo nessas taxas representou um aumento brutal do montante da dívida externa da América Latina. Entre 1981 e 1985, sua dívida externa aumentou de US\$ 277,7 bilhões para US\$ 368,0 bilhões. Neste período, só de juros, foram pagos US\$ 161 bilhões <sup>(3)</sup>.

Com a elevação das taxas de juros os capitais se deslocaram aos países mais desenvolvidos, particularmente aos Estados Unidos. Nessas condições, os países da América Latina ficaram sem os dólares necessários para equilibrar suas balanças de pagamentos. Aí se configurou a “crise da dívida”, particularmente aos países importadores de petróleo.

### As condicionalidades ampliadas

Com essa “crise da dívida” abre-se a fase das “condicionalidades ampliadas” – que vai de 1983 até 1989. Nesse período, os empréstimos continuam sendo feitos pelos bancos a taxas de juros flutuantes.

No primeiro momento, houve um tratamento convencional à crise da dívida externa com a concessão de empréstimos-ponte por instituições financeiras multilaterais.

Com o fracasso dessa estratégia passa-se, entre 1985 e 1989, à renegociação formal das dívidas oficiais e comerciais por meio de acordos entre bancos privados e membros do Clube de Paris.

Nessas negociações são introduzidas pelo FMI, por exigência dos bancos privados, condicionalidades bem mais rigorosas, denominadas “condicionalidades ampliadas”.

**Com a crise da dívida, surgem as “condicionalidades ampliadas”, que impõem políticas econômicas recessivas.**

Sobre o assunto, Mônica Baer declara:

“Na segunda metade dos anos 80, quando o risco sistêmico já estava superado (...) o dinheiro novo, assim como a rolagem da dívida, passou a estar associado a condicionalidades ampliadas e cruzadas de desempenho macroeconômico (...) as discussões do Congresso norte-americano sobre este aspecto concentraram-se na remoção dos obstáculos ao livre fluxo do comércio e investimentos e na eliminação de práticas protecionistas e discriminatórias ao capital estrangeiro. Também se fez menção explícita a reformas dos sistemas financeiros internos e à sustentação de programas de conversão de dívidas em investimentos”<sup>(4)</sup>.

Tais condicionalidades, além de imporem uma política econômica recessiva, fixavam uma série de diretrizes que implicavam na remoção de obstáculos ao livre fluxo do comércio e de investimentos, eliminação de práticas protecionistas e discriminatórias ao capital estrangeiro, reforma do sistema financeiro e programa de conversão da dívida externa em investimentos. Esses passaram a ser os parâmetros das “Cartas de Intenções” assinadas com o FMI naquele período.

### As condicionalidades estruturais

A “crise da dívida externa” teve um efeito devastador sobre os países devedores. A repercussão da crise foi maior porque, nesse período, a quase totalidade das dívidas desses países era baseada em taxas de juros flutuantes. O receio dos banqueiros com a situação dos países devedores e as altas taxas de juros pagas pelos países capitalistas centrais, em particular os Estados Unidos, fez com que os capitais internacionais fluíssem para aquele país. Diante da falta de recursos, os países devedores entraram na chamada “crise da dívida”.

Com a crise do México os líderes do G-7 se reuniram em junho de 1995, criando uma nova modalidade de empréstimo, denominada *emergency financing mechanism* (EFM), e estabelecendo condicionalidades mais fortes: as condicionalidades estruturais. Com isso, o FMI obtém um novo papel. Ele passa a ser o agente da implantação do ajuste estrutural da economia e da reforma do Estado.

Comentando a reunião acima mencionada, Graham Bird afirmou:

“Os líderes (G-7) defenderam fortes condicionalidades por parte do FMI e que o Fundo retomasse a sua preocupação central com políticas macroeconômicas (...) Mas terá também que aprovar um leque de políticas mais abrangentes, no âmbito da ‘carta de intenções’ assinada por governo que faz vultosos empréstimos. Em particular, no contexto de sua ESAF (linha ampliada de crédito ao ajuste estrutural), o FMI também se envolveu com a con-

dicionalidade estrutural, abrangendo políticas de preço, liberalização comercial, privatização, a estrutura de impostos e os gastos governamentais, bem como a reforma do setor financeiro”<sup>(5)</sup>.

**A** nova tarefa do FMI passa a ser colocar em prática a política neoliberal para a América Latina, o Consenso de Washington. Para cumprir esse objetivo lança mão de um novo tipo de condicionalidade: a estrutural. A partir daí os empréstimos são condicionados a que os países devedores se disponham a colocar em prática o ajuste estrutural e a reforma do Estado.

Sobre o mesmo assunto, afirma Samir Amin:

“Em suas relações com o Terceiro Mundo, o FMI não perseguiu nem o objetivo de impedir que a dívida chegasse a níveis excessivos durante a década de 70, nem de, subseqüentemente, reduzi-la. Sua tarefa é a de administrar a dívida através da imposição de ajustes estruturais, concebidos com esta única finalidade (assegurar o pagamento do serviço da dívida), mesmo que sejam prejudiciais ao crescimento econômico.”<sup>(6)</sup>

Tal política favorece os países capitalistas desenvolvidos e traz graves conseqüências aos países dependentes. A aplicação das diretrizes do FMI retira dos países a capacidade de formular projetos próprios de desenvolvimento.

Papel de destaque nesta política tem o ajuste fiscal. Seu objetivo é gerar os chamados superávits primários, com vistas a assegurar o pagamento dos encargos da dívida pública. Para isso, são impostas limitações aos gastos em investimentos e gastos sociais, sem que haja qualquer limitação aos gastos com a dívida pública. O resultado dessa política é um crescimento vertiginoso dos encargos financeiros da dívida e uma redução drástica nos gastos públicos em investimentos e na área social.

Eis o que comenta Michel Chossudovsky sobre as conseqüências das políticas do FMI:

“O pacote de estabilização econômica destrói a possibilidade de um ‘processo de desenvolvimento econômico nacional endógeno’ controlado por estrategistas políticos nacionais (...) o pacote de reformas do FMI-Banco Mundial constitui um programa coerente de colapso econômico e social. As medidas de austeridade levam à desintegração do Estado, remodelando-se a economia nacional, a produção para o mercado doméstico é destruída devido ao achatamento dos salários reais e redireciona-se a produção nacional para o mercado mundial.

**O FMI passou a exigir um novo tipo de condicionalidade: a “estrutural”.**

Essas medidas implicam muito mais que a gradual eliminação das indústrias de substituição de importações: elas destroem todo o tecido da economia doméstica” (7).

Um conjunto de medidas adotadas sob supervisão do FMI – como o processo de privatizações, desnacionalização das economias nacionais, abertura comercial, liberalização do câmbio, livre fluxo de capitais, queda da produção industrial em decorrência das altas taxas de juros –, levou a um sério debilitamento das economias nacionais e aprofundou a dependência dos países que se submeteram a tal política.

### **As condicionalidades estruturais e o desmonte do Estado brasileiro**

No Brasil, o desmonte do Estado, com a aplicação das chamadas condicionalidades estruturais teve início no governo Collor. Todavia, tais medidas foram concretizadas em toda sua dimensão no governo Fernando Henrique Cardoso. As chamadas reformas estruturais tiveram início com as diversas alterações introduzidas na Constituição brasileira. A linha geral da reforma estrutural visa à redução do papel do Estado na economia, através do processo de privatizações das empresas estatais e à ênfase ao capital estrangeiro, através da desnacionalização da economia. Tal orientação está contida nos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional de dezembro 1991, onde se afirma:

“Progresso adicional na redução da intervenção estatal na economia e na promoção de investimentos externos diretos deverá ser alcançado com mudanças institucionais que trarão investimentos privados em áreas até aqui reservadas ao setor público, tais como telecomunicações, mineração, transporte e comercialização de petróleo e com um tratamento igualitário para empresas de capital nacional e estrangeiro.”

**A** Reforma Econômica foi o ponto de partida deste processo de alterações constitucionais. Elas foram realizadas em 1995, no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Foram aprovadas as seguintes alterações constitucionais: a mudança do conceito de empresa brasileira de capital nacional, a quebra do monopólio estatal do petróleo, a quebra do monopólio estatal das telecomunicações, a extinção da exclusividade de brasileiros na exploração mineral e a quebra do monopólio da navegação de cabotagem.

Por outro lado, foi aprovada a Reforma Administrativa. O Memorando de Política Econômica da Carta de 1998 destaca a necessidade de uma reforma administrativa, tendo em vista “aumentar a eficiência e reduzir o custo da admi-

nistração pública”, permitir “eliminar o excesso de funcionários”, assim como determinar que “servidores poderão ser demitidos por desempenho insatisfatório”. Na Reforma Administrativa uma das medidas adotadas de maior relevância foi pouco discutida. Trata-se do “contrato de gestão” que permite ao Estado repassar responsabilidades nas áreas da educação e saúde para o setor privado.

Os neoliberais consideram que uma das razões da crise do sistema capitalista se relaciona ao “excesso de demanda dos trabalhadores”. Por isso mesmo, o corte dos direitos sociais e a flexibilização dos direitos trabalhistas são peças importantes no programa neoliberal. O Memorando anexo à Carta de 1988 destaca “a necessidade de reformar a legislação trabalhista e aperfeiçoar as políticas de mercado de trabalho”.

Porém, o golpe mais audacioso aos direitos trabalhistas ocorreu com a tentativa de aniquilar com a Consolidação das Leis do Trabalho. O texto aprovado na Câmara dos Deputados submetia o legislado ao acordado. Os acordos e convenções coletivas passavam a se sobrepor à lei, praticamente revogando a CLT. Com o governo Lula foi sustada a tramitação deste projeto no Senado e colocada na ordem do dia a discussão sobre a Reforma Trabalhista.

Outra questão de grande relevância na reforma do Estado é o esvaziamento de suas funções políticas, repassando importantes decisões da esfera política a uma pretensa “esfera técnica”. Isto ocorre com as chamadas agências reguladoras. Tais agências assumem funções que anteriormente eram do Estado, como as de regular as atividades do setor respectivo. Os integrantes das agências reguladoras têm mandato fixo que não coincide com o do presidente da República. Na prática elas têm a função de subtrair do controle social e político parte considerável do aparelho de Estado.

### **Privatização e desnacionalização da economia brasileira**

As reformas constitucionais abriram caminho para um processo acelerado de privatização das empresas estatais e desnacionalização de nossa economia.

Segundo a *Carta de Intenções* de dezembro de 1991, foram realizadas reformas estruturais através da “redução do papel do setor público na atividade econômica, da liberalização das transações internas e externas e da privatização de um grande número de empresas públicas”.

Dando um balanço nas medidas adotadas o Memorando, anexo à *Carta de Intenções* de novembro 1998, afirma: “nos últimos anos, o governo Brasileiro empreendeu um dos programas de privatização mais ambiciosos do mundo”.

A abertura aos investimentos estrangeiros no país foi uma das marcas dessa política. Todavia, não se tratou de investimentos produtivos em novas áreas, mas sim da compra de empresas brasileiras e de investimentos de capitais especulativos.

A *Carta de Intenções* de junho de 1988 fala da necessidade da “regulamentação da conversão de créditos externos em investimentos de risco no País”. A de dezembro de 1991, da liberalização dos fluxos de capital, ao afirmar: as “regras sobre a movimentação de capitais privados foram liberalizadas na primeira metade de 1991”. E destaca medidas de favorecimento do capital estrangeiro, dizendo: o “imposto suplementar sobre as remessas de dividendos e *royalties* a investidores estrangeiros será eliminado [bem como] o imposto de renda aplicável sobre a remessa de lucros”.

Os *Acordos de 1992* sobre a dívida externa destacam ter sido admitida “a possibilidade dos bônus pelos quais a dívida foi trocada (...) serem utilizados para a aquisição de bens e direitos no âmbito do Programa Nacional de Desestatização”. Além disso há que se destacar o papel do BNDES no financiamento do processo de privatizações.

Segundo o Balanço das Privatizações feito pelo BNDES, de 1991 a 2001 foram privatizadas 68 empresas estatais federais no Programa Nacional de Desenvolvimento (PND), obtendo uma receita de US\$ 28,503 bilhões. Aí estão incluídas empresas das áreas de siderurgia, petroquímica, fertilizantes, setor elétrico, ferroviário, mineração, portuário, financeiro, de informática, petróleo, gás, além de outras <sup>(8)</sup>.

**A**lém das privatizações a desnacionalização de nossa economia foi outra resultante das condicionalidades estruturais impostas pelo FMI. Foi enorme o crescimento do número de firmas estrangeiras no Brasil nos últimos anos. No setor elétrico, das 18 empresas de distribuição de energia, 12 passaram ao controle de empresas estrangeiras. No setor bancário o número de bancos estrangeiros dentre os cinquenta maiores bancos brasileiros cresceu de nove, em 1994, para vinte, em 1998. No setor de autopeças, a presença do capital estrangeiro cresceu de 48,1%, em 1994, para 60,1%, em 1997. <sup>(9)</sup>

O predomínio das empresas estrangeiras é tal, que em 2000 o capital estrangeiro detinha 90% do setor eletroeletrônico, 89% do setor automotivo, 86% do setor de produtos de higiene, limpeza e cosméticos, 77% da tecnologia da computação, 74% das telecomunicações, 74% do farmacêutico, 68% da indústria mecânica, 58% do setor de alimentos e 54% do setor de plásticos e borracha. <sup>(10)</sup>

## A mais grave consequência do processo de desnacionalização de nossa economia é de natureza política.

As consequências do processo de desnacionalização de nossa economia são extremamente graves. Ele tem sido responsável pelo crescimento da remessa de lucros e dividendos para o exterior, agravando os problemas da Balança de Pagamentos.

Porém a mais grave consequência do processo de desnacionalização de nossa economia é de natureza política. É a erosão da base objetiva, material, produtiva, que nos permite formular uma política econômica que atenda aos interesses nacionais. O processo de desnacionalização transfere às matrizes das empresas estrangeiras o centro de gravidade de suas decisões. Falando sobre esta questão, assim se expressou o empresário Emílio Odebrecht:

“Entendo a desnacionalização dos sistemas produtivos dos países em desenvolvimento mais como uma questão política do que como uma questão econômica. Sua principal consequência de curto prazo é a mudança dos centros decisórios para pontos do planeta onde não estão em pauta nossos problemas específicos” <sup>(11)</sup>.

Outro elemento importante das reformas estruturais é o estabelecimento da independência do Banco Central. O significado desta independência é retirá-lo do controle do poder político e colocá-lo sob controle do mercado, ou seja, do sistema financeiro internacional.

Michel Chossudovsky assim se expressou sobre este assunto:

“O FMI acompanha de perto e provê recursos para a reestruturação do Banco Central. A chamada “independência do Banco Central em relação ao poder político” é exigida por ele “como um remédio contra a propensão inflacionária dos governos”. Na prática, isto significa que o FMI, e não o governo, controla a emissão de moeda. Dito de outro modo, o acordo assinado entre ambos impede o financiamento das despesas do governo e a concessão de crédito pelo Banco Central através da emissão de moeda, isto é, o FMI, em nome dos credores, está na posição de virtualmente paralisar o financiamento do desenvolvimento econômico real”. <sup>(12)</sup>

### Dívida pública e ajuste fiscal

A dívida pública se transformou no “calcanhar de Aquiles” da vulnerabilidade da economia brasileira. E o

ajuste fiscal, com crescentes cortes no Orçamento da União, tem sido o mecanismo encontrado pelo governo para assegurar, juntamente com novos empréstimos, o pagamento dos encargos da dívida pública.

O ajuste fiscal através da obtenção de superávits primários crescentes está mencionado em, praticamente, todas as *Cartas de Intenções*. A *Carta* de junho de 1988 apresenta a redução do déficit público como “fator primordial na estratégia de combate à inflação”. Todavia, o déficit público a ser considerado neste caso é o chamado déficit primário, em que são excluídos os gastos com a dívida pública. Com isso oculta-se a verdadeira razão do déficit público que são os encargos da dívida.

A mesma *Carta* reconhece o aumento dos encargos financeiros da dívida ao falar da “elevação dos encargos financeiros do setor público, fruto de crescimento da dívida interna, que por seu turno tem aumentado em conseqüência dos problemas gerados pela dívida externa”.

Todavia, o documento se apressa em afirmar que não se deve procurar solucionar os problemas brasileiros através de medidas que atinjam a dívida pública. Afirma a *Carta de Intenções de 1988*: “é essencial a normalização das relações com a comunidade financeira internacional” e que a questão da dívida externa deve ser encaminhada através “da retomada de negociações com os bancos comerciais” e através da “regulamentação da conversão de créditos externos em investimentos de risco no País”. Em relação à dívida interna, diz o documento: “a diminuição dos encargos da dívida interna não deve ser buscada, contudo, em medidas artificiais que poriam a perder a credibilidade dos títulos públicos”. A saída apresentada é a “gradativa, mas firme redução do déficit público”. O desenvolvimento econômico e a dívida social com o nosso povo são deixados de lado. E os compromissos com os credores crescem como uma “bola de neve” em função dos altos juros pagos.

Assim sendo, o Ajuste Fiscal não é outra coisa senão a realização de cortes orçamentárias nas despesas públicas, visando assegurar recursos para pagar os encargos da dívida, entendendo por despesa pública inclusive os investimentos das empresas estatais. Tais cortes, somados com as elevadas taxas de juros, levam a economia à paralisia, além de retirar recursos das áreas sociais. Já os encargos financeiros da dívida estão a salvo de qualquer limitação. A Lei de Responsabilidade Fiscal no parágrafo 6º do artigo 17 exclui “as despesas destinadas ao serviço da dívida” das limitações impostas a outras despesas.

No *Memorando de Política Econômica da Carta de Intenções* de novembro de 1998, fala-se em “aperto fiscal”, estabelecendo como metas “para o resultado primário do setor público consolidado, um superávit equivalente a 2,5% do PIB em 2000 e 3% em 2001”. Na *Carta* de 1999, em decorrência das desvalorizações do Real, a dívida pública externa e a interna indexada cresceram de 11% do valor do PIB para 53%. A saída foi estabelecer metas fiscais mais rigorosas de 3,25% para 2000 e 3,35% para 2001. Na *Carta* de agosto de 2001, fala-se de uma “política fiscal ainda mais austera” com um superávit primário de 3,35%, em 2001 e 3,5%, em 2002.

A política de juros altos tem sido um dos maiores responsáveis pelos monumentais encargos financeiros da dívida pública. A imprensa informa que durante quatro anos seguidos o Brasil foi campeão mundial das altas taxas de juros, superando a Polônia e a Argentina<sup>(13)</sup>. Em 2000, os gastos com o serviço da dívida interna foram de R\$ 45,9 bilhões e os da dívida externa, R\$ 11,1 bilhões, num total de R\$ 67 bilhões. Isto equivale a dizer que os encargos da dívida pública representaram 52,5% da receita corrente líquida. Tal absurdo somente é possível com os radicais cortes feitos nas despesas públicas.

Outro aspecto de grande relevância nas reformas estruturais é a liberdade do fluxo de capitais. Do ponto de vista do sistema financeiro internacional, esta liberdade permite uma migração de capitais de regiões onde as taxas de juros são menores para onde elas são maiores. E mais, diante de um debilitamento grave de uma determinada economia, permite a “fuga de capitais” assegurando os lucros dos investidores. Entretanto, se isto é bom para o sistema financeiro internacional, é extremamente grave para os países dependentes. Coloca tais países à mercê da lógica do sistema financeiro internacional, obrigando-os a uma elevação constante das taxas de juros para evitar a evasão de capitais. Todavia, países que não aceitaram se submeter à lógica do sistema financeiro hoje estão entre as economias que mais crescem no mundo, como a China, a Índia e a Malásia.

A chamada abertura comercial é outra bandeira do neoliberalismo. Ela teve início no governo Collor de forma irresponsável, sem assegurar nenhuma salvaguarda para a indústria nacional. Isso conduziu a uma grande importação de produtos estrangeiros com sérias conseqüências para a nossa balança comercial. No entanto, os países imperialistas pregam aos países dependentes o que eles não praticam. Falando sobre o protecionismo norte-americano, Gary Hufbauer, pesquisador do Institute for International Economics de Washington (EUA), disse: “sou um crítico ferrenho das



barreiras comerciais dos EUA (...) o protecionismo norte-americano custa US\$ 6 bilhões anuais ao Brasil em exportações perdidas de suco de laranja, aço e açúcar".<sup>(13)</sup>

### A vitória de Lula e o compromisso da mudança

A vitória de Lula representou a opção do povo brasileiro pela mudança. Expressou a rejeição da política neoliberal de Fernando Henrique.

A análise do governo Lula revela grandes conquistas. Do ponto de vista político representa um enorme passo adiante no processo político brasileiro. É a primeira vez na história brasileira que temos um governo de esquerda e com a participação dos comunistas no Ministério.

A política internacional adotada pelo governo federal caminha no sentido da afirmação da soberania nacional, com o fortalecimento do Mercosul, da afirmação da liderança brasileira na América do Sul, da adoção de uma firme posição em defesa do novo governo da Venezuela, da rejeição às pressões para que o Brasil apoiasse a agressão ao Iraque.

Por outro lado, o governo tem adotado medidas no sentido de paralisar o processo de privatizações, de reorientar o BNDES para o financiamento do desenvolvimento nacional, de paralisar o processo de entrega da Base de Alcântara aos norte-americanos.

Também importantes ações são desenvolvidas na área social, como o Programa Fome Zero, o Primeiro Emprego e a Campanha Brasil Alfabetizado. Discute-se a adoção de medidas no sentido de alterar o papel das agências reguladoras.

No entanto, não houve ainda mudança qualitativa na questão central relacionada com o modelo de desenvolvimento econômico do país. A continuidade da política econômica do governo anterior com o objetivo de retirar o país da extrema fragilidade em que se encontrava foi necessária. E os resultados estão aí. O dólar caiu, caiu o risco-Brasil, caiu a inflação – que em janeiro era de 2,32 % ao mês, sendo reduzida para -0,16% em junho. As exportações aumentaram. De janeiro a junho o país obteve um saldo na balança comercial de 10,272 bilhões de dólares, o maior da história econômica brasileira<sup>(14)</sup>. Tais resultados conquistaram a confiança do mercado.

Porém, a continuidade desta política tem trazido graves consequências econômicas e sociais para o Brasil. O

superávit primário atingiu até maio 5,73% do PIB enquanto a meta estabelecida com o FMI era de 4,25%<sup>(15)</sup>. Os cortes dos gastos públicos e a manutenção de elevadas taxas de juros inibiram o crescimento econômico e aumentaram o desemprego.

Segundo o IPEA, a economia apresentou uma retração de 0,9% no acumulado de abril e junho, sendo o segundo trimestre de queda do PIB. Segundo o IBGE, o desemprego atingiu 13% da População Economicamente Ativa do país em junho. Nos seis primeiros meses do governo Lula o desemprego atingiu 443 mil pessoas, totalizando 2,735 milhões de brasileiros desempregados nas seis regiões metropolitanas pesquisadas. Já para o Dieese, os índices de desemprego subiram pelo quarto mês consecutivo atingindo em abril 20,6% da População Econômica Ativa, correspondendo a 1,9 milhão de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo. Este foi o mais elevado patamar de desemprego identificado por aquele órgão desde que iniciou suas pesquisas em 1985.

Por outro lado, a renda real do trabalhador brasileiro diminuiu em 14,7% nos últimos 12 meses, segundo o IBGE. Os gastos com juros totalizaram 51,261 bilhões no primeiro quadrimestre de 2003<sup>(16)</sup>. Isto explica por que, no primeiro trimestre de 2003, comparado com o mesmo período do ano passado, o Banco Itaú teve um aumento de seus lucros de 131,62%. O Santander/Banespa de 11,11%; o Bradesco de 20%; e o Banco do Brasil 37,24%<sup>(17)</sup>.

São graves as consequências sociais e econômicas da continuidade da política econômica do governo anterior. Não há como falar em políticas sociais expressivas nos marcos desta orientação econômica porque a grande parcela dos recursos é consumida no pagamento dos encargos da dívida pública.

Tal orientação é parte integrante das chamadas condi-

**Sob a política desenvolvimentista, o Brasil cresceu em média acima de 6%; nos governos de FHC, essa média não passou de sofríveis 2,05%.**

cionalidades estruturais, impostas pelo FMI – o ajuste macroeconômico a as reformas estruturais. O ajuste macro-econômico implica em ter como objetivo central a estabilidade, fixando metas inflacionárias, índices de superávits primários e juros elevados. Esta política econômica é claramente recessiva e visa produzir recursos para o pagamento dos encargos financeiros da dívida pública.

Uma política que tenha como objetivo central o cresci-

mento da economia leva a outros resultados. É importante lembrar que conduzindo uma política econômica desenvolvimentista o Brasil cresceu a uma taxa média do PIB de 6,17% na década de 60 e 8,63% na década de 70. Ao adotar a orientação monetarista e recessiva do FMI o Brasil praticamente estagnou crescendo na década de 80 a uma taxa média de 1,57% e na década de 90 a uma taxa de 2,65% (18).

Seguindo esta mesma orientação, nos primeiros quatro anos do governo Fernando Henrique o crescimento médio do PIB foi de 2,05%. Na campanha eleitoral ele dizia que no segundo mandato iria fazer o país crescer. No entanto, a taxa média de crescimento, neste período, foi menor ainda atingindo 2,025%.

**F**ica evidente que esta política econômica precisa mudar. Temos de deslocar a prioridade do país da estabilidade para o crescimento da economia com distribuição da renda e justiça social.

Sobre este assunto a Resolução da 9ª Conferência do PCdoB afirma: “o novo governo encontra-se diante de um paradoxo: assegurar os contratos firmados no período Fernando Henrique Cardoso ou mudar o projeto aplicado pelo governo passado (...) o centro da questão está em que uma mudança efetiva passa pela alteração dos fundamentos econômicos até aqui prevalecentes, pela recomposição do Estado nacional e pela afirmação crescente da soberania nacional”. Afirma, também, o documento: “a recomposição do Estado nacional requer mudanças na legislação vigente que reduziu o seu papel e, sobretudo, depende do país se livrar das condicionantes impostas pelos contratos com o FMI”.

Em outra passagem o mesmo documento afirma: “A verdade é que as exigências impostas para se manter a ‘confiança do mercado’ – interesses dos círculos financeiros centrais – vão se tornando cada vez mais contraditórias com as necessidades da ampla maioria da sociedade, que abarca

desde trabalhadores até camadas populares e médias incluindo empresários de vários portes. Assim acontecendo, ao fim e ao cabo, o governo perderá a confiança tanto do povo quanto do mercado financeiro”.

Por isto mesmo preocupa, aos setores interessados no êxito do governo Lula, a continuidade da política econômica do governo anterior.

No texto intitulado “Política Econômica e Reformas Estruturais”, encaminhado pelo Ministério da Fazenda ao FMI em abril de 2003, afirma-se: “como primeiro compromisso da política econômica a resolução dos graves problemas fiscais que caracterizam nossa história econômica, ou seja, a promoção de um ajuste fiscal definitivo das contas públicas”. Tal documento identifica os gastos públicos e não o pagamento de volumosos recursos com encargos da dívida pública brasileira como causa da crise fiscal do Estado. O referido texto critica o governo FHC por não ter imposto superávits primários maiores. Por outro lado, afirma: “o ajuste saudável das contas do setor público (...) torna imprescindíveis as reformas estruturais”, colocando, portanto, as reformas como instrumento do ajuste das contas públicas e não como instrumento de desenvolvimento e justiça social.

A *Carta* dirigida pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ao diretor-gerente do FMI, em 28 de maio deste ano, caracteriza a aprovação da emenda constitucional que facilita a regulamentação do setor financeiro como “um passo necessário à formalização da autonomia operacional do Banco Central”. O documento afirma também: “o governo tem avançado rapidamente no cumprimento de sua agenda para a recuperação econômica e implantação das reformas”, afirmando mais à frente: “Continuaremos a manter estreito diálogo com o FMI e estamos dispostos a adotar medidas adicionais, conforme necessário, para atingir estes objetivos”.

Já no Plano Plurianual a ênfase é colocada no desenvolvimento, afirmando o documento: “promover um desenvolvimento sustentado com equidade social requer grande união de esforços e a mobilização da sociedade brasileira. Cabe ao Estado utilizar todos os instrumentos e recursos disponíveis para dar o impulso indispensável à retomada do desenvolvimento”.

Por outro lado, o presidente Lula manifestou preocupações com o fato de em conversas tidas com líderes de 14 países presentes a uma reunião em Londres, os mesmos enfocarem preferencialmente temas relativos ao ajuste econômico, deixando de lado propostas relativas ao crescimento da economia (19).

A realidade indica haver uma luta na sociedade e no próprio governo entre a continuidade e a mudança. E o PCdoB se coloca no sentido de fortalecer o pólo da mudança como condição necessária para o êxito do governo Lula.

Tem sido levantada entre membros do governo a idéia da adoção do superávit primário contracíclico. Este mecanismo implica em que quando a economia vai

## A realidade indica haver uma luta na sociedade e no próprio governo entre a continuidade e a mudança.

bem, o governo aumenta o superávit para poder reduzi-lo na hora do aperto econômico para estimular a economia.

Esta proposta foi discutida pelos representantes brasileiros com Anoop Singh, chefe do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI. Ele constatou que o mecanismo não é nenhuma invenção heterodoxa e disse não ter nada a opor, desde que o novo modelo seja adotado num momento adequado! É bom que se diga que o Chile adotou este mecanismo. Todavia, representantes daquele governo disseram: “levamos dez anos de bom comportamento fiscal antes de introduzir o superávit contracíclico”.

No entanto, na Lei de Diretrizes Orçamentárias o governo estabeleceu a meta de 3,75% do PIB como superávit primário para os próximos anos. <sup>(20)</sup> Isto significa dizer que não se pensa em colocar em prática, proximamente, nem mesmo este mecanismo limitado.

Segundo os jornais, o governo brasileiro, caso renove o acordo com o FMI, negociará regras mais flexíveis para que o país possa aumentar os investimentos no setor público. A idéia é que o FMI libere o setor público para realizar investimentos sem considerá-los gasto público. <sup>(21)</sup>

Estas medidas são paliativas. Representam uma flexão no atual modelo de desenvolvimento. Mas não significam a adoção de um novo modelo.

**H**á um antagonismo entre as condicionalidades estruturais que nos são impostas pelo FMI e a soberania nacional. Isto porque a lógica desta política é a lógica do mercado internacional, do sistema financeiro. Dentro da mesma não cabe aos Estados nacionais dos países dependentes formularem políticas macroeconômicas, pois estas colocarão no centro de suas formulações os interesses nacionais que colidem com o interesse do sistema financeiro internacional. A lógica da globalização neoliberal tem como um dos seus elementos essenciais a fragilização dos Estados nacionais. Por isto mesmo não há como adotar um modelo nacional de desenvolvimento nos marcos dos acordos com o FMI. Neste sentido é bom relembrar a lição de Celso Furtado, um dos mais destacados economistas brasileiros, ao afirmar ser necessário dizer não à recessão e “libertar-nos da tutela do Fundo Monetário Internacional”. <sup>(22)</sup>

A adoção de um novo modelo de desenvolvimento tem, pois, como pressupostos, a não aceitação das condicionalidades estruturais e a adoção de uma política de fortalecimento do Estado brasileiro, um Estado democrático e voltado para uma mais justa distribuição da riqueza do país.

Tal caminho implica em colocar como questão cen-

tral a retomada do crescimento econômico, com distribuição da renda e justiça social. A meta fundamental deverá ser o crescimento econômico. As demais metas estarão sujeitas a esta como a meta inflacionária e as taxas de juros.

Esta opção implica numa renegociação soberana da dívida pública, assegurando que parte dos recursos hoje destinados aos encargos da dívida seja destinada a investimentos produtivos com o objetivo de assegurar o crescimento e a geração de emprego. Para que não haja a chamada “evasão de divisas” torna-se indispensável adotar uma política de controle do fluxo de capitais.

Tal política implica, também, em tomar medidas que estimulem o crescimento econômico reduzindo as taxas de juros e estabelecendo uma política de desenvolvimento industrial e agrícola, com ênfase para o mercado interno. Para a ativação do mercado interno serão necessárias medidas, tais como uma política de aumentos salarial e a realização da reforma agrária massiva. E também medidas de proteção da indústria e da agricultura nacionais. Isto não significa xenofobia contra o capital estrangeiro, que o país necessita, mas sim colocar ênfase no capital nacional como fator essencial do desenvolvimento. ☺

**Aldo Arantes** é advogado, Diretor Executivo do PROEP (MEC), ex-deputado federal e membro do Comitê Central do PCdoB.

#### Notas

- 1- KUCINSKI, Bernardo & BRANFORD, Sue. *A ditadura da dívida*, p. 76.
- 2- *Op. cit.*, p. 168.
- 3- *Op. cit.*, p. 76.
- 4- BAER, Mônica. *O desajuste financeiro e as dificuldades de financiamento do setor público brasileiro nos anos 80*, p. 40 e 50.
- 5- BIRD, Graham. *The international monetary fund and developing countries: a review of evidence and policy options*, p. 478-483.
- 6- AMIN, Samir. *Capitalism in the age of globalization*, p. 18-19.
- 7- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza – impactos das reformas do FMI e do banco mundial*, p. 60.
- 8- *BALANÇO DAS PRIVATIZAÇÕES. BNDES, 2002.*
- 9- LIMA, Haroldo. *Sem meias palavras*, p. 6.
- 10- *Op. cit.*, p. 5.
- 11- GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*, p. 208.
- 12- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza – impactos das reformas do FMI e do banco mundial*, p. 50.
- 13- *Jornal do Brasil* – 20-11-2001.
- 14- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, *Indústria e Comércio Exterior*, 29-06-2003.
- 15- *Folha de S. Paulo*, 16-07-2003.
- 16- *Correio Braziliense*, 30-05-2003.
- 17- Banco Central e Bancos.
- 18- IPEA, 2003.
- 19- *Folha de S. Paulo*, 17-07-2003.
- 20- *Idem*, 20-04-2003.
- 21- *Idem*, 16-07-2003.
- 22- FURTADO, Celso. *Não à recessão e ao desemprego*, p. 14-16.

# LIÇÕES da experiência NEOLIBERAL

## Brasil, Argentina e México

Renildo Souza

*Mesmo diante do fracasso do modelo neoliberal na América Latina, os representantes da ortodoxia econômica, paradoxalmente, reafirmam as suas recomendações de necessidade de extensão e aprofundamento da liberalização dos mercados e das chamadas reformas estruturais. Para eles, a vulnerabilidade externa decorreria de insuficiência, limitação e erros na implementação do modelo neoliberal*



O desemprego é uma herança da política neoliberal em toda a América Latina.

**N**este ano, 2003, o Brasil e a Argentina reanimam suas esperanças em sair da crise econômica e social. Brasileiros e argentinos contam com a possibilidade de novos rumos de desenvolvimento e integração da América do Sul, a partir dos governos Lula e Kirchner, enquanto no México o eleitorado acaba de se pronunciar reduzindo a força política do governo Fox. Os atuais governantes mexicanos substituíram o PRI (Partido Revolucionário Internacional), mas mantiveram a política neoliberal e de submissão aos interesses dos monopólios norte-americanos. Então, o que podemos aprender das lições da experiência do neoliberalismo nos três principais países da América Latina? Nas novas conjunturas políticas brasileira e argentina, há que se levar em conta a história dos fracassos das idéias e políticas neoliberais na década de 1990, a fim de se ter clareza sobre o conteúdo do novo modelo nacional-desenvolvimentista, democrático e social.

O México, a Argentina e o Brasil desenvolveram uma trajetória econômica na década de 1990 em que se destacam as reformas estruturais, as políticas de estabilização monetária e as crises cambiais e financeiras. Neste movimento, o sistema de gestão política tem sido objeto de importantes transformações (FIORI, 1999, p. 11-85). A soberania desses Estados sofreu importantes restrições advindas do processo de globalização do capital e da hegemonia do neoliberalismo (CANO, 2000, p. 11-79). As crises financeiras e cambiais, confirmando e explicitando a vulnerabilidade externa, desfizeram a ilusão da globalização neoliberal em termos de um renascimento econômico da América Latina, sob a direção conservadora.

### Sistema em crise

O sistema capitalista – depois de mais de um quarto de século de forte expansão econômica – perde dinamismo e passa a sofrer pressões estagnantes, desde os anos 1970. A partir daí, são empreendidas contínuas reestruturações, apelo às novas tecnologias, movimentos de centralização do capital. No novo quadro internacional, com a desaceleração do crescimento, as crises têm sido exportadas para a maioria dos países subdesenvolvidos.

Há uma contração tendencial do sistema capitalista. Desde 1974, ocorre um declínio contínuo da poupança e do investimento nos países da OCDE (CHESNAIS, 1999, p. 262). O Japão, segunda maior economia do mundo, mantém-se estagnado na década de 1990. Desde 2001, ocorre uma recessão sincronizada na tríade Estados Unidos, Japão e Europa.

O capitalismo monopolista manifesta uma tendência ao excesso de capital, associado à concorrência entre corporações gigantes, gerando-se capacidade produtiva ociosa. A elevação da produtividade do trabalho, em certos segmentos,

não tem conseguido estimular a demanda, servindo à expansão econômica. Nos Estados Unidos, os ganhos de produtividade, entre 1980 e 2000, não resultaram em queda dos preços nem elevaram os salários, sendo apropriados quase exclusivamente pelo capital. O processo de globalização, entre 1980 e 1989, resultou em taxas nulas de crescimento do rendimento *per capita* nos países em desenvolvimento, enquanto os países membros da OCDE obtiveram 1,8% de expansão deste rendimento (MONTHLY REVIEW, 2002).

O capitalismo contemporâneo é marcado por particular instabilidade financeira permanente, desde o colapso do sistema monetário de Bretton Woods; o regime de flutuação cambial; a liberalização dos mercados financeiros; e a norma de altas taxas de juros reais positivas. As finanças especulativas mundializadas deflagram abalos ou crises freqüentes às economias liberalizadas, abertas, mais vulneráveis e dependentes, como México, Brasil e Argentina.

A vulnerabilidade financeira sistêmica decorre da hipertrofia da esfera financeira, do crescimento lento da economia e do processo de liberalização (CHESNAIS, 1998, p. 262-3). Nunca antes o capital financeiro foi tão concentrado e centralizado como hoje. A oligarquia financeira internacional dispõe de imenso poder, algo que não se via desde os anos 1920 (Ibidem, 1998, p. 7-8).

### Reafirmação imperialista

Há uma ordem internacional unipolar, expressa pela hegemonia política e militar dos Estados Unidos. Os Estados Unidos controlam as decisões do FMI e do Banco Mundial (HOBSBAWN, 1995, p. 556). A União Européia nunca votou em bloco contrapondo-se aos Estados Unidos no interior do FMI (BORÓN, 2002). Nestas novas condições, volta ao debate político e acadêmico o conceito de imperialismo, apesar de tergiversações como a tese do império de Hardt e Negri.

A soberania dos Estados periféricos tem sido fortemente comprometida, sobretudo na vigência da combinação de neoliberalismo e crise econômica. O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, os Estados do G-7 e as grandes corporações empresariais detêm o poder de decisão sobre as questões políticas e econômicas no mundo, à revelia de qualquer legitimação democrática ou procedimentos consultivos multilaterais (Ibidem). A ONU teve sua capacidade de decisão esvaziada.

O FMI e a Secretaria do Tesouro do governo dos Estados Unidos interferem diretamente, como as vozes decisivas, na definição do conteúdo das políticas e medidas econômicas dos países periféricos. As intervenções de ajuda externa, comandadas pelo FMI, são um meio importante para a imposição do receituário recessivo e da liberalização dos mercados sobre os freqüentes e crescentes casos

de países em crise nas suas contas externas.

Os países em desenvolvimento, inclusive os da América Latina, vivem sob a dupla pressão político-econômica de Washington e ideológica de um consenso intelectual que carece de realismo tanto histórico como social (HOBBS-BAWN, 1999, p. 13).

Em 1989, as pressões para impor o modelo neoliberal aos países latino-americanos foram consolidadas como uma orientação geral e formal denominada Consenso de Washington. Trata-se, em “um conjunto abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de

políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes” (TAVARES; FIORI, 1993, p. 18).

As mudanças no quadro internacional têm representado um retrocesso para os países periféricos nos últimos vinte anos. Basta recordar que a ONU lançou em 1975 um programa para reduzir as desigualdades entre Norte e Sul, propondo uma Nova Ordem Econômica Internacional. Mas isso foi frustrado pela ascen-

são do neoliberalismo, pela crise da dívida e pelos programas de ajustamento estrutural impostos pelo FMI e Banco Mundial (SANTOS, 1999, p. 293).

### Estagnação e introdução do neoliberalismo

Historicamente, as condições internacionais decorrentes da grande depressão dos anos 1930 e da II Guerra Mundial apresentaram à América Latina as exigências decisivas de transformações nas funções do Estado e na estrutura econômica, a partir do processo de industrialização. Assim, de 1950 a 1967, o produto bruto da região passou de cerca de 40 bilhões de dólares para mais de 120 bilhões de dólares, com forte influência do “comportamento das três economias maiores – Brasil, México e Argentina – que em conjunto contribuem com mais de duas terças partes do produto regional” (FURTADO, 1985, p. 209-210).

Mas, a marcha do crescimento econômico é interrompida nos anos 1980, na América Latina. A década seguinte conhece o experimento do modelo neoliberal. Com relação à implementação deste modelo, a Cepal quantifica, através de índices, as reformas estruturais em países da América Latina e do Caribe, na década de 1990. São mensuradas a reforma financeira, a liberalização da conta de capital, a reforma comercial, a refor-

ma fiscal e as privatizações (CEPAL, 2002, p. 49).

História, política e economia mostram que a inauguração do neoliberalismo requereu inicialmente na América Latina a presença de fatores combinados de crise econômica, ditaduras militares ou tradicional conservadorismo no poder e reafirmação da hegemonia norte-americana no mundo. O Chile foi pioneiro na adoção do neoliberalismo. Nos anos 1970, a ditadura liderada pelo general Pinochet, lançava-se ao desmonte da herança das iniciativas e tentativas de sentido estatista do governo Allende. Em seguida, Uruguai e Argentina passam a adotar o receituário ortodoxo. Apesar dos fracassos neoliberais, no início dos anos 1980, nesses três países acima mencionados, o México inicia sua guinada para o liberalismo econômico a partir de 1982.

Nos anos 1980 instalaram-se “sistemas de governo caracterizados pelo funcionamento formal de instituições democráticas” em países latino-americanos (BEINSTEIN, 2001, p. 29). Estagnação, inflação, dívida externa, a chamada crise do Estado, desemprego e agravamento da pobreza compõem as condições econômicas e sociais gerais para que, sem regimes abertamente autoritários, algumas nações latino-americanas, como México, Brasil e Argentina, encaminhem-se para a aceitação das imposições das políticas neoliberais.

Costilla (2002, p. 27) denuncia a contra-reforma política do Estado na América Latina: A refundação dos Estados tem sido obra do poder e tem contado com a anuência e inclusão de novas frações transnacionalizadas do capital. As novas elites políticas, em sua maioria conformadas por tecnocratas triunfantes por sua capacidade para obter recursos dos organismos financeiros internacionais, se têm apoiado em uma lógica econômica neoliberal para implementar um programa de mudanças que a população e os próprios partidos políticos dos distintos países da América Latina normalmente não tem discutido e aprovado publicamente.

A Argentina e o Brasil venceram suas ditaduras militares, enquanto o México – um caso diferente – persistia governado pelo PRI, que recorre às farsas eleitorais periódicas.

Em 1982, elege-se Miguel de la Madrid, como presidente mexicano, para um mandato de seis anos, representando a chamada ala dos modernizadores do PRI, contra os “dinossauros”, levando adiante um programa de austeridade neoliberal, cortando gastos públicos e promovendo privatizações de empresas. Em 1988, Carlos Salinas de Gortari assume a Presidência, depois de eleições denunciadas como fraudulentas, realizando um governo de aprofundamento das reformas e dos laços com os Estados Unidos. O Nafta tem seu primeiro ano de vigência no último ano do mandato de Salinas.

Em 1989, em posse antecipada, em razão da crise econômica, Carlos Menem chega ao poder na Argentina. Fernando Collor de Mello é empossado no governo brasileiro em 1990.

**México, Brasil e Argentina foram os países que desenvolveram o mais extenso programa de privatizações.**

México, Argentina e Brasil, em momentos e com processos diferentes, levaram a efeito uma profunda desestatização. Dentre os chamados novos países industrializados, são eles os que mais privatizaram empresas públicas, em um prazo curto, no mundo. A justificativa do combate à elevadíssima inflação, que já exasperava a população, serviu como o principal meio para a implementação da estratégia neoliberal na Argentina e no Brasil (FILGUEIRAS, 2000). Depois de várias tentativas de planos de estabilização, a Argentina edita o Plano Cavallo, em 1991, e o Brasil, o Plano Real, em 1994.

O neoliberalismo encontrou mais resistência inicial no Brasil. Isto se associa ao fato de o nosso país ter sido o que mais avançou em industrialização na América Latina. Paradoxalmente, na década de 1980, perdida para a economia, cresceu a mobilização e a organização populares no Brasil. Construiu-se uma correlação de forças que não era tão adversa aos trabalhadores. Isso se refletiu na grande expressão da esquerda nas primeiras eleições presidenciais em 1989. A base produtiva, a Constituição de 1988 e os movimentos sociais organizados são os principais fatores diversos que explicam por que no Brasil o neoliberalismo tinha de ser tardio.

Logo após a implementação do ajuste neoliberal, México, Argentina e Brasil experimentaram certo crescimento econômico provisório. O México destacava-se como modelo de sucesso do neoliberalismo na América Latina, passando, inclusive, a integrar a OCDE.

### Crises cambiais e financeiras

No México, a abertura à especulação financeira, no marco das reformas neoliberais, permitiu uma significativa entrada de fluxos de capitais de curto prazo. Em 1994, a reversão desses fluxos, a partir do grande déficit nas transações correntes e das elevações seguidas da taxa de juros nos Estados Unidos, precipitou o México à crise. Surge um cenário de grande desastre: fuga de capitais, desemprego em massa, falências de empresas e bancos, ruína de governos estaduais. Mais do que uma moeda, entrara em colapso um modelo econômico (GRAY, 1999, p. 35).

A crise cambial e financeira do México repercutiu na Argentina e no Brasil. Em 1995, o PIB per capita declinou 1,5% na América Latina. A partir daí, amplia-se a vulnerabilidade externa da região (BEINSTEIN, 2001, p. 20). A crise da Argentina, a partir de 1999, culmina no fracasso do neoliberalismo na América Latina.

O rápido e gigantesco “pacote” de empréstimo de US\$ 50 bilhões, organizado pelo governo Clinton, foi motivado pelos seguintes fatores, conforme GRAY (1999, p. 63-65): evitar que o “efeito tequila”, com a queda das bolsas, alcançasse outras regiões, além da América Latina; assegurar os capitais norte-americanos aplicados nos merca-

dos financeiros mexicanos; impedir que o agravamento da instabilidade política e a crise social no México inviabilizassem o Nafta, além de explodir uma forte onda de imigrantes para os Estados Unidos; e, principalmente, salvar “a vitrine da reforma neoliberal do mercado”.

O Brasil, após o Plano Real, deparou-se com abalos cambiais e financeiros seguidos: início de 1995, último trimestre de 1997, segundo semestre de 1998, janeiro-março de 1999, abril-outubro de 2001, e o ano de 2002, a partir de maio. Segundo François Chesnais (1998, p. 10) em abril de 1988, as privatizações e a atitude favorável do governo brasileiro ao capital financeiro conseguiam (ainda, naquele momento) reter relativamente no Brasil capitais externos. O Brasil fez o acordo de novembro de 1998 com o FMI, que organizou um empréstimo de US\$ 41,5 bilhões; em 2001, o país obteve novo empréstimo de US\$ 15 bilhões; e em 2002, o governo Fernando Henrique obtém US\$ 30 bilhões, em novo acordo com o FMI.

A Argentina, no Plano Cavallo, em 1991, institucionalizou o *currency board* (diretoria de moeda da experiência de algumas colônias inglesas), com uma emenda constitucional, fixando a paridade peso-dólar e sua conversibilidade. O regime de *currency board* significa a renúncia da soberania do Estado sobre a sua moeda. Nestas condições, há um certo imobilismo do Banco Central em face de crises cambiais e bancárias, além da necessidade da decisão sobre a socialização das perdas, em decorrência de uma intervenção governamental para socorrer o sistema financeiro (CARVALHO, 2002, p. 21).

A reversão dos fluxos de capitais externos para a Argentina, em 1995, quase quebra o sistema bancário, levando o país a obter empréstimos internacionais de US\$ 8 bilhões, sob o comando do FMI, para destinar fundos aos bancos, inclusive garantindo recursos para os depósitos (EICHENGREEN, 2000, p. 239-240).

As dificuldades econômicas da Argentina voltaram a emergir, com mais força, a partir da desvalorização do real, no Brasil, em janeiro de 1999, agregando mais um fator de complicação para sua balança comercial. Então, desde 1999, a Argentina afunda na recessão, desemprego, pobreza e miséria. A fuga de capitais, a corrida aos depósitos bancários, o fim da conversibilidade, a *pesificação*, o impasse sobre a liberação dos depósitos e sobre a retomada da atividade do sistema bancário compõem a seqüência dos fatos econômicos do final de 2001 e durante 2002. A *pesificação*, conversão das transações dolarizadas em pesos, significou alívio para as dívidas em dólar, mas, por isso mesmo, em contrapartida, desvalorização dos haveres financeiros.

Os problemas na Argentina ultrapassam os marcos monetário e cambial. Em primeiro lugar, cabe caracterizar a crise argentina como algo mais amplo. Ali houve um certo colap-

so mais geral: econômico, financeiro, político, institucional e social. Apareceu uma crise de hegemonia, impasse político. Mas as forças nitidamente de esquerda, a despeito até dos protestos antiimperialistas, não conseguiram apresentar-se com um programa unitário e global e como uma alternativa concreta de direção política nacional. Apesar disso, a partir da eleição presidencial em 2002, os argentinos tentam forjar uma perspectiva de reconstrução nacional, em torno de um novo consenso desenvolvimentista e de um novo governo, sob a liderança do presidente Nestor Kirchner.

### Integração regional

Afastou-se o perigo de que a crise induzisse a políticas de retorno ao atrelamento automático da Argentina perante os Estados Unidos, como no tempo de Menem e Cavallo, em prejuízo da construção do Mercosul. Este esforço de integração tem caráter estratégico nos planos econômico e geopolítico

para o Brasil e a região, sobretudo diante das pressões norte-americanas para imposição da Alca. Sintomaticamente, o FMI, no caso da Argentina, recusa-se a ofertar novos créditos e exige o paga-

mento imediato dos seus empréstimos já vencidos, durante os anos 2001 e 2002, somente cedendo e aceitando um acordo de "rolagem" da sua dívida em janeiro de 2003.

Em 2002, o Brasil ofereceu certos e limitados apoios à Argentina, a exemplo do acordo de comércio de automóveis, favorecendo este último país. Diante da queda das exportações do Cone Sul para outras regiões, o Mercosul cumpriu um papel, nos anos 1990, de multiplicar a corrente de comércio entre seus países-membros. Acrescente-se que, também, nessa década, no que diz respeito à origem dos fluxos financeiros para esses países do Mercosul, houve importante diversificação.

Os Estados Unidos insistem no prazo de 2005, para início do funcionamento da Alca, e o governo Bush conta, desde 2001, com a Autorização de Promoção do Comércio (TPA) do Congresso a fim de encaminhar livre e rapidamente as negociações. O Nafta, com a participação do México, aparece, simultaneamente, como um instrumento objetivo de divisionismo da América Latina e parâmetro de negociação brandido pelos Estados Unidos (BORGES, 2002).

Na década de 1990, multiplicaram-se ou consolidaram-se os acordos de livre comércio, bilateralmente, e duas uniões aduaneiras – Mercosul e Pacto Andino. Os processos de integração da América Latina requerem a "recuperação do Estado Nacional como centro básico de decisões", para formular uma política de desenvolvimento, resistindo à mera imposição dos "interesses das grandes empresas

que atuam na região" (FURTADO, 1973, p. 86-7).

Apesar de genericamente a América Latina possuir traços comuns na sua formação histórica e interesses econômicos convergentes, reconhecem-se, obviamente, as muitas diferenças entre seus países-membros. Existem Estados muito pequenos e outros grandes, como o Brasil. A relação de complementaridade e reciprocidade entre esses diferentes países é uma exigência para a integração econômica na América Latina. Pode-se afirmar que os processos de integração da América Latina estão com sua sorte dependendo da trajetória dos principais países do subcontinente, a saber: Brasil, México e Argentina. A esse respeito, na década passada e nesta primeira década do novo século, estes três países encontram-se em uma encruzilhada histórica. A busca da unidade latino-americana deveria expressar-se em integração econômica, solidariedade política, interação cultural, além de relações externas multilaterais no mundo. Em face da inserção do México no Nafta, a ambição de integração econômica, hoje, é delimitada à América do Sul, sobretudo através da aceleração da convergência entre o Mercosul e o Pacto Andino.

A história dos últimos vinte anos tem turvado bastante a perspectiva de integração e desenvolvimento da América Latina. Retomando essa história recente, Eric Hobsbawm (1995, p. 411) denomina o Brasil, o México e a Argentina como os "três gigantes da dívida internacional". Com a crise da dívida, na década de 1980, ocorre o grande retrocesso na trajetória econômica desses três mais importantes países latino-americanos. O tipo de vulnerabilidade externa existente no México, na Argentina e no Brasil, nessa mesma década, era diferente da fragilidade externa dos anos 1990.

### Nova vulnerabilidade externa

Os anos 1980 representam a crise aberta. A principal diferença entre esses períodos consiste na associação da nova vulnerabilidade, nos anos 1990, a um definido modelo internacionalizante e liberal, dependente, cabal e definitivamente, da entrada de imensos fluxos de capitais de curto prazo e, posteriormente, de investimentos diretos estrangeiros. Estes últimos são considerados o motor do crescimento econômico.

Contudo, especialmente nos países periféricos, a adoção da liberalização financeira, faz com que a mobilidade do capital internacional provoque oscilações cambiais, prejudicando a autonomia da política governamental nacional voltada ao crescimento econômico e à defesa do emprego (EICHENGREEN, 2000, p. 251-3). As reformas estruturais e a gestão macroeconômica ortodoxa não asseguraram abundantes e contínuos fluxos de capitais para a América Latina.

A década de 1990 iniciou-se sob o completo triunfo político e ideológico do neoliberalismo na América Latina. Mas,

## A década de 90 marcou o triunfo do neoliberalismo.



ao ser encerrada, em 2000 se registra o fracasso da orientação econômica neoliberal, a queda do PRI, no México, do menemismo, na Argentina, e o ocaso do esquema de forças políticas lideradas por Fernando Henrique Cardoso. Sagram-se vitoriosas frentes de centro-esquerda no Brasil e na Argentina, respectivamente em 2002 e 2003.

O modelo neoliberal tem resultado em grandes desastres sociais. A América Latina, tradicionalmente marcada por imensas desigualdades sociais, encontrou no neoliberalismo um fator de agravamento das condições de vida das grandes massas trabalhadoras (SOARES, 2001). No México, em 1992, os 30% mais pobres da população detinham apenas 8% da renda nacional, enquanto a fortuna de 10 pessoas igualava-se a cerca de 10% do produto interno bruto do país (GRAY, 1999, p. 67).

### Continuismo ou mudança

Mas diante do fracasso do modelo neoliberal na América Latina, os representantes da ortodoxia econômica, paradoxalmente, reafirmam as suas recomendações de necessidade de extensão e aprofundamento da liberalização dos mercados e das chamadas reformas estruturais. Para eles, a vulnerabilidade externa decorreria de insuficiência, limitação e erros na implementação do modelo neoliberal. Propõe-se uma “fuga para frente”, com mais reformas.

Assim, exigem-se compromissos formais dos governos no sentido da perseverança na adoção desse contínuo ajuste estrutural, a fim de que esses países recuperem a credibilidade internacional, voltando a atrair os fluxos de capitais. Só assim, seriam, pois, retomados os recursos e investimentos para modernização e desenvolvimento desses países, no âmbito da globalização. Apesar das reiteradas crises na periferia, o FMI insiste na imposição das reformas neoliberais para ampliar a abertura das economias nacionais à livre mobilidade dos capitais, inclusive os especulativos e de curto prazo (BEINSTEIN, 2001, p. 11).

Qual será o futuro dos atuais processos políticos e econômicos em Brasil, México e Argentina? Antes das vitórias eleitorais progressistas no Brasil e Argentina, José Luís Fiori (1999, p. 79) avaliava que o projeto das elites liberais e internacionalizantes destes três principais países já não era apenas integração liberal à economia internacional, mas sim a condição de *dominion* dos Estados Unidos. Então, o futuro era mais terrível: a vulnerabilidade externa prepararia o terreno para uma subordinação mais explícita, mais formal.

Contudo, para Wilson Cano (2000, p.75) as próprias graves dificuldades decorrentes da submissão ao imperialismo vão forçar a busca da restauração da soberania nacional. E, segundo Atilio Borón (1995, p. 79), “talvez a tarefa mais urgente com que se tenha de enfrentar os países da América Latina uma vez esgotado o dilúvio neolibe-

ral seja a reconstrução do Estado”.

Hoje, no início do século XXI, questões candentes sobre o futuro da América Latina motivam o debate acerca do papel das políticas públicas de desenvolvimento e das relações externas dos Estados periféricos. O balanço dos experimentos dos anos 1990 pode oferecer lições indispensáveis para a formulação de políticas à altura dos desafios latino-americanos. Tullo Vigevani (2000) observa, acerca da possibilidade de uma política sul-americana, no caso do Brasil e da Argentina, a necessidade de definição favorável a uma extensa cooperação, em diversos campos, além do comércio, atingindo particularmente o tema desenvolvimento.

As vicissitudes da acumulação de capital na periferia latino-americana desde o início dos anos 1980 decorriam da combinação da dívida externa, inflação, estagnação. A dificuldade é que a forma da pretendida saída dessa crise converteu-se, depois, no agravamento do problema da vulnerabilidade externa nos anos 1990, como restrição ao desenvolvimento e ao combate ao desemprego, como mostraram os valiosos ensinamentos da experiência de Brasil, Argentina e México. 🍷

**Renildo Souza** é mestre em economia e membro do Comitê Central do PCdoB.

#### Bibliografia

- BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo semil: a grande crise da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BORGES, Altamiro (Org.). *Para entender e combater a Aica*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- BORÓN, Atilio. “A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- \_\_\_\_\_. “La estructura de la dominación mundial: de Bretton Woods al AMI”. *El Economista*, 2002. Disponível em: [www.economista.cubaweb.cu/2002/nro161/161\\_313.html](http://www.economista.cubaweb.cu/2002/nro161/161_313.html). Acesso em: 20 set. 2002.
- CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2000.
- CARYALHO, Carlos Eduardo. “Fragilidade fiscal, crise financeira e impasse político na Argentina”. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 198, p. 21-26, mar./abr. 2002.
- CEPAL. *Estudio económico de América Latina y el Caribe, 2000-2001*. Santiago: CEPAL, 2002.
- CHESNAIS, François. “Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica”. In: \_\_\_\_\_ (coord.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã 1998.
- \_\_\_\_\_. *Tobin or not Tobin?* São Paulo: UNESP: ATTAL, 1999.
- COSTILLA, Lucio Oliver. “O Estado e a democracia na América Latina sob a globalização neoliberal”. *Caderno CRH*, Salvador, p. 21-40, jan. 2002.
- EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital*. São Paulo: 34, 2000.
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FIORI, José Luiz. “De volta à questão da riqueza de algumas nações”. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, introdução, p. 11-46.
- \_\_\_\_\_. “Estados, moedas e desenvolvimento”. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 49-85.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- GRAY, John. *Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. “Primeiro Mundo e Terceiro Mundo depois da Guerra Fria”. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n° 67, p. 7-14, abr. 1999.
- \_\_\_\_\_. “Nova face do capitalismo (A): crescimento lento, excesso de capital e uma montanha de dívida”. *Monthly Review*, Nova York, 2002, n. 53. Disponível em: [http://resistir.info/mreview/mreview\\_53\\_port\\_f.html](http://resistir.info/mreview/mreview_53_port_f.html). Acesso em: 20 set. 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes.
- TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *(Des)Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- VIGEVANI, Tullo. “É possível uma política latino-americana?” *Panorama*, mai.-jun. 2000. Disponível em: [www.usp.br/fea/gacint/panorama5.html](http://www.usp.br/fea/gacint/panorama5.html). Acesso em: 20 set. 2002.

# NÃO PERCA OS ÚLTIMOS LANÇAMENTOS DA EDITORA ANITA GARIBALDI



## **Cinco heróis prisioneiros do império**

Jeferson Braga (org.)  
256 páginas  
R\$ 25,00

A farsa do "juízo" de cinco cubanos por um júri de Miami.



## **América Latina: submissão ou razão**

Altamiro Pires Borges  
156 páginas  
R\$ 20,00

O processo político latino-americano e as reflexões teóricas decorrentes.



## **Socialismo e juventude: textos e fotos**

Che Guevara  
126 páginas  
R\$ 15,00

Textos de Che sobre temas da revolução.



## **Jornal A Classe Operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional**

Apolinário Rebelo  
112 páginas  
R\$ 15,00

A trajetória do jornal fundado em 1º de maio de 1925 e que acompanha a própria história do Brasil nas últimas sete décadas.



## **Cadernos do MOVA - Programa Educacional do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos**

Costa Senna  
64 páginas  
R\$ 10,00

A criativa maneira de ensinar e aprender português, história, cidadania e matemática com literatura de cordel.



Pedidos para Editora Anita Garibaldi  
R. Monsenhor Passalacqua, 158 - Bela Vista - CEP 01323-010 - São Paulo/SP  
Telefax: (11) 3266-4312  
Endereço eletrônico: [anita.garibaldi@uol.com.br](mailto:anita.garibaldi@uol.com.br)  
Internet: [www.anitagaribaldi.com.br](http://www.anitagaribaldi.com.br)

# A questão nacional e o governo Lula

Dilermando Toni

*Passados oito meses desde a posse do presidente Lula, as forças mais conscientes da coligação que sustenta o novo governo, nas quais estão incluídos os comunistas, vão forjando uma firme convicção de que o enfrentamento dos problemas relativos à soberania nacional em suas manifestações econômica, financeira, política, diplomática e cultural tem dimensão estratégica e é condição necessária para abrir caminho a um novo ciclo de desenvolvimento econômico do país, base da tão sonhada melhoria de vida do povo brasileiro*

**O** destaque à importância da questão nacional para a luta por um Brasil progressista está ligado, antes de tudo à visão marxista, teórica e histórica, do desenvolvimento da humanidade nos últimos cem anos. Foi na passagem do século XIX ao século XX que o mundo assistiu ao advento do imperialismo que surgia como uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo. Isto transformou profundamente a relação entre as nações, tanto entre os países de capitalismo desenvolvido quanto entre estes e os países menos desenvolvidos.

O gigantesco nível de acumulação capitalista alcançado em alguns países, quando os monopólios dominaram a livre concorrência e quando os bancos dominaram a indústria, colocou a necessidade de que o capital transpusesse as fronteiras nacionais em busca de outras plagas onde se valorizasse. A possibilidade de que isto acontecesse estava posta pela existência de uma série de países que poderiam receber os chamados capitais sobranes, incorporados à

circulação do capitalismo mundial e com as condições para que os capitais neles investidos ali se valorizassem.

Lênin, o grande teórico do imperialismo, notadamente das novas condições políticas colocadas à luta do proletariado, analisou em muitas obras as novas bases do relacionamento entre as nações, procurando destacar as particularidades em relação ao período anterior, do capitalismo da concorrência. Em suas *Notas críticas sobre o problema nacional*, por exemplo, escreveu: "O capitalismo em desenvolvimento conhece duas tendências históricas no problema nacional. A primeira é o despertar da vida nacional e dos movimentos nacionais, a luta contra toda opressão nacional e a criação dos Estados nacionais. A segunda é o desenvolvimento e a multiplicação das relações de todo o tipo entre as nações, a derrubada das barreiras nacionais, a formação da unidade internacional do capital, da vida econômica em geral, da política, da ciência etc. Ambas as tendências são uma lei universal do capitalismo. A primeira predomina nos

albores do desenvolvimento do capitalismo; a segunda é característica do capitalismo maduro(...)”<sup>1</sup>, que, nas relações entre Estados, dava origem a um sistema geral de “elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial”.<sup>2</sup>

Lênin chamava a atenção para que “o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias –, mas também as formas variadas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática.”<sup>3</sup>

O que Lênin constatava com propriedade é que o mundo encontrava-se diante de uma nova situação histórica na qual o problema nacional adquiria uma nova dimensão e um novo conteúdo. Dizia que: “O imperialismo significa que o capital ultrapassou o marco dos Estados nacionais, que a opressão nacional se amplia e se agrava sobre uma nova base histórica. Disto se deduz exatamente... que devemos vincular a luta revolucionária pelo socialismo com um programa revolucionário quanto ao problema nacional”<sup>4</sup>. Por isso, a luta pela soberania não se confunde com o nacionalismo burguês e tem caráter internacionalista.

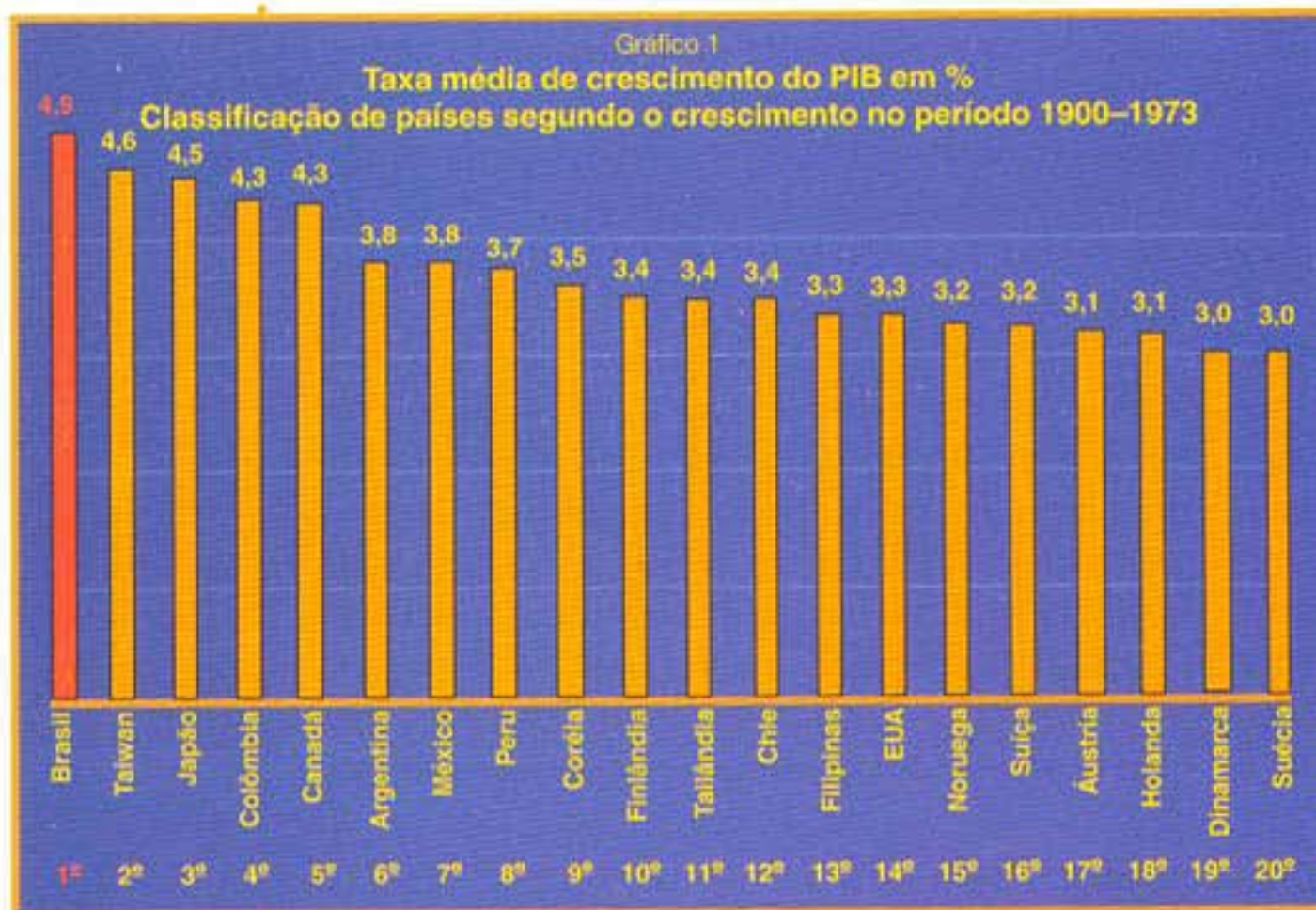
### A nova ordem

Passaram-se quase 100 anos da formulação destas idéias. O mundo assistiu a duas grandes guerras mundiais e crises econômicas de tal monta que pareciam não ter saídas; o socialismo começou a ser construído em uma série de países e a bipolaridade funcionava como uma espécie de equilíbrio de forças. Em meio a contradições, turbulências, atrasos relativos e desigualdades o capitalismo continuou sua mar-

cha. Após a II Guerra Mundial, sob plena hegemonia norte-americana no mundo capitalista, a exportação de capitais ganhou um novo impulso – sob a forma de investimentos diretos ou de empréstimos, entre os países de capitalismo desenvolvido ou entre estes e os países em desenvolvimento – o que, sem dúvida acentuou a tendência apontada por Lênin de que: “A exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente.”<sup>5</sup> Isto, aliado a fatores internos, sobretudo à ação dos Estados nacionais, já em um quadro de certa acumulação interna de capitais, fez com que em algumas partes da Ásia e da América Latina alguns países comesçassem a se destacar, alcançando um nível médio de desenvolvimento capitalista e formando algo como um grupo especial entre os países dependentes. Com uma nova divisão internacional do trabalho a reprodução ampliada do capital torna-se ainda mais internacionalizada e complexa, de tal forma que instituições multilaterais como o FMI, Bird e GATT (agora OMC) passam a jogar papel fundamental para gerir e preservar os interesses da oligarquia financeira internacional nas relações entre as nações.

Com a globalização na virada do século XX para o século XXI, coincidente com a *débâcle* do socialismo, tudo parecia dar razão aos ideólogos que vendiam a idéia de um mundo mais integrado, mais unido, onde haveria surgido uma nova relação entre os países ricos e os demais cujo conteúdo estaria mais na complementariedade do que na dependência. É interessante porém, a opinião de Ha-Joon Chang, professor da Universidade de Cambridge publicada em livro <sup>6</sup> sobre o qual o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) divulgou um comentário intitulado *Como os ricos tornaram-se ricos?* Chang passa em revista as experiências dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Suécia e Japão, este último de industrialização tardia em comparação com os Estados Unidos e países da Europa Continental. “Até o final

do século XIX e início do século XX, quando se tornaram economias desenvolvidas, a ampla maioria dos países desenvolvidos usou de forma ativa políticas comerciais, industriais e tecnológicas – como proteção da indústria nascente, subsídios às exportações e controle de transferência de conhecimento –, ou seja, práticas hoje consideradas “más” e, portanto, devem ser evitadas, quando não formalmente proibidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC).”<sup>7</sup> Os respectivos Estados destes países é que tiveram o papel central na aplicação destas políticas. No caso da Alemanha um papel direto na promoção da industrialização, nos EUA com a proteção tarifária e assim por diante. Não seriam o que são hoje se houvessem adotado estas políticas no passado. Após terem se enriquecido e



exatamente pela necessidade de manter este status todos eles se tornaram e são até hoje defensores do livre comércio, da liberalização financeira, das marcas, patentes e direito de propriedade intelectual e, sobre esta base estabelecem relações com os demais países.

Quanto às formas modernas das relações de dependência as coisas sofisticaram-se, mas não mudaram muito. Hélio Jaguaribe, por exemplo, referindo-se especificamente ao domínio norte-americano diz: "O campo de predominância dos Estados Unidos se caracteriza pelo fato de compreender um amplo conjunto de países que, embora conservando sua soberania formal – hino, bandeira, exércitos de parada, eleição de seus dirigentes, quando democráticos – estão submetidos a um conjunto de poderosos constrangimentos – econômicos, financeiros, tecnológicos, culturais e políticos – de tal sorte que seus dirigentes são compelidos... a seguir uma orientação compatível com a que lhes prescrevam os principais interesses americanos. Estes, no topo do processo, se exprimem por injunções do governo americano. Correntemente, exprimem os interesses do capital financeiro e das multinacionais, exercidos no âmbito do processo de globalização mas, efetiva e predominantemente, representando os interesses corporativos americanos (...) [que] podem ser reduzidos a duas exigências: 1) preservação, por parte dos EUA, de seu monopólio atômico e incontestável predomínio militar e 2) livre acesso das empresas americanas aos mercados (...) Como recurso extremo, os Estados Unidos se reservam, unilateralmente, a faculdade de intervir militarmente onde lhes pareça necessário (...)"<sup>8</sup>

Em síntese, à globalização (quando a superacumulação de capitais elevou a um novo patamar a concentração dos monopólios, a financeirização e a exportação de capitais<sup>9</sup>) correspondem o neoliberalismo enquanto estratégia política, econômica e diplomática, a reafirmação da hegemonia norte-americana – única superpotência – e a derrota estratégica do socialismo. Um mundo mais dividido, mais desigual, mais antagônico em que as relações de dominação e dependência entre nações se aprofundam não só pela via econômica e diplomática mas, cada vez mais freqüentemente pela guerra. Neste contexto o problema nacional se coloca ainda mais fortemente com o sentido estratégico pela formação de uma grande frente em defesa da soberania das nações, por um mundo contra-hegemônico, multipolar.

### Era Vargas

O capitalismo brasileiro deu seus passos iniciais a partir da última década do século XIX, baseado na acumulação cafeeira, no grande comércio do café com o exterior (dominado

pelo capital estrangeiro), expandiu-se para a indústria têxtil e alimentícia, localizada sobretudo em São Paulo. Um processo fundamental de acumulação interna no qual o capital estrangeiro, inglês principalmente, participou com empréstimos e investimentos. A força de trabalho necessária veio dos quase cinco milhões de imigrantes europeus que para cá se deslocaram das duas últimas décadas do século XIX às três primeiras do século XX.<sup>10</sup>

A partir de 1930 inicia-se a "era Vargas", que vai até meados da década de 80 cuja resultante é a revolução burguesa brasileira, provavelmente a de maior alcance, entre os países periféricos. O Brasil passou por um período de industrialização restringida entre 1933 e 1955<sup>11</sup> que completou-se com a industrialização pesada de bens de produção iniciada no segundo governo de Vargas e terminada no governo Geisel, 30 anos depois, chegando ao patamar que J. M. Cardoso de Mello chama de "autodeterminação do capital". Ao lado disto diversificou-se a indústria leve, os produtos industriais passaram a ter o maior peso na pauta de exportações (hoje se destacam inclusive os aviões). O capitalismo penetrou e transformou o campo de uma situação de monocultura para a grande e diversificada produção agrícola e pecuária, com alta produtividade à base da larga utilização de máquinas, implementos e outros insumos agrícolas. Agricultura e serviços industrializaram-se. Foi o que constituiu a base da formação das grandes cidades, da diminuição relativa da população rural, do grande crescimento do número e da influência política do proletariado urbano e rural e à passagem de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrial diversificada. As taxas médias de crescimento do PIB brasileiro foram as maiores do mundo durante praticamente os três primeiros quartos do século XX, (Gráfico 1). O país chegou a ter o 10º maior parque industrial e a ser a 8ª maior economia do mundo podendo ser caracterizado como um país de capitalismo mediana-

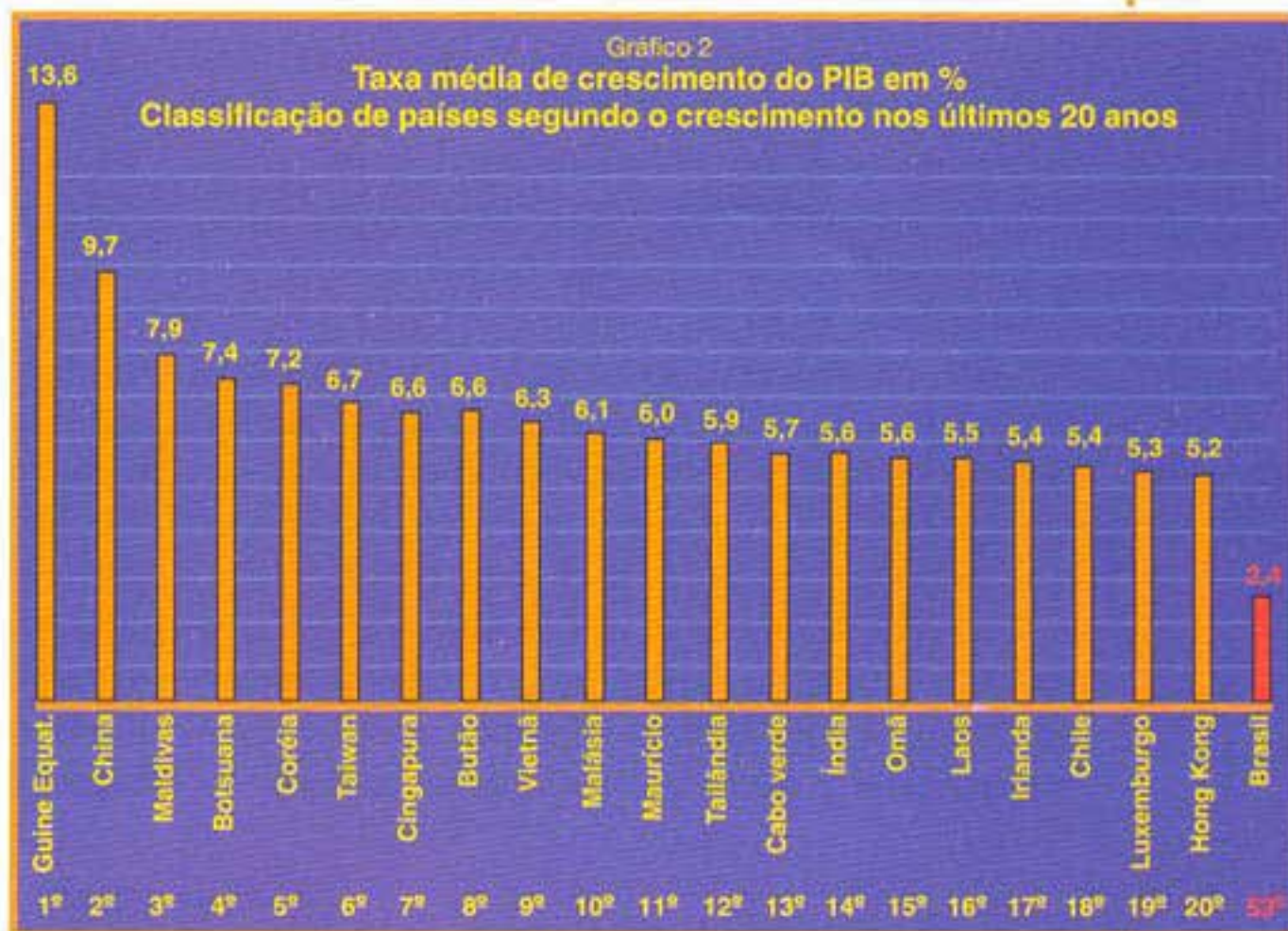
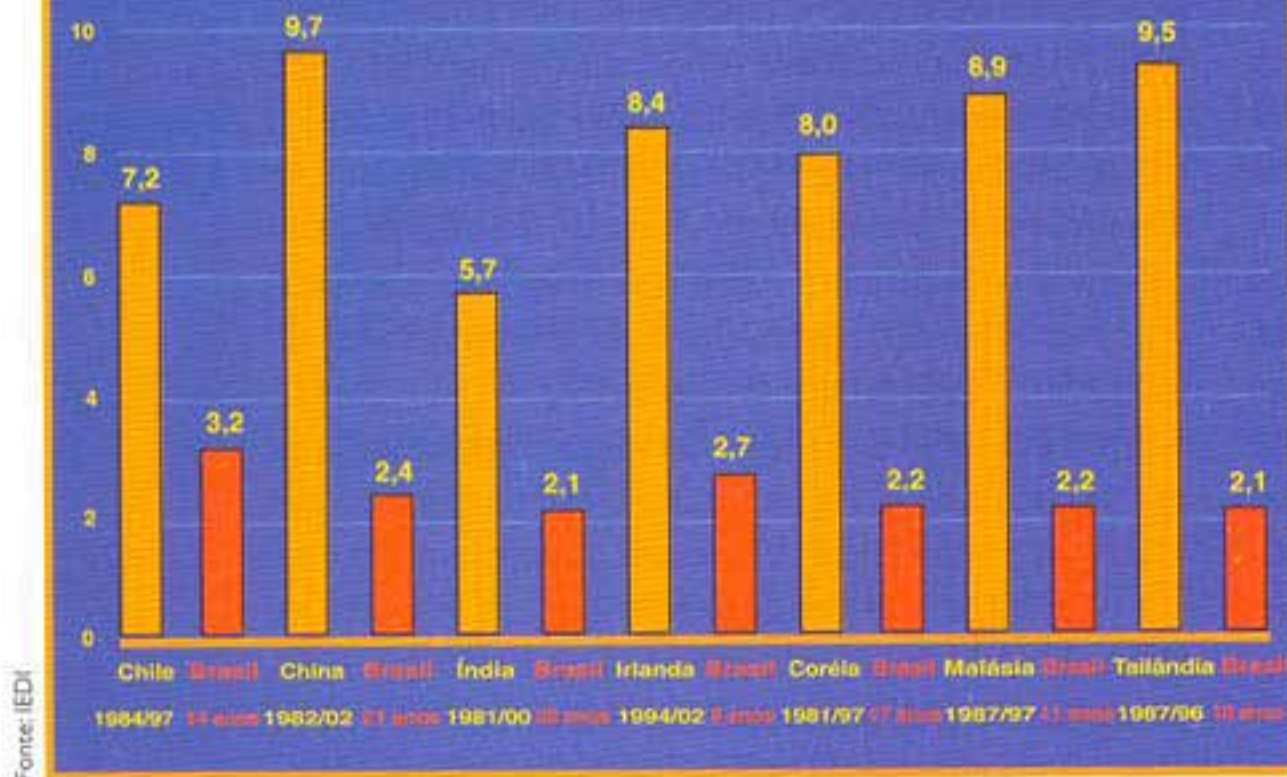


Gráfico 3  
**PIB – Crescimento médio anual em períodos de crescimento sustentado  
 Países emergentes e Brasil (%)**



mente e tardiamente desenvolvido, dependente.

O Estado nacional, fortalecido a partir do pacto federativo que subordinou as oligarquias regionais, jogou papel central em todo este processo<sup>12</sup>, participando diretamente nos empreendimentos de mineração e siderurgia pesada, na infraestrutura – petróleo, energia hidráulica, portos, rodovias, telecomunicações –, organizando um sistema financeiro estatal para dar suporte a estas atividades e às operações de financiamento da indústria (BNDES, BB, bancos regionais e estaduais), criando agências de fomento e instituições de pesquisa científica voltadas ao desenvolvimento, elaborando a política econômica e os planos econômicos de desenvolvimento.

Formando o tripé ao lado do Estado e do capital privado nacional, o capital estrangeiro esteve presente em todo o período através de investimentos diretos, isolados ou associados, e empréstimos para o financiamento do governo, bancos e empresas, muitas destas filiais de companhias transnacionais. A dívida externa ao longo do século XX mostrou sempre uma tendência ao crescimento, em ciclos e em saltos em alguns momentos. Teve que ser reestruturada várias vezes diante das dificuldades do país.<sup>13</sup> O investimento direto durante a primeira metade do século XX esteve voltado para a infraestrutura mas, depois da metade dos anos 50 penetrou crescentemente na indústria de transformação na qual se destaca pela importância econômica o setor automotivo.

Ao fim do processo a burguesia industrial<sup>14</sup> é a força política dominante, hegemônica no Estado nacional que conduziu este processo em aliança e também com alguns atritos com o capital e governos externos. Como constata Conceição Tavares: “Evidentemente, no período de 1937 até 1954, a associação é menos visível e o perfil de dominação estrangeira mais atenuado do que a partir de 1956/57.”<sup>15</sup>

Na contraposição entre os EUA e a URSS que marcou a cena internacional durante boa parte do século XX as classes dominantes brasileiras se alinharam quase que permanentemente, política e diplomaticamente, ao bloco oci-

dental hegemônico pelos norte-americanos. A estratégia de defesa e segurança nacionais das Forças Armadas foi muito influenciada por essa dicotomia neste período. O governo dos EUA teve ingerência destacada nos acontecimentos que levaram ao suicídio de Vargas em 1954, assim como na deflagração do golpe militar de 1964.

### Algumas lições interessantes

As lutas e posturas políticas entre as classes e seus partidos, assim como as mediações entre a política e a economia durante a “era Vargas” foram variadas e originais. Prevaleceram durante décadas formas de dominação ditatoriais, onde os comunistas e as organizações populares foram profundamente atingidos.

As transformações econômicas mais importantes só foram acontecer no segundo governo de Vargas, 20 anos após a revolução de 30. Mas vale a pena fechar o foco sobre o início da década de 50, pelas lições que oferece.

Getúlio Vargas que havia governado o país de 1930 a 1945 tomou posse no início de 1951 como presidente eleito pelo PTB, em sintonia com as aspirações do povo e da nação de um caminho diferente do adotado pelo então presidente general Eurico Gaspar Dutra e derrotando o candidato da direita udenista, brigadeiro Eduardo Gomes. Para vencer Vargas teve que se aliar a um setor de forças ligado a Ademar de Barros (PSP), então governador de São Paulo que indicou o candidato a vice-presidente, Café Filho. Contou igualmente com o apoio de parte significativa do PSD. Empossado, procurou compor um ministério amplo que lhe permitisse governar. Havia no país um clima de certa liberdade política e de ascenso do movimento popular.

Na economia, assessorado por uma equipe de técnicos progressistas, elaborou um plano para concretizar seu programa de campanha que teve como centro a questão nacional. Segundo Mônica Medrado da Costa: “A questão nacional aparece, sobretudo, nos debates em torno da criação da Companhia Vale do Rio Doce, da Fábrica Nacional de Motores e da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, entendidos por Getúlio como os três grandes marcos na luta pela independência econômica do país. Também o tema da nacionalização dos recursos naturais e das riquezas do subsolo constitui... um ponto essencial do chamado projeto político nacionalista de Vargas.”<sup>16</sup> Assim surgiu o monopólio estatal do petróleo através da Petrobras, indo ao encontro de ampla campanha popular pelo petróleo dirigida pelo Partido Comunista e de grandes debates havidos no Congresso Nacional. Surgiram também o BNDE e o Banco do Nordeste; a CSN entrou em funcionamento efetivo. Vargas propôs a criação da Eletrobrás<sup>17</sup> e fomentou uma série de planos e instituições para o desen-

volvimento; encaminhou a Lei da Remessa de Lucros.

Por tudo isto enfrentou desde o início pesada oposição da direita articulada em torno da UDN (da qual um dos maiores expoentes era Carlos Lacerda), apoiada por um setor das forças armadas (da Aeronáutica e do Exército) e pelos representantes do capital estrangeiro, que desencadeou uma ampla e radical campanha através da mídia (*Tribuna da Imprensa*, *O Globo*, revista *O Cruzeiro*) exigindo a renúncia de Vargas, apesar do jornal *Última Hora* de lhes tentava fazer contraponto.

Vargas procurava ganhar tempo manobrando com reformulações ministeriais, mas foi se isolando e sendo obrigado a ceder às pressões da direita num quadro em contínua radicalização política em que se “aguçam, mais uma vez, as contradições entre a corrente representada por Vargas e as forças mais reacionárias.”<sup>18</sup> Os ademaristas que haviam sido neutralizados no princípio, passaram a fazer coro com Lacerda pela renúncia de Vargas. O tom elevou-se quando os republicanos ganharam as eleições nos EUA. Por fim, as pressões sobre Vargas tornaram-se insuportáveis depois que elementos de sua segurança pessoal perpetraram um atentado contra a vida de Lacerda.

Sob a influência sectária do *Manifesto de Agosto* de 1950 o Partido Comunista se absteve de participar do processo eleitoral propondo o voto em branco. Iniciado o governo: “Sem levar em conta a situação real, adota atitude rígida de combate sistemático a Vargas, que obtivera expressiva votação popular e representa, em certo grau, setores progressistas da nação”<sup>19</sup>. De um lado, o Partido defendia os interesses sociais imediatos dos trabalhadores tendo conduzido a famosa greve de 53 em São Paulo por melhores salários; de outra parte protagonizava importantes batalhas pelo petróleo ou contra o envio de tropas brasileiras para lutar na guerra da Coreia do lado norte-americano. No entanto, colocava-se erradamente na cena política opondo-se ao governo, desconhecendo a prática da luta pela soberania nacional e não vendo as contradições que se expressavam no governo, a campanha da direita e de como os interesses nacionais pelo desenvolvimento se vinculavam com as reivindicações dos trabalhadores. Acossado pela direita e pela esquerda, Vargas foi depositado pelas Forças Armadas e suicidou-se em agosto de

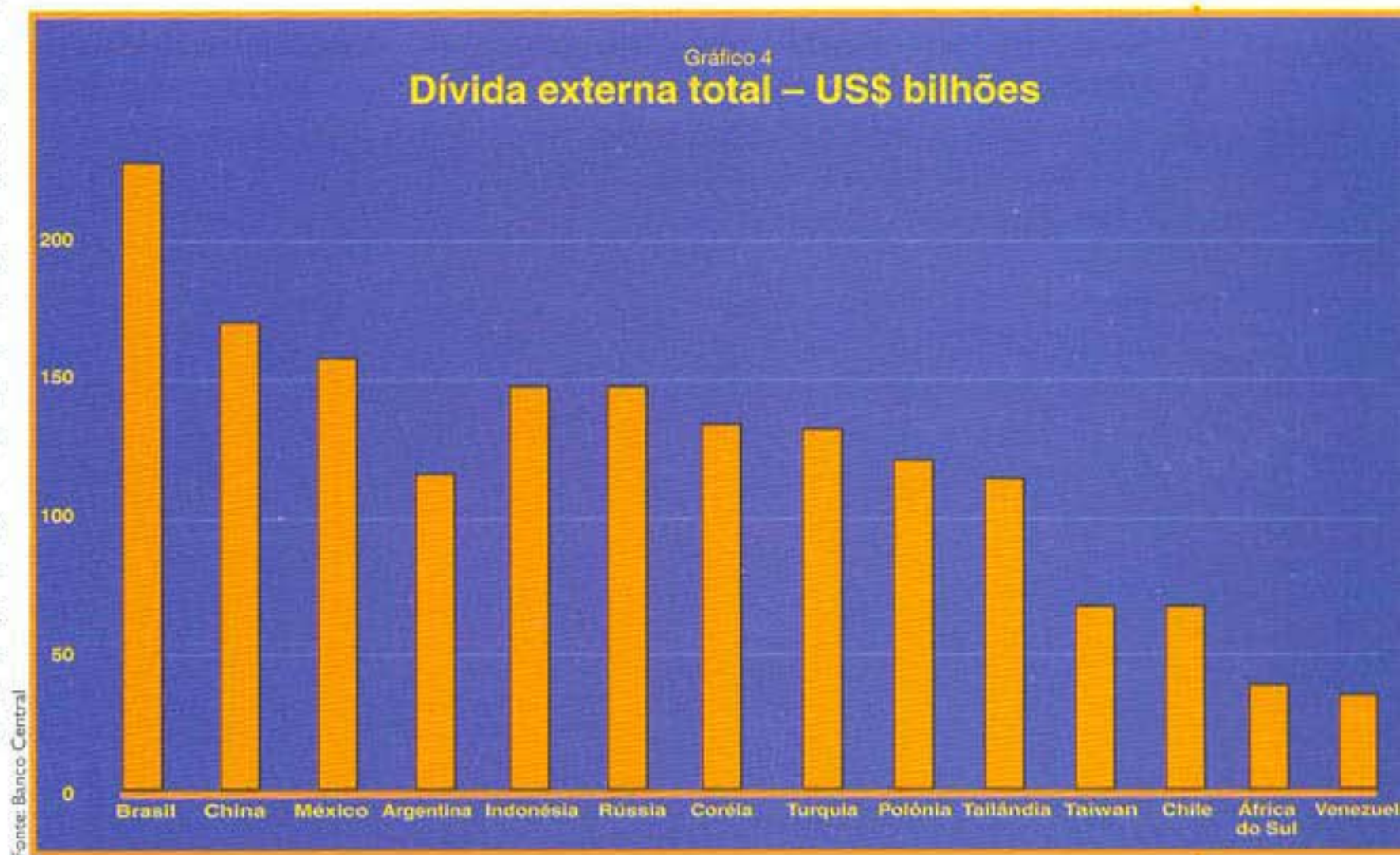
54, deixando uma carta-testamento que é um manifesto de luta contra o imperialismo<sup>20</sup>. As massas populares chocadas com a morte de Vargas quebraram as instalações da imprensa reacionária, atacaram a embaixada e consulados dos EUA e condenaram a postura então adotada pelos comunistas.

### Era Vargas esgotada e o neoliberalismo fracassado

No governo Sarney a “era Vargas” já dava visíveis sinais de esgotamento. Para que pudesse continuar a se desenvolver, nas novas condições do mundo globalizado e hegemônico por uma superpotência belicista, seria necessário que o país se firmasse como uma potência mediana, abrindo lugar soberanamente no concerto das nações; mas os setores até então dominantes (elites industriais) não reuniam condições para executar com sucesso uma empreitada de tal envergadura. A vida política nacional foi então polarizada pela discussão de que caminhos o país deveria trilhar. Começou a se esboçar um novo projeto originado nos partidos de esquerda em torno da candidatura de Luiz Inácio da Silva, em 1989.

Na crítica à “era Vargas”, sobretudo ao papel até então desempenhado pelo Estado nacional na estratégia do desenvolvimento, venceu nos primeiros embates o neoliberalismo, primeiro com Collor de Melo e depois com Fernando Henrique Cardoso. Mas a tentativa de que uma nova fração dominante da burguesia, do capital financeiro, rentista, pudesse promover o desenvolvimento ou “modernizar o país colocando-o no primeiro mundo”, conforme prometeram, fracassou.

A estratégia neoliberal de um Estado mínimo, da liberalização comercial e sobretudo financeira, de busca da poupança externa a qualquer preço, de privatizações, de “flexibilização” das relações trabalhistas etc. levou a que o Brasil se transformasse em um país mais dependente, mais desigual



e praticamente estagnado do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Nesse processo o Brasil perdeu posições e atrasou-se relativamente, tanto que, nos últimos 20 anos passou a deter o 93º lugar na média de crescimento anual do PIB, (Gráfico 2), com taxas comparadas muito inferiores a de outros países “em desenvolvimento”, (Gráfico 3).

Depois de mais de uma década de neoliberalismo a dependência adquiriu novas formas e atingiu um patamar mais elevado. O volume do passivo externo brasileiro – soma da dívida externa com o estoque de investimentos estrangeiros – atinge cerca de US\$ 450 bilhões <sup>21</sup> e diferencia o país de outros assemelhados (Gráficos 4 e 5). Isto gera obrigações de amortizações, pagamento de juros, remessa de lucros e dividendos da ordem de US\$ 52 bilhões por ano ou US\$ 1 bilhão por semana; por isso, se coloca como o constrangimento central a ser enfrentado para que o país volte a se desenvolver, (Tabela). Os investimentos diretos feitos neste período também têm uma particularidade, estiveram muito voltados às privatizações e às aquisições de empresas nacionais, na indústria, infra-estrutura, comércio e sistema financeiro o que elevou o índice de desnacionalização. Como o país não suporta a carga do passivo externo e já com as reservas internacionais exauridas tem que recorrer aos empréstimos do FMI que vêm acompanhados de pesadas condicionalidades sob a forma de orientações obrigatórias de política monetária, metas de inflação/taxas de juros, metas fiscais de superávit primário, BC independente, privatizações, agendas de reformas e muitas outras.

Exaurido pelas contas externas o Estado busca se financiar internamente com a emissão de títulos públicos pelos quais paga elevados juros além de aumentar a arrecadação de impostos e fazer cortes nas rubricas sociais do Orçamento público. Dessa forma o Estado brasileiro se transformou em mero repassador de renda ao sistema financeiro nacional e internacional. Como se isso fosse pouco surge a proposta da ALCA feita pelos EUA, algo que coroaría todo o esquema,

anexando a economia do Brasil à dos EUA. O desemprego e a concentração de renda, de um lado, e o lucro dos banqueiros, de outro, batem um recorde atrás do outro.

### Elementos do novo projeto de soberania <sup>22</sup>

Na luta política que se seguiu, após 12 anos da primeira tentativa, forças políticas nucleadas pela esquerda, comprometidas com a mudança de rumos do país, ganharam as eleições com Lula presidente. Começa a se esboçar um novo projeto, de um lado, na crítica ao projeto da “era Vargas” procurando incorporar seus aspectos positivos e, de outro lado, na negação do projeto neoliberal. É outro projeto de nação, histórico e estratégico, democrático, nacional-desenvolvimentista com a dimensão de reconstrução nacional, recomposição do Estado e, um novo modelo econômico: desenvolvimento sustentado, baseado no mercado interno, voltado para a geração de emprego e valorização do trabalho.

Entre os vários aspectos integrantes deste conjunto se destaca o relativo à afirmação da soberania para enfrentar a principal restrição ao desenvolvimento, a dependência e a vulnerabilidade externas. Para os comunistas particularmente, esta é uma dimensão da luta pelo socialismo. Poderiam ser colocados como aspectos fundamentais (econômicos, políticos, militares e culturais) da luta pela soberania nacional hoje:

#### 1 - recuperação do Estado nacional

- ▶ garantindo a autonomia da formulação da política econômica e retomando os critérios e capacidade do investimento público;
- ▶ mantendo e ampliando o controle público sobre o Banco Central, como elemento garantidor da moeda nacional e participe do esforço do desenvolvimento e do avanço social;
- ▶ recuperando as Forças Armadas para garantir a integridade territorial do país;

#### 2 - equacionamento do endividamento externo visando a redução e o aumento das reservas internacionais;

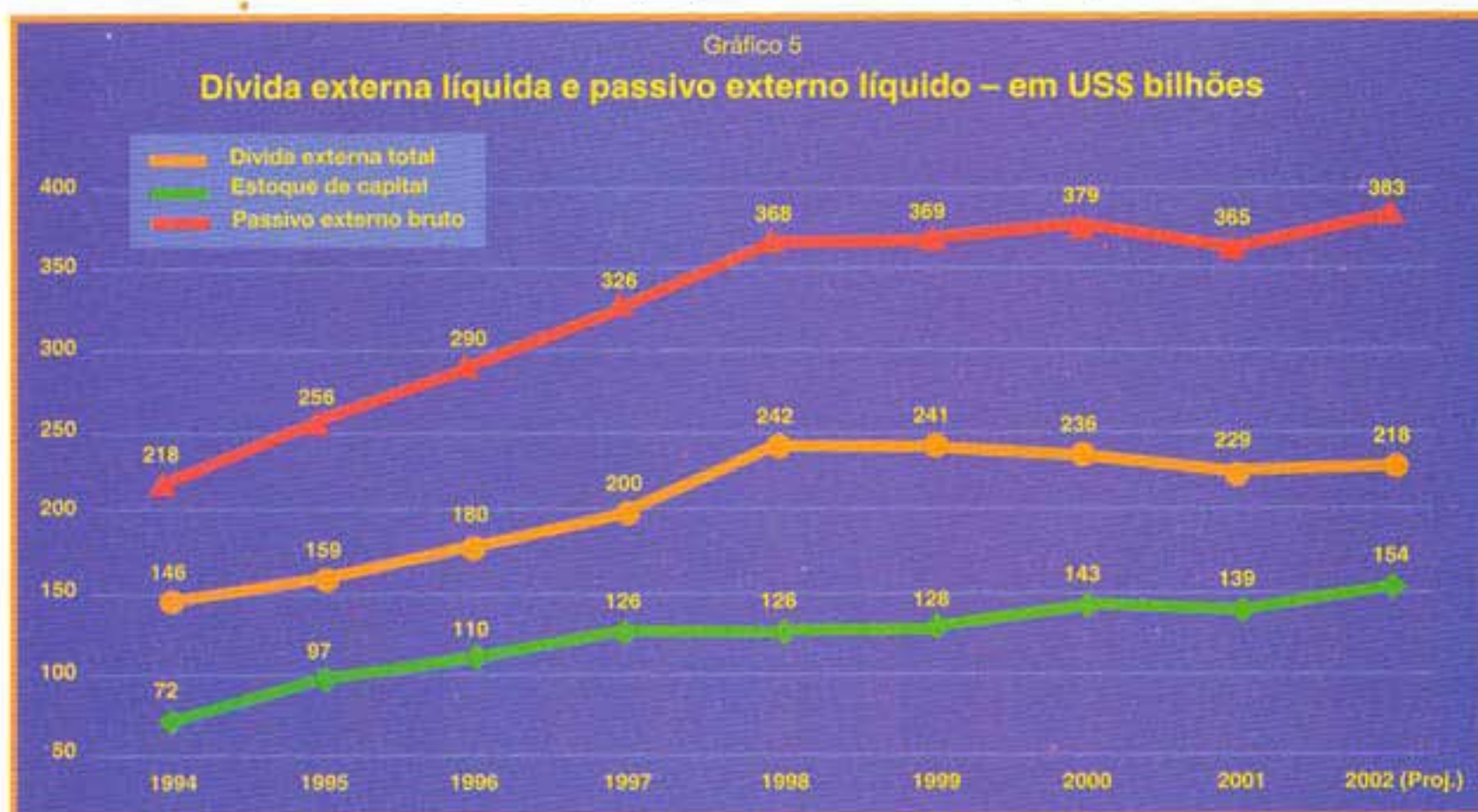
#### 3 - novo relacionamento com os organismos financeiros

e comerciais multilaterais (FMI, OMC etc.) com base nos interesses nacionais;

4 - controle seletivo sobre a movimentação de capitais (entrada e saída) a fim de evitar as atividades especulativas;

5 - prioridade para relações comerciais e diplomáticas de benefício mútuo com o Mercosul, América Latina e países similares (Índia, China e África do Sul);

6 - desenvolvimento da ciência e tecnologia nacionais;



Fontes: 1994 – Sobee; 1995-2001 – BBV; 2002 – projeção IEDI



7 - afirmação da cultura e identidade nacionais.

**As condições atuais para um projeto de novo tipo**

Há na situação presente a convergência de seis fatores fundamentais, que formam um tipo de oportunidade histórica – em que nada tomado como absoluto (ou seja, em cada um deles há contradições) –, que possibilitam a formação de uma grande frente para a consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista, voltado para os interesses do povo, que possa enfrentar os constrangimentos impostos pela dependência:

1 - governo progressista, comprometido com mudanças. Este é o fator principal. Todo o esforço deve ser feito para que se consolide um núcleo de convicção para um projeto deste tipo, dentro do governo, neutralizando e isolando as forças atrasadas que dele participam;

2 - forças políticas de natureza democrática e popular que nunca haviam governado o país entre as quais estão os comunistas, pela primeira vez participando do governo central;

3 - classes dominantes divididas – setor de capital produtivo (embora com nuances) e de capital a juros - entre a continuidade e a mudança da política econômica;

4 - Forças Armadas que passaram a ver o problema da estratégia de defesa e segurança nacionais a partir das ameaças da hegemonia norte-americana. Esta é visão nova, formada depois da experiência de 64, depois do fim da bipolaridade e, por isso, pode jogar um importante papel;

5 - proletariado com nível maior de consciência que sustentou desde o início as candidaturas de Lula e que hoje pelas suas organizações pode unir o povo e “puxar” um grande movimento nacional de massas pelo desenvolvimento soberano;

6 - interesses convergentes de vários países da América do Sul nos quais se destacam Argentina, Paraguai, Equador, Venezuela. Este elemento é também fundamental para enfrentar uma correlação de forças desfavorável, fazendo uma contraposição à ALCA tal como foi proposta pelos EUA e desenhando um novo bloco de países da América do Sul, na perspectiva de um mundo multilateral.

Há que se considerar ainda as grandes dificuldades internas relativas tanto à herança maldita do neoliberalismo quanto à correlação de forças onde os defensores do antigo projeto foram derrotados mas não liquidados e continuam a deter influência política e econômica significativas. Mas a situação externa também não é fácil, economicamente os países de capitalismo desenvolvido vivem uma crise crônica, politicamente as guerras e ameaças de guerra vin-

das, sobretudo dos EUA se tornaram uma coisa rotineira. É nesse contexto, em que as forças do socialismo ainda não se recompuseram do golpe recebido é que se movem as coisas.

Da consciência de conjunto deste quadro as forças mais conseqüentes retiram sua linha de ação. ●

**Dilermando Toni** é jornalista, membro do Comitê Central do PCdoB.

**Notas**

- 1 Lênin, V. I. - *Notas críticas sobre el problema nacional*, dez. 1913, OC, T 24, pág. 136, Editorial Progreso, Moscú.
- 2 Lênin, V. I. - *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, jun. 1916, OE, pág. 640, T 1, Editora Alfa-Omega.
- 3 Lênin, V. I. - *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, jun. 1916, OE, T 1, pág. 639, Editora Alfa-Omega, (grifo de Lênin).
- 4 Lênin, V. I. - *El proletariado revolucionario y el derecho de las naciones a la autodeterminacion*, out. 1915, OC, T 27, págs. 64 e 65, Editorial Progreso, Moscú, (grifo de Lênin).
- 5 Lênin, V. I. - *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, 1916, OE, T 1, pág. 623, Ed. Alfa-Omega.
- 6 Chang, Ha-Joon, *Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective*, 2002, Antern Press, Londres.
- 7 Carta IEDI, nº 65, 04/08/03, [www.iedi.org.br](http://www.iedi.org.br)
- 8 Jaguaribe, Hélio - *Brasil, alternativas e saídas*, out. 2002, págs.17 e 18, Ed. Paz e Terra.
- 9 Segundo o UNCTAD, em 2002, o estoque total de investimentos estrangeiros diretos alcançou US\$ 7,1 trilhões, dez vezes mais que 1980 (2/3 entre os países desenvolvidos).
- 10 Silva, Sérgio - *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, 1976, Ed. Alfa-Omega.
- 11 Mello, João Manuel - *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, 1982, Brasiliense.
- 12 Tavares, Maria da Conceição - "Império, território e dinheiro", 1999, em *Estados e moedas no desenvolvimento da nações*, Ed. Vozes.
- 13 Em 1898 o país fez seu primeiro funding loan, uma grande moratória de reescalonamento da dívida externa com os banqueiros ingleses. Sofrendo as conseqüências da crise mundial de 29/33, o governo já negociava um funding loan em março 1932 e em 1937 uma outra moratória reescalando o pagamento de juros da dívida. Em 1986 diante do aumento das taxas de juros internacionais, em um quadro também da crise mundial de 80/82, o governo brasileiro foi obrigado a declarar uma "moratória técnica". Entre 1955 e 1960 a dívida externa cresceu 40% foi, entretanto, largamente incrementada durante os anos 70 na parceria que o Estado buscou para a consecução do II PND.
- 14 Como caracterizam Carlos Lessa e Sulamis Dain no artigo *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, escrito em 1980: "[O Brasil] Uma economia periférica na qual, a partir de meados dos anos 50, se plasmou um novo padrão de acumulação sob inequívoca hegemonia do capital industrial."
- 15 Tavares, Maria da Conceição - *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, 1985, pág. 147, Ed. Da Unicamp.
- 16 Citada por Paulo Brandi e Dora Flaksman do Cpdoc.
- 17 Naquela ocasião havia uma grande necessidade de que fosse aumentado o potencial de geração de energia para o desenvolvimento do país. A proposta de criação da Eletrobrás surgiu neste contexto mas gerou uma feroz resistência por parte das empresas estrangeiras que, apesar de serem concessionárias do ramo há 60 anos geravam uma quantidade de megawatts muito abaixo das necessidades. Com o suicídio de Vargas só em 1962, no governo Goulart, a Eletrobrás veio a ser instalada.
- 18 Partido Comunista do Brasil - *Cinquenta anos de luta*, 1972, Edições Maria da Fonte.
- 19 Partido Comunista do Brasil - *Cinquenta anos de luta*, 1972, pág. 49, Edições Maria da Fonte.
- 20 Neves, Léo de Almeida - *Destino do Brasil: potência mundial*, 1995, Graal.
- 21 Segundo a UNCTAD, em 2002, o estoque de investimento estrangeiro direto atingiu US\$ 236 bilhões. Se somar-se a isto o montante da dívida externa líquida divulgado pelo Banco Central, de US\$ 213,42 bilhões, teremos um passivo externo de US\$ 449,4 bilhões.
- 22 Aqui se colocam ao debate apenas questões relativas ao seu aspecto nacional. Problemas relativos à ampliação da liberdade política, sociais ou de política econômica não são abordados.

**Tabela**  
**BALANÇO DE PAGAMENTOS – USOS E FONTES (US\$ MILHÕES)**

DISCRIMINAÇÃO	2002			2003		
	MAIO	JAN/MAI	ANO	MAIO	JAN/MAI	ANO*
<b>USOS</b>	-4.789	-19.164	-38.839	-826	-9.772	-32.500
Transações correntes	-1.890	-7.126	-7.696	882	-2	-4.200
Balança comercial	395	1.919	13.143	2.507	7.984	17.500
Serviços e rendas	-2.432	-9.804	-23.229	-1.837	-9.019	-24.200
Transferências unilaterais correntes	146	760	2.390	212	1.033	2.500
Amortizações (médio e longo prazo)	-2.898	-12.038	-31.143	-1.708	-9.770	-28.400
<b>FONTES</b>	4.789	19.164	38.839	826	9.772	32.500
Conta capital	33	138	433	40	169	-
Investimentos estrangeiros diretos	1.428	8.087	16.566	541	3.315	10.000
Investimentos em papéis doméstico de longo prazo e ações	58	2.340	1.763	55	526	2.100
Captações de médio e longo prazo	1.014	9.376	18.594	1.985	6.604	21.900
Ativos brasileiros no exterior	60	-1.323	-5.081	-1.014	-3.463	-5.500
Empréstimo ao Banco Central (FMI)	-	-4.297	11.480	-	3.886	800
Curto prazo e demais	1.770	1.535	-4.614	382	2.726	3.500
Variação de reservas(**)	426	3.308	-302	-1.162	-3.991	-300

\* Projeção do BCB (Nota de imprensa com dados de maio/03); \*\* (-) significa aumento de reservas.



Orçamento Participativo: o povo decide



Asfalto e reaparelhamento de ruas



Restauração do Patrimônio Histórico



Construção de casas populares



Resgate do autêntico carnaval de rua

# A Prefeitura Popular de Olinda mostra o que faz.

A Prefeitura de Olinda é uma prefeitura realmente popular. Popular porque escuta o cidadão. Popular porque decide com a população o que fazer no município. Popular porque prioriza obras e ações que beneficiam os que mais necessitam. Na saúde, educação, habitação, obras, cultura, em todos os setores, o avanço da Prefeitura Popular de Olinda é uma realidade que, dia a dia, modifica a qualidade de vida do olindense e de sua família.

Popular. Assim é a Prefeitura de Olinda. Uma gestão conhecida e reconhecida por suas ações.



SPONTAN



Limpeza de canais



PSF, agentes em ação, vacinação de idosos: saúde em

# Reforma urbana & DESENVOLVIMENTO

Inácio Arruda

*A realização da Reforma Urbana, nas condições de um governo democrático e popular e pela primeira vez na História do Brasil, torna-se exeqüível na atualidade.*

*Deve-se, entretanto, levar em consideração um elenco crítico de questões, que inclui o acentuado grau de segregação social atingido pelas cidades brasileiras, que interage com a extrema concentração urbana – na forma de megametrópoles – e da renda e da riqueza, determinadas pelas circunstâncias do processo da divisão social do trabalho*

**N**ossas cidades são criadas (ou produzidas) e se desenvolvem à imagem e semelhança do seu criador — o modo de produção capitalista —, atingindo o paroxismo sob a globalização neoliberal, quando escasseiam os recursos para os investimentos públicos em todas as esferas do interesse popular. Essa reforma, portanto, depende da ruptura com esse modelo e de uma nova orientação para o País. E seu sucesso está subordinado à formidável mobilização de energias representadas nas possibilidades da Reforma Urbana.

No vácuo dessa mobilização, as cidades brasileiras — retratos da desigualdade — acumularam contradições e transformaram-se na atualidade em cenários que mais se assemelham a ilhas de prosperidade, bairros ricos e de classe média cercados de miséria — verdadeiros sistemas de favelas e cortiços, entre os quais os que aglomeram habitações em áreas de risco — e de violência por todos os lados, sob os índices de carência habitacional e desemprego. Nesse panorama, pelo menos duas dessas cidades — Rio de Janeiro e São

Paulo, entre as capitais — consagraram nitidamente a territorialização pelo narcotráfico nessas zonas de exclusão social.

As outras capitais encontram-se em diferentes estágios nos quais a ação pública pode deter o processo de segregação, desde uma Reforma Urbana compatível com a meta da geração de emprego, de redistribuição da renda e da riqueza, dos investimentos, entre outros, em saúde e educação. Este rumo ultrapassa o conceito estrito do crescimento econômico com modernização tecnológica, buscando alcançar de fato o espectro social brasileiro, que necessita de uma urgente ativação no sentido de exercer seu papel de força fundamental, liberando seu potencial num processo de transformação progressista.

Coloca-se, então, em perspectiva, um estilo de desenvolvimento urbano que corresponda ao reconhecimento de que as cidades sejam produzidas e apropriadas pelas maiorias populacionais que habitam seus bairros e subúrbios, com direito à qualidade de vida e enquanto protagonistas de um futuro que se constrói hoje, à base pedra, de

tijolo e argamassa. Mas, quais são as condições necessárias para essa realização?

### Intensa conurbação

A lógica que edificou a atual realidade urbana em nosso jovem País é relativamente recente e plena de paradoxos. O Brasil, que experimentara o processo da urbanização em meados do século XX, voltado ainda para a economia primário-exportadora, somente após a década de 1950 conhece uma nova formação econômica e social nitidamente influenciada pelos fatores contraditórios de sua origem escravista, da concentração da propriedade territorial, da industrialização e da integração propiciada pelas inovações dos transportes e comunicações, à base dos estímulos e investimentos públicos. Evolui, desde esse período, numa progressivamente intensa conurbação, mediante a produção de cidades e sua apropriação, sobretudo individual, pelos proprietários do capital imobiliário e da especulação fundiária urbana. Das populações submetidas a essa lógica e impulsionadas de acordo com esses interesses, emergem embrionariamente os movimentos sociais urbanos que irão intervir rumo a uma nova organização das cidades e da própria sociedade.

A nova base econômica industrial extrapola, na metade da década de 1960, a região Sudeste, demarcando a formação de um mercado nacional fundamentado na urbanização, que evolui em taxa de crescimento acelerado: em 1950 este índice perfazia 36,2% sobre o total da população do País; em 1970 ultrapassa, com 56,8%, a metade da população e, no crepúsculo do século passado, supera os 81% (Tabela 1), atingindo hoje, estimativamente, cerca de 85% (137,95 milhões de habitantes), dos quais aproximadamente 38,46% (65,29 milhões de habitantes) moram nas regiões metropolitanas. É no início dos anos 1980, ainda no regime militar, que o Rio de Janeiro passa a conviver com a fisionomia mais definida da segregação sócio-espacial definida pela criminalidade e pelo narcotráfico.

Nessa fotografia, as cidades de São Paulo (10 milhões de habitantes), Rio de Janeiro (5,6 milhões), Salvador (2,3 milhões), e Belo Horizonte e Fortaleza (com 2,1 milhões cada) eram as capitais mais populosas. E a paisagem urbana mostrava um crescimento predatório para a saúde pública e para o meio ambiente. Já em 1993, um levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da Universidade de São Paulo, revelava exemplarmente o mar de lama poluente e causado pela ausência dos investimentos em saneamento: 71,1% dos domicílios em favelas da cidade de São Paulo depositavam seus dejetos a céu aberto ou canalizavam-nos para córregos ou represas próximas.

Essas distorções ganham evidência com a expansão das áreas metropolitanas (ocasionadas pelo encontro entre áreas periféricas e as capitais). O processo de conurbação

acentua-se no Brasil em princípios dos anos 1980 e prolonga-se na década de 1990, impulsionando a verticalização e problemas derivados da ausência de investimentos compatíveis com o seu crescimento. De acordo com dados do IBGE, Curitiba e Fortaleza são as capitais que mais crescem desde 1996. A queda da qualidade de vida é fonte de inquietação crescente, fermentando a busca de soluções a partir dos problemas mais sentidos das populações dos aglomerados urbanos.

### Êxodo, pobreza e o Estatuto da Cidade

No intenso processo migratório que se verificou desde a segunda metade do século XX, gigantescos contingentes convertidos inicialmente em exércitos de reserva de mão de obra nas periferias não encontram um desenvolvimento industrial exuberante que os incorpore à atividade laboriosa, agregando-se a um ambiente de concentração fundiária semelhante ao do campo. E esse processo persistiu, acelerado: o atraso histórico da reforma agrária, acentuado pela persistência do latifúndio e sua convivência com a “modernização” das forças produtivas no campo, em diversas regiões agrícolas, acentuou ao longo do tempo o êxodo para as maiores cidades e o grau de intensidade das contradições.

As péssimas condições de vida vigentes foram cimentando nas metrópoles a proliferação de exércitos de marginais excluídos do processo social. Simultaneamente, inúmeros problemas que decorrem dos aglomerados urbanos sem planejamento avolumaram-se em torno das áreas dotadas de equipamentos coletivos de consumo (os bairros elegantes) e dos terrenos preservados como reserva de valor (as chamadas “terras de engorda”).

A absorção cada vez menor da força de trabalho nas indústrias é assimilada em parte pela formidável expansão do setor terciário – que apresenta um lado moderno a exigir maior qualificação profissional, e outro marginal, mais inflado, instável e de pior remuneração – fazendo com que a urbanização brasileira caminhe articulada com o aumento da pobreza e da deterioração crescente da qualidade de vida. Os moradores da periferia não dispõem (ou dispõem precariamente) de equipamentos coletivos (saneamento

TABELA 1

**BRASIL: TAXA DE URBANIZAÇÃO POR REGIÕES (%)**

Região	1950 pop. urbana	1970 pop. urbana	2000 pop. urbana
Sudeste	44,5	72,7	90,52
Sul	29,5	44,3	80,94
Nordeste	26,4	41,8	69,07
Centro-Oeste	24,4	48,0	86,73
Norte	31,5	45,1	69,87
Brasil	36,2	56,8	81,25

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e Censo Demográfico 2000

básico, hospitais, escolas, sistema de transporte coletivos, etc.) à altura da cidadania. Os interesses privados direcionam os investimentos disponíveis para o processo de acumulação (e da apropriação das cidades), voltados para a infra-estrutura das ilhas de prosperidade, restringindo as possibilidades democráticas do espaço urbano.

Outras dificuldades urbanas dizem respeito à opção – no contexto de política econômica – pelo transporte rodoviário, que tem na sua origem o incremento automobilístico e dos derivados do petróleo (de origem fóssil, usados na produção dos combustíveis ao asfalto) em contraponto ao transporte ferroviário e de massas (à base da energia renovável abundante em nosso País). Essa opção acentua-se enquanto elemento propulsor do caótico cenário das cidades, fermentando uma desordem urbana de vastas proporções.

O debate e as ações voltados para o enfrentamento das questões cruciais das cidades, ao longo das últimas décadas do século XX, apresentam enfim suas conseqüências institucionais. Inúmeras lutas, seminários, encontros e congressos sistematizam as experiências históricas e em curso. Os problemas da concentração fundiária urbana e dos planos diretores tornar-se-ão, entre outros de maior relevância, temas centrais do *Estatuto da Cidade* (EC) – uma iniciativa do senador cearense Pompeu de Souza no final dos anos 1980 que, em 1999, na Presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano, tivemos a oportunidade de desengavetar, elaborando um substitutivo. Este, salvo pequenas modificações na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e alguns vetos do Executivo, conduzimos à aprovação final após uma tramitação superior a dez anos.

O *Estatuto da Cidade* foi aprovado por unanimidade pelo Senado Federal, no dia 18 de junho de 2001. Regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo regras para o uso do solo urbano e criando instrumentos para a regularização fundiária de áreas de favelas em terrenos particulares; manteve o tratamento one-

roso da terra urbana ociosa, com a instituição dos tributos sobre imóveis urbanos diferenciados em função do interesse social, e a usucapião especial coletivo, entre outros relevantes aspectos. O *Estatuto* demanda a revisão da legislação urbanística e também prevê a criação de leis municipais específicas. Nas regiões metropolitanas (RMs), a Lei de Uso e Ocupação do Solo (16.176/96) e o Plano Diretor terão que ser adequados a um novo momento do desenvolvimento urbano. O novo instrumento tratou também da concessão de uso especial para fins de moradia nas áreas públicas – aspecto que, vetado pelo Executivo, foi retomado na MP 2.220/01, aplicável às ocupações feitas até 30/06/2001.

É no cenário deste crepúsculo do século XX, que o EC surge enquanto instrumento legislativo de intervenção política e administrativa – à disposição dos planejadores interessados em atribuir uma nova fisionomia e um novo conteúdo à vida nas cidades brasileiras. A mobilização da sociedade, entretanto, ao invés de passar a um plano secundário, cresce em relevância, tornando-se mais do que nunca o elemento propulsor das mudanças que a realidade impõe.

### Dívidas e contingenciamento

Como já acentuamos, na última década e no início do atual século, esse processo de degradação da vida urbana foi nitidamente influenciado pela reduzidíssima taxa de investimento em infra-estrutura, especialmente em saneamento e habitação, além dos sistemas de transporte coletivo de massas, diante de um modelo que optou pelo galopante endividamento externo e interno e pela rolagem e pagamento de juros estratosféricos dessas dívidas, em prejuízo do desempenho da economia brasileira. O povo brasileiro vai sentindo gradualmente o escárnio simbolizado por essa opção de política econômica, que incrementa a um só tempo formidáveis fortunas, a exclusão social e a deterioração das cidades.

Os gastos, acanhados em infra-estrutura são demonstrados na tabela abaixo, que exhibe os números dos investimentos em saneamento (42% executados em média – Tabela 2) em quase todo o período dos governos FHC – e, mesmo reduzidos, nunca aplicados em sua totalidade. A cada ano, os recursos previstos na Lei Operativa Anual (LOA) do Orçamento da União foram contingenciados para atender aos acordos com o FMI, delineando o perfil da execução.

Os investimentos em habitação, ao longo dos anos 90 (e dos governos do período), exibem igualmente uma tímida implementação, de acordo com a relação entre gastos pre-

**TABELA 2**  
**GASTOS EXECUTADOS EM SANEAMENTO (1995/2001) – EM MILHÕES R\$**

Exercício	Previsto na LoA	Execut./Prev.%	Executado %
1995	546,80	166,70	30,50
1996	612,00	507,30	82,90
1997	938,90	634,60	67,60
1998	938,60	552,50	56,20
1999	698,60	544,00	77,90
2000	836,10	437,00	52,30
2001	2.340,70	109,30	4,7*
<b>Total</b>	<b>6.911,70</b>	<b>2.951,40</b>	<b>42,0</b>

\* Despesa empenhada até início de setembro de 2001.  
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAGF)

vistos e executados, os quais, apesar dos escassos recursos, em somente três anos ultrapassaram os 50%. Os recursos previstos na LOA mais Fundo de custeio das Variações Salariais (FCVS) foram executados em apenas 5,6% em 1995, ano inicial do primeiro governo de FHC, e em 5,9% no penúltimo ano do seu segundo mandato – o da reeleição (Tabela 3).

O resultado dessa política teve como drástica seqüela o agigantamento do déficit habitacional qualitativo e quantitativo. Apenas o qualitativo cresceu, num período de menos de dez anos, em mais de um milhão de moradias, passando de 5,4 milhões em 1991 para 6,5 milhões no ano 2000, com acréscimo de 21,7% a uma taxa de crescimento de

2,2% ao ano. Torna-se mais nítido o perfil das “ilhas”, acentuado pela presença de 52 milhões de miseráveis no País, localizados notadamente nas cidades e ocupando os espaços urbanos marginais. No Nordeste, enquanto os déficits urbano (1,17 milhão) e rural (1,15 milhão) qualitativos eram semelhantes em 1991, no ano 2000 o déficit urbano (1,70 milhão) significa quase o dobro do rural (902.733).

O contraste é evidente também no Sudeste, onde o fenômeno da expansão urbano-industrial chega antes, com reflexos evidentes no campo. Em 1991 o Sudeste possuía um déficit habitacional urbano qualitativo de 1,67 milhão de moradias e um déficit rural de 217.045 moradias, passando, no

TABELA 3  
DESPESAS PROGRAMADAS E EXECUTADAS EM HABITAÇÃO – em R\$ milhões correntes

Exercício	Programa	Prev. LOA	Executado*	Exec./Prev.(%)	Governo
1991	Habitação	591.271	291.104	49,2	Collor
	FCVS	1.146.367	37.017	3,2	
	Total	1.737.638	328.121	18,9	
1992	Habitação	101.687	60.126	59,1	Collor
	FCVS**	51.953	791.561	1.523,6	
	Total	153.640	851.871	554,3	
1993	Habitação	282.428	100.967	35,7	Collor
	FCVS**	73.650	170.024	230,9	
	Total	356.078	270.991	76,1	
1994	Habitação	285.327	5.934	2,1	Itamar
	FCVS	95.832	24.873	26,0	
	Total	381.159	30.807	8,1	
1995	Habitação	134.837	781	0,6	FHC
	FCVS	1.365.275	82.810	6,1	
	Total	1.500.112	83.591	5,6	
1996	Habitação	388.056	197.518	50,9	FHC
	FCVS	1.641.808	77.197	4,7	
	Total	2.029.864	274.715	13,5	
1997	Habitação	393.659	305.514	77,6	FHC
	FCVS	1.861.578	56.998	3,1	
	Total	2.255.237	362.512	16,1	
1998	Habitação	490.128	217.994	44,5	FHC
	FVCS	1.025.166	54.935	5,4	
	Total	1.515.294	272.929	18,0	
1999	Habitação	189.400	118.373	62,5	FHC
	FVCS	836.200	0	0,0	
	Total	1.025.600	118.373	11,5	
2000	Habitação	424.938	235.797	55,5	FHC
	FVCS	1.375.500	1.368.049	99,5	
	Total	1.800.438	1.603.846	89,1	
2001	Habitação	294.584	74.126	25,2	FHC
	FVCS	1.189.766	0	0	
	Total	1.263.892	74.126	5,9	

Fonte: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados/Núcleo de Desenvolvimento Urbano. Notas: 1) em 1995, o Fundo de Custeio da Habitação Popular contou com R\$ 75,6 milhões, mas não teve execução; 2) os dados de 1994 estão distorcidos pelo processo de conversão dos gastos do 1º semestre pela URV (R\$ 2.750,00) em vez do cálculo pela URV média de cada mês; de 1997 a 2001 as emendas das bancadas e dos parlamentares no Congresso Nacional ampliaram substancialmente as alocações em habitação; 4) FCVS: Fundo de Custeio das Variações Salariais. \* Executadas são as despesas “empenhadas” e “liquidadas”. \*\* O FCVS recebeu suplementações nesses exercícios. \*\*\* Posição das despesas “empenhadas” até 06/09/2001.

ano 2000, a um déficit urbano de 2,18 milhão e rural de 154.964. O déficit habitacional nas cidades cresce de 3,74 milhões em 1991 para 5,29 milhões no ano 2000 (Tabela 4)<sup>(1)</sup>. No ano 2000 o Brasil já registra a existência de 20 regiões metropolitanas, das quais nove constam nessa tabela.

No entanto, a carência de moradias no Brasil é muito superior. De acordo com a Assemæ<sup>(2)</sup>, já no final de 2001, somados o déficit qualitativo, que considera apenas as

moradias com deficiência de infra-estrutura básica, e o déficit quantitativo, que traduz sobretudo a ausência física de moradias, o total atingia 15 milhões de unidades, num País onde 62,3% do déficit geral correspondiam às famílias que auferem renda entre um e três salários mínimos e onde 50% das populações dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo habitavam favelas e loteamentos irregulares. Em áreas invadidas, encostas, palafitas e favelas, já viviam 33%

TABELA 4  
ESTIMATIVAS DO DÉFICIT HABITACIONAL AJUSTADO – BRASIL, GRANDES REGIÕES,  
UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES METROPOLITANAS<sup>(1)</sup> – 1991/2000

ESPECIFICAÇÃO	1991 – mais ônus excessivo com aluguel			2000 – exclusive depreciação		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
<b>Norte<sup>(2)</sup></b>	–	<b>228.769</b>	–	–	<b>408.792</b>	–
Rondônia	–	21.195	–	–	35.441	–
Acre	–	13.558	–	–	17.676	–
Amazonas	–	57.168	–	–	52.536	–
Roraima	–	5.405	–	–	13.232	–
Pará	–	116.639	–	–	231.471	–
<i>RM Belém</i>	–	68.309	–	–	115.395	–
Amapá	–	14.804	–	–	18.968	–
Tocantis	–	–	–	61.325	39.468	21.857
<b>Nordeste</b>	<b>2.314.933</b>	<b>1.165.942</b>	<b>1.148.991</b>	<b>2.605.804</b>	<b>1.703.071</b>	<b>902.733</b>
Maranhão	583.970	152.334	431.636	574.131	250.659	323.472
Piauí	176.295	71.061	105.234	156.977	102.351	54.626
Ceará	332.608	209.972	122.636	403.704	270.560	133.144
<i>RM Fortaleza</i>	104.823	–	–	161.091	–	–
Rio Grande do Norte	122.694	66.807	55.887	162.953	120.723	42.229
Paraíba	132.272	82.157	50.115	137.376	102.971	34.406
Pernambuco	290.300	201.171	89.129	380.217	307.550	72.667
<i>RM Recife</i>	137.013	–	–	186.367	–	–
Alagoas	130.832	70.000	60.832	130.084	94.095	35.989
Sergipe	71.624	43.526	28.098	85.991	64.579	21.412
Bahia	474.338	268.914	205.424	574.371	389.583	184.788
<i>RM Salvador</i>	99.743	–	–	141.435	–	–
<b>Sudeste</b>	<b>1.889.899</b>	<b>1.672.854</b>	<b>217.045</b>	<b>2.339.954</b>	<b>2.184.990</b>	<b>154.964</b>
Minas Gerais	470.357	350.110	120.247	620.734	536.688	84.046
<i>RM Belo Horizonte</i>	100.275	–	–	151.860	–	–
Espírito Santo	80.123	59.847	20.276	112.632	98.382	14.250
Rio de Janeiro	452.161	431.740	20.421	473.692	462.604	11.088
<i>RM Rio de Janeiro</i>	349.700	–	–	369.517	–	–
São Paulo	887.258	831.157	56.101	1.132.896	1.087.316	45.580
<i>RM São Paulo</i>	424.531	–	–	577.195	–	–
<b>Sul</b>	<b>548.107</b>	<b>390.286</b>	<b>157.821</b>	<b>676.251</b>	<b>575.083</b>	<b>101.168</b>
Paraná	199.464	137.370	62.094	256.907	225.328	31.579
<i>RM Curitiba</i>	38.867	–	–	73.386	–	–
Santa Catarina	108.558	75.077	33.481	118.994	98.600	20.394
Rio Grande do Sul	240.085	177.839	62.246	300.350	251.155	49.195
<i>RM Porto Alegre</i>	81.354	–	–	110.548	–	–
<b>Centro-Oeste<sup>(3)</sup></b>	<b>392.672</b>	<b>285.743</b>	<b>106.929</b>	<b>486.870</b>	<b>426.010</b>	<b>60.860</b>
Mato Grosso do Sul	58.959	49.956	9.003	91.277	77.172	14.105
Mato Grosso	73.094	42.763	30.331	90.834	66.147	24.687
Goiás <sup>(3)</sup>	191.979	126.566	65.413	194.864	176.183	18.681
Distrito Federal	68.640	66.458	2.182	109.895	106.508	3.387
<b>Brasil<sup>(4)</sup></b>	<b>5.374.380</b>	<b>3.743.594</b>	<b>1.630.786</b>	<b>6.539.528</b>	<b>5.297.946</b>	<b>1.241.582</b>
<b>Total das RMs<sup>(5)</sup></b>	<b>1.404.615</b>	–	–	<b>1.886.794</b>	–	–

Fonte: Dados básicos – Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS), Déficit Habitacional no Brasil, 1995 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 2000; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA), 1999 (microdados). Elaboração: Fundação João Pinheiro e Centro de Estatística e Informações (CEI).

(1) O número de municípios que compõem as RMs difere nos dois anos considerados, em função das alterações administrativas ocorridas no período. (2) Exclusive em Tocantis em 1991. (3) Inclusive em Tocantis em 1991. (4) Exclusive déficit rural da região Norte, exceto por Tocantis em 2000. (5) Exclusive déficit na habitação rural da RM Belém.

dos moradores, em Salvador; 34%, em Fortaleza; 40%, em Recife; 20%, em Belo Horizonte; 20%, em Porto Alegre. A *Carta da III Conferência das Cidades* – de novembro de 2001, num evento promovido pela Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior (CDUI) da Câmara dos Deputados – afirmava também que apenas doze aglomerações urbanas reuniam 33% da população do País.

Na contra mão das necessidades emergentes do País, o pagamento do serviço da dívida externa com as amortizações e juros consumiu gastos de US\$ 378 bilhões e 92 bilhões de dólares – de acordo com a tabela 5. A dívida líquida do setor público consumiu mais 674 bilhões e 231 milhões de dólares na ciranda financeira – efetivamente pagos a cada ano no período 1991-2002. O total pago aos credores de longo prazo e aos proprietários do chamado capital volátil superou um trilhão e 52 bilhões de dólares (ou, no câmbio de R\$ 3,00, por exemplo, o montante de três trilhões e 156 bilhões de reais). Tais recursos seriam suficientes para colocar o Brasil no rumo do desenvolvimento, entretanto, considerando apenas dois setores, o saneamento contou com menos de R\$ 3 bilhões em sete anos de governo FHC e, em habitação, os gastos não chegaram a R\$ 4,3 bilhões no período 1991-2001, oscilando sem nenhuma perspectiva contínua de incremento.

Contudo, o crescimento da dívida líquida do setor público, com o acumulado apenas desde 1994, foi galopante: em 1995 foi de 70%; em 1996, de 163%; em 1997, de 243%; em 1998, de 303%; em 1999, de 397%; em 2000, de 503%; em 2001, de 508%; e, enfim, no ano passado, saltou para 580%. Esse crescimento realça uma bola de neve que requer uma vigorosa reação do atual governo com apoio nas imensas forças sociais que o elegeram, sob o risco contrário de levar à ruína o País e o seu povo, visto que a conjuntura veda quaisquer possibilidades de investimento externo – como sinaliza a situação de crise nos EUA e potências centrais.

Se adicionamos a esta sangria fenômenos estruturais internos como o da retração industrial e o formidável lucro dos banqueiros, temos exemplarmente uma sangria representada por instituições como o Bradesco, na ponta da linha do sistema financeiro, apresentando um lucro líquido de R\$ 1,027 bilhão apenas nos primeiros seis meses de 2003, volume 13,6% superior ao registrado em igual período de 2002, quando somou R\$ 904 milhões. <sup>(3)</sup> O País vê-se, nesse enquadramento, enredado nas malhas da especulação financeira, impedido de alavancar o seu desenvolvimento.

### Rumo da prosperidade

Nessas condições, a Reforma Urbana torna-se umbilicalmente subordinada à necessidade da adoção de um novo projeto para o Brasil, à medida que a ação do Estado bra-

sileiro percorra efetivamente um novo rumo, reconheça as condições sociais e econômicas indispensáveis ao desenvolvimento e o esforço da sociedade civil na busca de cidades nas quais a qualidade de vida instale-se em favor de seus milhões de habitantes, visto que a reforma urbana não é um aspecto da problemática do País que pode ser resolvido isoladamente.

A Reforma Agrária persiste como uma meta indissociável na resolução do problema do desemprego, desde a expansão da pequena produção familiar à oferta dos produtos agrícolas – que, no caso dos grãos, apresenta o prognóstico de uma safra inédita em 2003 e, no caso do trigo, caminha para a auto-suficiência, de acordo com o IBGE e a Embrapa. Caso o resultado estimado (119,73 milhões de toneladas) se confirme, a colheita de grãos será 23,21% superior à produção de 2002 (97,174 milhões de toneladas, um acréscimo de 22 milhões). Os produtos que devem apresentar maior crescimento em relação à safra anterior são o sorgo (102,99%); o milho (segunda safra, 77,42%); o trigo (61,82%); o feijão (segunda safra, 31,22%); a soja (21,98%); o milho (primeira safra, 18,84%) e o feijão (terceira safra, 7,06%). O milho e o feijão, com suas repetidas safras, apresentam a marca acentuada da produção familiar. A safra de grãos atingiu 100,3 milhões de toneladas em 2000/2001, quando o PIB agropecuário chegou a R\$ 99,4 bilhões e as exportações a aproximadamente US\$ 24 bilhões, com um superávit de US\$ 19 bilhões, segundo o Ministério da Agricultura <sup>(4)</sup>. Nessas condições, associadas a outras medidas de política econômica, os preços ao consumidor tendem a tornar-se mais reduzidos e a economia mais dinâmica em seu conjunto. Esse perfil agrícola é revelador de sua imensa capacidade de desenvolvimento com o impulso da Reforma Agrária, onde reside qualquer autêntica meta de combate estrutural à fome.

A referência – não um modelo a ser mecanicamente adotado – para um padrão de desenvolvimento capaz de propiciar os investimentos sociais e em infra-estrutura necessários, está em países que alcançaram elevado nível de crescimento nas últimas décadas, em razão de sua capacidade de navegação provida de uma autonomia (ainda que relativa) em meio às turbulências da chamada globalização neoliberal. Passa por aí a eliminação do maior problema do País, a exclusão social, causa primeira das maiores distorções urbanas.

Esse critério de capacidade, exemplarmente, levou o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) a decretar que “A China alcançou o mais alto crescimento econômico sustentado da história humana, conseguindo aumento per capita real de 8% na década passada” ou que “A China é um exemplo mundial de eliminação da pobreza”, a partir da revelação produzida pelo “Relatório do Desenvolvimento Humano 2003 - Metas de Desenvolvimento do Milênio: Pacto Global de Eliminação da Pobreza Humana”. Trata-se do pri-



O Ministério da Justiça confirma:

# ALAGOAS É UM DOS ESTADOS MAIS TRANQUÍLOS DO BRASIL

## VEJA A POSIÇÃO DE MACEIÓ:

Quadro de Distribuição dos Registros de Ocorrências Policiais no Brasil (2002) - Mortes Violentas

BELÉM - 24,7/100.000

FORTALEZA - 29,9/100.000

NATAL - 32,3/100.000

FLORIANÓPOLIS - 32,4/100.000

RECIFE - 36,5/100.000

MACEIÓ - 37,7/100.000

MANAUS - 38,9/100.000

PORTO ALEGRE - 40,6/100.000

SÃO LUÍS - 42,5/100.000

BELO HORIZONTE - 42,6/100.000

TERESINA - 44,1/100.000

SALVADOR - 45,3/100.000

PALMAS - 47,2/100.000

RIO BRANCO - 52,3/100.000

ARACAJU - 56,8/100.000

SAO PAULO - 56,9/100.000

CURITIBA - 65,5/100.000

JOAO PESSOA - 66,2/100.000

GOIANIA - 66,5/100.000

MACAPA - 71,4/100.000

RIO DE JANEIRO - 76,6/100.000

BOA VISTA - 81,6/100.000

CUIABA - 86,6/100.000

VITÓRIA - 90,9/100.000

PORTO VELHO - 98,6/100.000

### Notas importantes:

- 1) Nesta tabela estão agregadas as ocorrências que resultaram vítima fatal: "Homicídio Doloso", "Homicídio Culposos", "Homicídio Culposos em Trânsito", "Outros Homicídios Culposos", "Lesão Corporal Seguida de Morte", "Roubo Seguido de Morte", "Morte Suspeita", "Resistência Seguida de Morte".
- 2) Cálculo feito com base nas estimativas da População de 2002 divulgadas pelo IBGE.
- 3) Dados de Janeiro a Junho.
- 4) Taxas baseadas segundo população (por 100.000 habitantes)

Fontes: Ministério da Justiça-MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Confederação Geral de Gestão de Informação e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

O Ministério da Justiça ratifica um dos maiores orgulhos do povo alagoano: a tranquilidade que é vivida em Alagoas. Maceió, por sua vez, aparece no levantamento do Governo Federal em 6º lugar entre as 25 capitais dos estados pesquisados. Isso acontece porque Alagoas, nos últimos anos, tem investido muito na segurança pública e mudou várias práticas que favoreciam à impunidade e o tráfico de influência. O Conselho de Justiça e Segurança, além de ser inédito no Brasil, tem funções deliberativas. Mesmo em momentos difíceis, quando o Brasil precisa de Alagoas, os alagoanos não faltaram ao Governo Federal, que teve mais uma prova da competência e capacidade da sua gente.

meiro informe que examina integralmente os progressos de 175 países do mundo no esforço para alcançar as metas de desenvolvimento do milênio.

Durante a década de 90, que representou um retrocesso sem precedentes no desenvolvimento humano do mundo, a porcentagem de pobres na população da China foi reduzida de 33% para 18%; 150 milhões de pessoas (no ano 2000 a população brasileira era de 170 milhões) saíram da faixa da pobreza, num contexto de acelerado crescimento econômico que reduziu a pobreza mundial.

Essas são metas indissociáveis de qualquer projeto de transformação, inclusive da Reforma Urbana – que, em sua essência, é voltada para o imenso contingente populacional que hoje habita ou ocupa as cidades brasileiras. A reforma urbana, desse modo, não consiste simplesmente num problema de planejamento urbano. Essa e outras reformas dependem da elaboração de uma política de investimentos com moeda nacional que substitua os fundamentos de um superávit primário (receita menos despesa, exceto o pagamento de juros). Este superávit que, até junho de 2003, correspondia a um acumulado no ano de R\$ 40 bilhões, ou 5,41% do PIB, supera em muito os R\$ 28,9 bilhões (4,66% do PIB) registrados em igual período do ano passado, de acordo com as informações do Banco Central. O superávit primário estabelecido no acordo com

o FMI correspondia originalmente a 3,75% do PIB e foi elevado para 4,25%; porém, chegou a atingir mais de 6%.

### A retomada dos investimentos

A Comissão da Indústria da Construção (CIC) da Fiesp/Ciesp e a Trevisan consultores extrapolaram as estatísticas oficiais para dimensionar a contribuição da indústria da construção para a economia brasileira: durante o período 1980-1998 foi responsável, em média, por 60% da formação do investimento bruto nacional; chegou a apresentar uma participação de 14,8% no PIB (R\$ 128 bilhões, em 1996), gerando 13,5 milhões de empregos diretos, indiretos e induzidos (para cada 100 empregos diretos, outros 285 indiretos), firmando-se como o maior setor industrial na geração de vagas de trabalho. Na relação com outros setores da economia, confirmou sua posição de alavanca do desenvolvimento sustentado, com encadeamento de produção da ordem de R\$ 48 bilhões para trás (demanda de insumos de outros setores) e de R\$ 5 bilhões para frente (fornecimento de insumos e serviços a outros setores).<sup>(5)</sup>

Mas, como resultado de duas décadas sem investimentos adequados, a infra-estrutura nacional deteriorou, agravando-se nos anos 90: apenas 10% das estradas no Brasil eram asfaltadas, reeditando-se o quadro, com pequenas variações, em energia, portos, aeroportos, e em matéria de

TABELA 5  
GASTOS COM AS DÍVIDAS EXTERNA E LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (1991–2002)

Dívida externa (em US\$ milhões)	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
Saldo da dívida	123	135	145	148	159	179	199	243	241	236	226	227	
Crescimento da dívida externa*	910	949	660	295	256	935	998	165	468	157	067	689	
Acumulado desde 1991		10%	7%	2%	7%	13%	11%	22%	-1%	-2%	-4%	1%	
Amortizações	7.830	7.147	9.268	11.001	11.023	14.419	26.021	33.366	44.576	28.169	35.151	31.084	259.055
Juros	8.621	7.323	8.453	6.397	8.158	9.840	10.388	12.096	15.170	15.088	9.298	8.205	119.037
													378.092

Dívida líquida do setor público	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
Saldo da dívida (US\$ milhões)	20	49	58	101	150	217	264	286	238	264	222	199	
US\$ milhões	669	888	853	517	818	928	360	615	944	527	475	465	
R\$ milhões	7	219	6.917	985	067	079	920	203	471	315	817	431	
Crescimento da dívida em Reais*		3029%	3058%	1143%	70%	55%	30%	17%	23%	21%	1%	12%	
Acumulado desde 1994					70%	163%	243%	303%	397%	503%	508%	580%	
Juros													
US\$ milhões	0,01	3	3.248	224.016	49.457	48.202	50.895	88.238	80.393	46.639	38.432	44.709	674.231
R\$ milhões	34	728	27.634	264.481	51.065	46.464	45.621	73.051	143.823	91.385	90.315	130.997	965.559

\* Em relação ao ano anterior.

saneamento básico (em especial no esgotamento sanitário e nos lixões como destino final dos resíduos sólidos coletados). O País, entretanto, de acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA) reúne uma prestação dos serviços de saneamento em 26 companhias estaduais (CESBs), com a privatização dos serviços no Estado de Mato Grosso, e mais de 1.700 empresas municipais de saneamento – uma parte assistida pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

Para o censo de 2000 – e apesar da falta de recursos para o financiamento do setor – os municípios ampliaram sua participação como gestores dos serviços de saneamento: em 1989, representavam 36,5% dos prestadores e, em 2000, respondiam por 45,4%, enquanto as CESBs, que administravam 73,8%, reduziram sua participação para 68,6%. Com o afastamento da FUNASA da administração dos serviços de saneamento a participação da União no universo de prestadores caiu de 2,9% para 0,5%. As empresas privadas ampliaram sua participação de 0,4% em 1989 para 8,4% em 2000 <sup>(6)</sup>, quando a empresa francesa Lionnaysse des Eaux assimilou num processo fraudulento o “filé” mais lucrativo do abastecimento d’água no Estado do Amazonas – o da capital –, deixando para a Companhia de Saneamento de Manaus (COSAMA) o interior do Estado e inúmeras dificuldades para a sua clientela.

Desde a década de 1980 a queda contínua do nível anual médio de investimentos e a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) anunciou os menores níveis agregados desses investimentos, como proporção do PIB, nos anos 1990 – nas gestões marcadamente neoliberais. Essa ausência de recursos, em especial no tratamento dos resíduos sólidos e líquidos, tem sido responsável pela expressiva degradação ambiental. Esta, articulada ao aumento da produção de lixo urbano, à ocupação irrefreada das margens dos rios e encostas, ao desmatamento nas cabeceiras e à redução do volume de águas das nascentes, compromete a qualidade das águas, com perdas para o abastecimento humano, lazer, insumo ao processo produtivo (irrigação, agropecuária, indústria, pesca, entre outros), reduzindo a disponibilidade hídrica e afetando a saúde da população.

Num Fórum sobre Saneamento realizado em junho de 2002 pela Fundação Getúlio Vargas, o representante do governo FHC no evento, Marcos Thadeu Abicalil, calculava em R\$ 70 bilhões o déficit de investimento para suprir a demanda futura por saneamento. E afirmava que os recursos do FGTS estavam contingenciados devido à dívida dos potenciais tomadores: “Apenas nove companhias estaduais têm capacidade de tomar esses recursos”. <sup>(7)</sup>

Hoje, apenas dez dessas empresas públicas estariam aptas a contrair financiamento ou em condições de atender às exigências para contratação, mas todas estão impedidas de realizar essas operações por um dispositivo do

acordo com o FMI segundo o qual esses empréstimos (que não implicariam em nenhum risco para o BNDES, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil) elevariam o déficit público. As empresas municipais de saneamento são igualmente impedidas de captar recursos, embora existam quase dois mil municípios aguardando que as restrições impostas pelo governo anterior – e que persistem atualmente – sejam derrubadas ou flexibilizadas.

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SENASA), do Ministério das Cidades, busca hoje soluções à base de excepcionalidade contida na Resolução nº 2827, de 31/3/2001 do Conselho Monetário Nacional (CMN) – que já existia, portanto, desde 2001 (mas que o governo anterior não utilizou) para contratação de financiamento, via FGTS, ao setor público, sem quebrar o acordo com o FMI. Entre os entraves que dificultam ou impedem que o setor público possa acessar os recursos estão: contingenciamento de crédito ao setor público; limite global de endividamento ao setor estabelecido pelo CMN, impedindo as empresas públicas, não dependentes e com capacidade de endividamento, de contrair operações de crédito para investimentos; limite de comprometimento do patrimônio líquido das instituições financeiras públicas (a exemplo da CEF) no nível de 45%; contingenciamento de recursos financeiros, no âmbito de repasse de recursos do Orçamento da União. Além disso, não são assegurados os recursos financeiros necessários às contrapartidas nacionais em operações vinculadas a acordos de empréstimos externos. Uma das saídas está no financiamento a empresas públicas e sociedades de economia mista mediante projetos vinculados a licitações internacionais, com cláusula de financiamento prevista no edital – dispositivo que a Petrobrás tem utilizado. Quanto aos municípios, a SENASA examina proposta para flexibilizar o acesso aos financiamentos.

A drástica redução dos gastos em saneamento básico apresenta, então, prejuízos bem maiores: graves repercussões sobre a saúde pública, elevando os custos do sistema com internações hospitalares e medicamentos em profusão, expansão das epidemias e da mortalidade, além da inevitável queda na vida útil da população. Segundo o Centro de Pesquisas Ageu Magalhães, da Fundação Oswaldo Cruz, a redução da mortalidade infantil entre 1980 e 1989 foi de 159%, enquanto no período de 1990 a 1999 foi de apenas 32%. Nos anos 1980 – a década perdida – o incremento de abastecimento d’água foi de aproximadamente 14%; nos anos 1990 foi de apenas 1,9% — menor cerca de sete vezes. No ano 2000, o total de internações por doenças diarreicas foi de 515.469. De acordo com o Conselho Nacional de Saúde, 7% dos óbitos ocorridos em crianças menores de cinco anos são ocasionados por doenças agudas do gênero e, no Nordeste, 12% das mortes nessa faixa de idade têm a mesma origem. <sup>(8)</sup> Pode, nesse caso, ser

tímida a afirmação de que, segundo a ONU, cada dólar investido em programas de saneamento básico gera uma economia de quatro dólares em tratamentos de saúde.

É fundamental nessas circunstâncias a ênfase nos investimentos voltados para a titularidade pública dos serviços de saneamento, em contraponto às pressões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional pela privatização desses serviços – uma ameaça sempre presente, com dramáticas conseqüências. Essa tese, levantada mundialmente pelos organismos multilaterais como uma demanda da “democracia”, não avançou muito nos anos 80, como lembra o pesquisador José Esteban Castro – da Escola de Geografia e Meio Ambiente e do Centro de Desenvolvimento Internacional Rainha Elizabeth, da universidade de Oxford. Seus maiores estragos foram efetuados nos anos 90: ocorreram 97 privatizações no mundo até 1997, das quais 40 na América Latina e Caribe. <sup>(9)</sup>

A recente seca européia e o apagão energético verificado na América do Norte (Estados Unidos e Canadá) reforçam a tese de que o mundo se aproxima de uma crise de abastecimento, atribuindo qualidade ainda mais estratégica à necessidade de defesa e aproveitamento hídrico dos nossos imensos recursos naturais – para todos os usos. A situação mundial não aponta para soluções de mercado, pelo menos nos países cujos governos que pretendem alcançar soluções sociais avançadas. Mesmo porque, no mercado, efetivamente a água não é um símbolo de ligação, mas de divisão entre os que têm e os que não têm acesso à água.

Nesse sentido, as entidades internacionais reunidas no Fórum Social Mundial de 2003 (a Internacional dos Serviços Públicos, que congrega 612 entidades em 149 países, representando mais de 20 milhões de trabalhadores) decidiram-se pelo combate ao Gates, o Acordo Mundial de Comércio e Serviços – que advoga um tratamento de mercadoria à água. A autonomia dos governos não deve findar quando começa o “livre comércio”. Esse postulado significa um instrumento de desregulamentação de políticas públicas e de intervenção imperial. Daí a necessária campanha por serviços públicos de qualidade com o controle social.

O panorama brasileiro apresenta as necessidades emergenciais em pauta, mas também demonstra que dispomos de uma imensa capacidade produtiva, com sua qualidade de excelência em equipamentos, mão de obra especializada e recursos próprios, acrescidas de uma capacidade tecnológica especial na esfera do saneamento e do tratamento de resíduos sólidos, que dispensa ainda a importação de insumos em vasto espectro – do cimento à siderurgia – e exporta produção de grande escala em numerosos países.

Mas, como acentuamos, não basta o crescimento com modernização tecnológica. Nosso apoio ao governo Lula exige, inclusive, que apontemos esse caminho da produção

e do desenvolvimento com políticas voltadas para a sociedade. Isto implica em golpear a imensa concentração da renda vigente como saída única para a Reforma Urbana, desdobrando os efeitos do seminário “Um novo rumo e um novo projeto para o Brasil”, realizado previamente às eleições de 2002 no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, quando reunimos ali, em três ocasiões, os candidatos oposicionistas à Presidência da República.

No plano dos investimentos, o País dispõe de uma gigantesca poupança interna que se conta em dezenas de bilhões, nas empresas estatais remanescentes das privatizações, nos bancos oficiais superavitários, numa diversidade de fundos públicos e de pensão, na possibilidade da otimização de recursos como os do EAT (ou do FGTS), nos impostos vinculados a finalidades específicas, em inúmeras linhas de crédito.

Esse caminho pode, desse modo, ser pavimentado, entre outras iniciativas, pelo estímulo à construção civil e às obras de saneamento, lastreado pelas imensas possibilidades abertas via o incremento tecnológico, interligando-se com as medidas voltadas para o progresso regional, da indústria e da agropecuária, ampliando-se as exportações, valorizando-se as numerosas saídas apontadas pelos cientistas brasileiros — a exemplo do projeto Floram, do professor Aziz Ab’Saber e de sua equipe do Instituto de Estudos Avançados da USP, visando ao reflorestamento; ou do aproveitamento das fontes energéticas alternativas propiciadas pela biomassa, com a substituição gradual da poluente e esgotável vertente fóssil do petróleo. Semeamos, assim, um Brasil capaz de respirar o oxigênio do desenvolvimento das suas forças produtivas, travadas em seu curso pela globalização neoliberal, gerando dezenas de milhões de empregos numa das nações potencialmente mais ricas do mundo.

Não é absurda, portanto, a avaliação oriunda do estudo do BNDES que prevê a necessidade de R\$ 310 bilhões – de 2003 até 2006 – para que o País apresente crescimento e elimine os gargalos no setor de infra-estrutura. Esse montante corresponderia a 5% do PIB – quando, há 30 anos, o montante dos recursos investidos em infra-estrutura representava 10% do PIB – e o superávit primário atual chega a superá-lo. Ocorre que, dentro dessa projeção de crescimento, o BNDES precisaria dobrar a sua capitalização e o Tesouro Nacional teria que bancar esse aumento de capital, alavancando os investimentos. Esses R\$ 310 bilhões, de acordo com o BNDES, podem ter origens diversas: investimento público, financiamento público, parcerias com setor privado ou regime de concessão.

### Vigorosa força de transformação

Mas os movimentos pela reforma urbana têm reconhecido esse grau de amplitude de sua face econômica e social, e atuado nas últimas décadas no sentido de alertar para o

caos que foi-se instalando nas grandes metrópoles, desde os distúrbios do desenvolvimento brasileiro oriundos da referida divisão social do trabalho, do êxodo promovido pelo latifúndio improdutivo, do pequeno grau de absorção do trabalho nos grandes estabelecimentos agropecuários e do baixo desempenho do desenvolvimento produtivo no campo, verificado pelo menos até meados dos anos 90, quando passa por um expressivo crescimento. Esses movimentos desenvolveram sua experiência na pugna contra a panela vazia, pela saúde, pelo saneamento básico, pela educação, contra as remoções e pela urbanização das favelas – entre muitas bandeiras que ilustraram as jornadas de luta dos movimentos sociais urbanos.

O empenho dos movimentos sociais urbanos em busca de sua utopia – a cidade dotada de planejamento, humanizada e inclusiva para os milhões de brasileiros inseridos na vida urbana – encontra diante de si metas plenamente realizáveis, como o acesso à moradia, que constitui o locus dos investimentos públicos nos equipamentos coletivos de consumo (energia elétrica, pavimentação, saneamento, telecomunicações, transporte, lazer, cultura, etc.). Tanto mais porque essas metas podem se realizar em saudável interação com o esperado “espetáculo do crescimento” – a depender da sinalização prática rumo a uma política macroeconômica direcionada para os investimentos na esfera produtiva.

Qualquer recurso aplicado na realização desses equipamentos implica em mais empregos, mais dinheiro circulante, mais consumo e maior bem-estar entre os protagonistas reunidos nesta maioria – o nosso povo trabalhador. Mas o que constitui o nosso maior capital é o poderoso potencial de expansão político de massas deflagrável em favor de melhores cidades pelos (e para) seus habitantes.

A superação da ausência de políticas públicas, por sua vez, é o próprio preenchimento do vácuo em que se converteu o Estado sob a hegemonia liberal, quando, além da soberania do País e dos direitos sociais de seu povo, as questões administrativas em todos os níveis passaram a ser tratadas como mero problema de ajuste e responsabilidade fiscal. Essa superação leva igualmente à mudança da atual política macroeconômica, articulada à adoção de uma nova expectativa quanto ao tratamento dos interesses do nosso povo, com lugar assegurado no planejamento público do desenvolvimento, transbordando para todos os níveis contemplados pela nossa constituição federativa.

Isto significa dizer que a União, os Estados os municípios devem atuar unitariamente no sentido de concentrar recursos em ações planejadas, evitando a pulverização das iniciativas e fortalecendo as instâncias de participação popular enquanto elemento fundamental na concepção, implementação, monitoramento e acompanhamento das políticas públicas.

Nesse planejamento, os municípios brasileiros passam a ocupar o lugar especial reservado à significação do Estatuto da Cidade e do envolvimento da sociedade brasileira nos debates acerca da Reforma Urbana necessária. Surge o Ministério das Cidades no contexto de uma preocupação que exige do governo de Luiz Inácio Lula da Silva a materialização de um substancial apoio – à altura das preocupações que merece o tema. Abre-se o horizonte do direito pleno à moradia, articulado à regularização e urbanização dos inúmeros assentamentos sub-humanos nas regiões metropolitanas e à demanda e ampliação dos equipamentos coletivos de consumo e seus serviços públicos de qualidade, voltados para as populações de baixa renda.

Enquanto consequência desse entendimento, a realização da Conferência Nacional das Cidades, em outubro de 2003, teve como pressuposto uma seqüência de conferências municipais – num processo inédito com relação à questão urbana –, realizadas em todo o País. Tais eventos expressam a vigorosa esperança de que a distribuição dos investimentos em equipamentos urbanos, infra-estrutura, educação, saúde e cultura (tudo isso é Reforma Urbana) constituam a expressão do interesse social em todos os bairros, praças e arruamentos, sem a notória, viciada e tradicional precedência da especulação imobiliária e individual sobre os recursos públicos.

Cabe-nos aproveitar este momento da Conferência para atribuir a esse leque de forças que impulsiona sua realização o sentido de movimento social único pelo desenvolvimento, reafirmando junto ao governo brasileiro a convicção de que a Reforma Urbana traz em si essa formidável força de transformação. ☺

**Inácio Arruda** é deputado federal pelo PCdoB/CE, líder da bancada do PCdoB na Câmara Federal, ex-presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDUI) da Casa e relator do *Estatuto da Cidade*.

#### Notas

(1) As fontes básicas de dados brutos são as mesmas em 1991 e 2000 – os microdados da PNAD de 1990 e 1999 e os resultados de população e domicílios dos censos do IBGE de 1991 e 2000. Neste ano foi mensurado o déficit habitacional juntamente com a inadequação de moradias, que ganhara o componente ônus excessivo com aluguel em 1991, e uma estimativa da necessidade de reposição do estoque de moradias por depreciação física das construções, depois extraída dos valores de 2000.

(2) *Jornal da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento* (janeiro/fevereiro-2002).

(3) *Folha de S. Paulo*, 4/8/2003.

(4) Página do Ministério da Agricultura na Internet. Estatísticas Agrícolas. A agricultura brasileira em números; e da Corretora Mercado – Mercatil e Corretora de Mercadorias.

(5) *Construbusiness 99 – Habitação, infra-estrutura e emprego. 3º Seminário da Indústria Brasileira da Construção*. Pesquisas e análises realizadas pela Trevisan Consultores. CIC/FIESP/CIESP.

(6) *Jornal da Assemae*, abril/maio 2002.

(7) *Jornal da Assemae*, agosto/setembro 2002.

(8) *Jornal da Assemae*, janeiro/fevereiro 2002.

(9) *Jornal da Assemae*, fevereiro/março 2003.

POLÍTICA  
EXTERNA BRASILEIRA

A. Sérgio Barroso

*Questão geopolítica fundamental para as possibilidades de outras bases do nacional-desenvolvimento, a posição do governo Lula em relação à estratégia norte-americana assume contornos relevantes. Afirma-se uma orientação em disjuntiva à política de alinhamento quase automático e de subalternidade de FHC aos EUA. Na época da ditadura do capital financeiro, são avançadas as linhas gerais da nova política exterior do Brasil*

**A**s restrições ou os chamados constrangimentos externos ao desenvolvimento passaram a ser, numa palavra, brutais. Intensificaram-se e alcançaram novas formas os mecanismos da dependência capitalista periférica, comandados pelo capital financeiro altamente centralizado e determinativo das decisões maiores do investimento. Há, portanto, enormes dificuldades para a retomada do crescimento econômico sustentado inclusive nos limites de seus próprios termos.

#### **Fundamentos da dominância do capital financeiro**

Sabemos que integra a teoria leninista do imperialismo a definição de *forma predominante* (sobre todas as outras) do capital financeiro na época dos monopólios. O que se tornou inseparável dos conflitos interimperialistas

para repartir áreas de influência e mercados, do caráter profundamente reacionário da fase imperialista, de sua tendência à guerra (LÊNIN, 1982, caps. V e VII).

Nos seus fundamentos teóricos e do ponto de vista do marxismo, no capitalismo contemporâneo o desenvolvimento da "financeirização" da riqueza, em primeiro lugar, expressa o movimento do capital estabelecendo a valorização e a concorrência como lei imanente (ao capital), onde capitais particulares colocam-se como capital em geral; podendo-se formular que capitais centralizados diversificam seu espaço econômico de valorização e de suas decisões (investimento, gasto) determinam a dinâmica macroeconômica. Em segundo, deve-se compreender que o capital não é somente máquinas, equipamentos e instalações, tampouco mercadorias: é também *ativos financeiros* que rendem juros e

dinheiro. Sob a gestão de capitalistas, o dinheiro produz “benefício ou rendimento implícito” por ser reserva de valor, por operar como capital a juros, por sua potencialidade de atração de mais capital, mais créditos. Em terceiro lugar, o capital move-se incessantemente entre o dinheiro, os ativos financeiros, as mercadorias ampliando objetos de sua valorização. Na operação crédito/capital a juros o capital converte-se em mercadoria e exprime-se “cada vez mais como puro capital”, no capital por ações, e outros títulos financeiros que representam o direito de apropriação da riqueza. Em quarto lugar, essa “autonomização” [do capital] se desenvolve nos mercados financeiros que em geral podem valorizar as ações e títulos, ganhando, em seu pleno movimento, a força de circulação do capital como tal. “O capital tem então essa propriedade de colocar-se sob múltiplas formas com a finalidade de valorizar-se”. Ocorre que esta “autonomização financeiro-monetária pode gerar a valorização fictícia”, pois ela não é regulada pelos “parâmetros da valorização produtiva (taxas de retorno operacionais)”. Em quinto, a concorrência entre unidades de capitais dirige-os para o incremento de lucros, o que por sua vez não implica apenas na capitalização produtiva dos lucros, subsequente concentração de capitais e ampliação das escalas de produção, mas na referida centralização de capitais: a centralização potencializa o seu domínio. Efetivamente, colocam-se diante dos distintos mercados como “um centro de comando financeiro a partir do qual são estabelecidas as estratégias técnico-produtivas bem como as de ordem monetário-financeira”. (1)

Ampliando a visão à articulação dessa engrenagem do capital, na afirmação de L. Belluzzo (2003), atualmente, os mercados financeiros têm como protagonistas relevantes os grandes bancos, os fundos mútuos, os fundos de pensão e a tesouraria de empresas que ampliaram sua riqueza financeira em seu portfólio (carteira de títulos). Ou mais precisamente e, de acordo com Maryse Farhi e M. Macedo Cintra (2003):

“Essa mudança [nos mercados financeiros], que correspondeu à imposição da forma americana de gestão da riqueza para o resto do mundo, teve sua principal expressão na liberalização dos movimentos de capitais e desregulamentação financeira na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento”.

Riqueza financeira dos Estados Unidos que, além de sustentarem o exercício do “imperialismo hegemônico global”, estão engrenados acima de tudo na expansão de sua potência imperial em toda extensão possível e subordinando o resto do mundo capitalista aos seus interesses (FOSTER, 2003). (2)

Segundo L. Coutinho (2003), liberalização, integração e hierarquia (moedas) nos mercados mundiais de capitais, de intenso processo de expansão nos anos 1980-90, associados

à aceleração dos investimentos estrangeiros diretos (sobretudo fusões e aquisições), aos novos atores transnacionais (ONGs.), aos processos globalizantes (internet, foros extra-territoriais), que “vêm efetivamente constrangendo a exclusividade e a competência da autoridade dos Estados nacionais”.

Concretamente: o “agigantamento” do domínio do capital financeiro é absolutização de uma tendência da máquina imperialista, no movimento da globalização neoliberal que vem se generalizando. Note-se: a) os ativos transacionáveis nos mercados de capitais do planeta passaram de US\$ 5 trilhões (1980), para US\$ 35 trilhões (1995) e para US\$ 56 trilhões em 2000 (dados do Banco de Compensações Internacionais, BIS); b) no Brasil, em 1992, a renda do trabalho (salários e remuneração) correspondia a 44% do PIB; em 2002 caiu para 36%, enquanto a renda do capital manteve-se em 44% e 45% do PIB, respectivamente; e se entre 1994-2002 a taxa de investimentos produtivos no país caiu de 20,8% do PIB para 18,7%, o capital financeiro ampliou seus ganhos em 15% ao ano, no período de 1995-2002. “Há um ciclo de financeirização da economia brasileira”, declarou M. Pochmann (2003).

No primeiro trimestre deste ano, a Cemig, a Excelsa, a AmBev, a Elektro e a Sadia obtiveram um resultado financeiro equivalente a mais de 40% de seus resultados operacionais! Comentando o novo fenômeno no Brasil, E. Coelho (ABM Consulting) constata ter sido a sofisticação da administração empresarial de tal ordem que, “em alguns casos, se aproxima ao de bancos” (*Folha de S. Paulo*, 6/7/2003, B-10).

Enquanto isso, o economista liberal P. R. de Castro intitula um seu artigo de “Pandemônio” (*Folha de S. Paulo*, 20/8/2003, B-2), ao exibir pesquisa do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) informando que: de 1900 a 1973 o Brasil obteve a maior taxa média do PIB do capitalismo (4,9%); passando à 93ª posição nos últimos 20 anos (2,4%).

### O cerco ao desenvolvimento na dependência

De fato, desde meados dos anos 80, o crescimento do capital de aplicação financeira passou a ter peso significativo sobre o nível e a orientação do investimento, bem como na configuração da distribuição de renda. Dito de outro modo, a forma de capital que se valoriza como aplicação financeira, proveniente do lucro empresarial, apresenta-se como a fração dominante do capital e que tem condições de comandar as formas e o ritmo da acumulação capitalista. A partir do capital financeiro (ou portador de juros) concedem-se empréstimos, geram-se cadeias de dívidas visando à aquisição de títulos; ao (e se) desabarem, os créditos assumem caráter inteiramente fictício (CHESNAIS, 2002, pp. 2-12).

Daí por que o ataque recorrente feito pelos especuladores

(particularmente aos países endividados e fragilizados) com divisas sobre as moedas, unicamente para obter lucros ser “a negação dos direitos das nações independentes”, apontou certamente Mahathir Mamad, então primeiro-ministro da Malásia (apud CHOSSUDOVSK, 2000). A Malásia tinha sofrido e reagido à tormenta da violenta crise financeira asiática.

Num desastre de grandes repercussões sistêmicas, a crise de 1997 que levou de roldão alguns países do Leste e Sudoeste da Ásia, teve uma marca mais ou menos comum: capitais voláteis de curto prazo, relativamente às reservas disponíveis detonaram seus regimes cambiais, advindo uma gigantesca onda especulativa e fuga de capitais. Como diz C. Medeiros, as causas imediatas do colapso do câmbio e dos preços dos ativos domésticos foram: a) a abertura e desregulamentação financeira; e, b) a valorização da taxa de câmbio real (MEDEIROS, 2001; CARNEIRO, R., 1999).

Atacando a farsa do discurso liberal, disse Chossudovsky que essas são estratégias francamente deliberadas e “globais”. O que se confirma quando o Brasil e outros grandes países da América Latina foram também capturados pela “bolha” financeira; ou seja, especialmente nos anos 90, à medida que executaram programas de estabilização sob a tutela de liberalização dos mercados financeiros internacionais, mais reféns ficaram do movimento de concentração e centralização do capital em escala mundial; o que vulnerabi-

liza as alternativas macroeconômicas, tanto quanto os graus de dependência do financiamento externo dos apelidados mercados emergentes. Como tinham advertido Coutinho & Belluzzo, as armadilhas e os constrangimentos macroeconômicos para os países latino-americanos poderiam custar longos anos de sacrifício e estagnação; depois dos anos 80, tornou-se “trágica” a vulnerabilização submissa à plethora de capitais (especulativos) dos anos 90 (COUTINHO, L., BELLUZZO, L., 1996).

Em toda a década de 90 o crescimento do PIB latino-americano foi inferior a 3%; entre 1990-98 o PIB per capita no continente não ultrapassou a média de 1,7% (BANCO MUNDIAL, 2001). E a destruição provocada pelo receituário do “Consenso de Washington” pode perfeitamente ser ainda visível, conforme os indicadores e projeções da CEPAL, que estima um crescimento em 2003 de “modesta recuperação”, de 1,5%; menor do que se previa há seis meses, embora melhor que a queda de 0,6% registrada no PIB continental em 2002 (CEPAL, 8/2003, *in*: [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br)).

Não bastasse a ocorrência de crises financeiras e cambiais recorrentes (ver o artigo de Renildo Souza nesta edição), de fato, no Brasil o fluxo de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) não só falseou o otimismo, como desmontou a enga-

nação neoliberal que apostava no financiamento externo como supridor da poupança doméstica. Entre 1990-95 e 2001, o IDE-Brasil passou de US\$ 2 bilhões (média anual) para US\$ 22,4 bilhões, respectivamente. Entretanto, a resultante foi a intensa desnacionalização da economia brasileira, bem como o aumento da vulnerabilidade externa. Pois apesar desse fluxo considerável, especialmente na segunda metade dos anos 90, “a taxa de investimento FBCE/PIB [Formação Bruta de Capital Fixo/Produto Interno Bruto] na economia brasileira oscilou, com tendência declinante, entre 21 e 19%” do PIB: voltados fortemente à aquisição de empresas públicas nas privatizações, o IDE aprofundou muito o grau de internacionalização produtiva da economia brasileira, o que, longe de aumentar o potencial de crescimento, “agravou a restrição externa”; ainda que tenha havido certa melhoria na eficiência produtiva (SARTI & LAPLANE, 2002). (3)

#### EVOLUÇÃO DO PIB DOS PRINCIPAIS PAÍSES

PAÍS	2001	2002	2003
Toda a América Latina	0,4	-0,6%	1,5%
Argentina	-4,4%	-10,9%	5,5%
Bolívia	1,6%	2,7%	2,0%
Brasil	1,55%	1,4%	1,5%
Chile	3,2%	2,1%	3,5%
Colômbia	1,5%	2,5%	1,5%
Costa Rica	1,2%	2,6%	4,5%
Equador	5,5%	3,8%	1,5%
El Salvador	1,9%	2,2%	2,0%
Guatemala	2,6%	2,2%	2,0%
Haiti	0,6%	0,5%	0,0%
Honduras	2,7%	2,4%	2,5%
México	-0,5%	0,8%	1,5%
Nicarágua	3,2%	0,7%	1,5%
Panamá	0,4%	0,8%	2,0%
Paraguai	2,4%	-2,3%	1,5%
Peru	0,1%	5,3%	3,5%
República Dominicana	3,0%	4,3%	-1,0%
Uruguai	-3,5%	-10,7%	-2,5%
Venezuela	3,5%	-9,0%	-13,0%



### Comércio, política externa: manobras em defesa da soberania

“De certa forma, o governo Lula assume que o diferencial de capacidades, mesmo em um contexto de restrição sistêmica e vulnerabilidade aos humores do capital internacional, não é impeditivo de uma política mais assertiva em defesa das bandeiras clássicas da agenda desenvolvimentista e terceiro-mundista...” (LIMA, M. R. S., 5/2003).

Os oito anos de política neoliberal de FHC, de liberalização financeira, desregulamentação, abertura comercial e privatizações escandalosas levaram a um aumento indiscutível e nefasto da participação das empresas estrangeiras na nossa economia. <sup>(4)</sup> Simultaneamente, o endividamento do país alcançou, em termos de passivo externo (US\$ 215 bilhões da dívida externa privada e pública mais o estoque de capital estrangeiro investido) acima de US\$ 400 bilhões, no último mês de junho (PCDoB, 2003). Uma política destrutiva de sobrevalorização do Real persistiu até 1999, com desfecho em nova crise cambial.

Por outro lado, nesse período o comércio exterior brasileiro permaneceu com imensas dificuldades para a inserção soberana frente às assimetrias crescentes advindas com a “globalização financeira”. Nesse terreno, os obstáculos às exportações brasileiras seriam principalmente: a) baixo valor e volume, tendo sido de US\$ 58 bilhões (2001) e de US\$ 60 bilhões em 2002, ou 12% do PIB, quando a média dos 17 principais países “emergentes” era de 29%; b) as exportações representam apenas 1,2% do total mundial, sendo que entre 1996-2001, países como Irlanda, México e China aumentaram de 1% a 2% a participação no comércio mundial; c) a diversificação – e não a “especialização” – é o caminho para a ampliação da pauta brasileira já relativamente diversificada: além de ferro, aço, ônibus e carrocerias, aviões, aparelhos celulares, calçados, etc., tem-se o potencial para mais automóveis, serviços de engenharia, tratores, equipamentos de telecomunicações, vestuário, calçados, móveis etc. – encontra-se estagnada a participação de manufaturados brasileiros; d) são baixas as exportações do país no que se refere aos produtos de “demanda crescente”; e) o Brasil é o último colocado no “ranking” do dinamismo das exportações, colocando-se a tarefa de ampliação dos produtos dinâmicos; f) o investimento em tecnologia é o “passaporte” do dinamismo exportador; g) apesar do crescimento dos produtos brasileiros exportados de maior conteúdo tecnológico, o país se encontra distante dos padrões internacionais (cf. IEDI, 2003).

É nesse quadro mais amplo que devemos situar a nova política externa do governo Lula, pois, como disse Maria R. S. Lima, possui uma diretriz geral que deve ser apreendida em três dimensões: 1) de “afirmação nacional”; 2) de “reconstrução da auto-estima do povo”; 3) de “defesa dos interesses

nacionais”. Estrategicamente, este posicionamento deveria buscar assumir um papel destacado na defesa da paz, do desenvolvimento e do multilateralismo, na opinião de I. Fernandes (2003). Ou caminhar no sentido de praticar uma “política própria” para preservar e ampliar sua economia, consolidar seu desenvolvimento – “ou simplesmente não será nada” (JAGUARIBE, 2003).

Esses elementos centrais apontados podem ser visualizados na imediata conduta do governo brasileiro em se opor, claramente, à invasão de EUA/Grã-Bretanha ao Iraque. E quando da posição corajosa, de ajuda e intermediação, contrárias à tentativa golpista contra o presidente Chávez, da Venezuela, desestabilização de aberta ingerência norte-americana. Foram condutas um protagonismo diplomático, nas quais o governo Lula demonstrou que “o Brasil não renunciaria a uma postura de autonomia no plano internacional” (LIMA, idem). Sendo dispensável reiterar a elevada solidariedade do novo governo a Cuba.

Anunciada e já levada adiante, também tem sido a prioridade de reforçar e ampliar o Mercosul, assim como de aprofundar e consolidar as relações bilaterais com China, Índia, Rússia, e África do Sul, os mais importantes e maiores países considerados em desenvolvimento. Mostra isso o fato de, no primeiro semestre de 2003, o segundo país a comprar exportações brasileiras ter passado a ser a China; bem como – e inacreditavelmente – ter visitado o Brasil pela primeira vez e ampliado relações comerciais e diplomáticas o ministro das relações exteriores da Índia.

Indo mais adiante, em relação ao Mercosul, o governo brasileiro o projeta para além da atual união aduaneira, objetivando transformá-lo numa área de convergência de políticas ativas no âmbito industrial, agrícola, social e científico-tecnológico. O que fica evidente na idéia de criação do Banco de cooperação econômica regional; na estruturação do Departamento de Promoção Comercial (Ministério de Relações Exteriores), para abertura do mercado brasileiro a produtos de países sul-americanos e da África de língua portuguesa. Como afirma M. R. Lima, o programa de exportações “ao reverso” significa que o Brasil passa também a exercer a liderança regional abrindo seus mercados. Daí a linha de crédito de US\$ 1 bilhão, ofertada pelo BNDES à Argentina, para o financiamento de exportações e outros negócios. E projetos em vista, similares ao argentino, com a Venezuela.

Chama a atenção ainda a postura do governo Lula em formalizar e apresentar de público a idéia das negociações com os EUA, frente à Alca, negociações em bloco (4+1), fortalecendo assim uma aliança indispensável do Mercosul para os prováveis embates que se aproximam.

Na mesma medida em que, recentemente, o posicionamento do ministro Celso Amorim não deixa margem a dúvidas sobre os objetivos da nova política externa brasileira:

reforçar o Mercosul, promover a integração da América do Sul, participando ativamente dos “exercícios negociadores em curso” – na OMC, no “processo da Alca” e entre o Mercosul e a União Européia. Para Amorim, a linha aprovada pelo Presidente Lula, relativamente à Alca (“os três trilhos”), implica em que: a) o substancial dos temas (acesso a mercados e bens), e, “de forma limitada” (serviços e investimentos), seria tratado “em uma negociação 4+1 entre o Mercosul e os EUA”; b) o processo Alca “propriamente dito” se focalizaria basicamente em soluções de controvérsias, tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento, fundos de compensação, regras fitossanitárias e facilitação de comércio; c) os temas sensíveis, ou “novas obrigações para o Brasil” (parte normativa de propriedade intelectual, de serviços, investimentos e compras governamentais), seriam transferidos para a OMC, a exemplo dos assuntos “sensíveis” dos EUA. Segundo ainda escreveu o ministro Amorim, “O governo do Presidente Lula não aderirá a acordos que sejam incompatíveis com os interesses brasileiros”, mas explorará “soberanamente” todas as alternativas para promover o comércio e a aceleração do desenvolvimento do Brasil (AMORIM, 2003).

A estratégia geral vem obtendo resultados práticos imediatos. O anúncio formalização do ingresso Peru no Mercosul – com prazo para dez anos para a condição de sócio pleno – foi considerado “a primeira vitória concreta no processo de integração” entre o Brasil e a América do Sul (ELIANE OLIVEIRA, *O Globo*, 25/8/2003, p. 17).

No mesmo ritmo, em certa medida acelerado, no começo de agosto o BNDES anunciou a análise de 24 projetos de integração física regional – principalmente infra-estrutura pública e privada – junto com a CAF (Corporación Andina de Fomento), que abarca 16 países e 18 bancos privados na região. O próprio secretário-geral da CAN (Comunidade Andina), o colombiano G. E. Soto, é mais que otimista em relação aos projetos de infra-estrutura para integração continental. Elogiando a postura “não hegemônica” do governo Lula, Soto chega à típica retórica latino-americana ao se referir ao potencial dos 500 milhões de habitantes que compõem os países do Mercosul e da Comunidade Andina (*Folha de S. Paulo*, 24/8/2003, A-17).

Ao mesmo tempo, o anúncio de visita a países africanos (projeto de cooperação “Sul-Sul”) pelo presidente Lula, compreenderia “unir países em desenvolvimento” em acordos comerciais mais favoráveis: na agenda, a ida de 77 empresas brasileiras, o “perdão” do Brasil à dívida de US\$ 300 milhões de Moçambique – onde interessa à Vale do Rio Doce as minas de carvão –, enquanto se comentava a expansão de 49,6% das exportações brasileiras à África do Sul, em apenas seis meses deste ano (*Gazeta Mercantil*, 1 a 3 de agosto/2003, p. A-6).

Em sete meses de governo Lula é impossível não reconhecer: a política externa brasileira é hábil e progressista. Ela marcha no sentido da defesa da soberania nacional e do desenvolvimento. Numa situação mundial que “não tem precedentes” e quando os grandes impérios do passado não têm comparação “como o que vemos hoje no império dos Estados Unidos”, asseverou E. Hobsbawm (2003). 🍷

**A. Sérgio Barroso** é médico, mestre em economia pela Unicamp e membro do Comitê Central do PCdoB.

#### Notas

(1) Sintetizo esse movimento do capital em concordância com Braga, J. C. S. (2000), cap. IV. Ver ainda as p.p. 196-199.

(2) Sob outro ângulo, se escancara que o capital, notadamente o complexo industrial militar, utiliza sistematicamente o Estado para criar mercados artificialmente, pagar as despesas, subsidiar e assegurar a manutenção de seus lucros: “O atual governo dos EUA é o Estado-Maior da indústria petrolífera e militar... do complexo industrial-militar, que traça e define a política dessa superpotência em função dos interesses econômicos da casta que representa” (Cadima, 2003, p. 6).

(3) Relembrando, entre 1994 e 2002, a taxa de investimento produtivo brasileira caiu de 20,8% para 18,7% do PIB (Pochmann, idem).

(4) Um indicador disto é a crescente relação entre o estoque de IDE e o PIB, que quadruplicou de 1990 a 2001, o que superou o índice para os países em desenvolvimento, e foi duas vezes maior que o dos países avançados (Sarti & Laplane, idem, p.70).

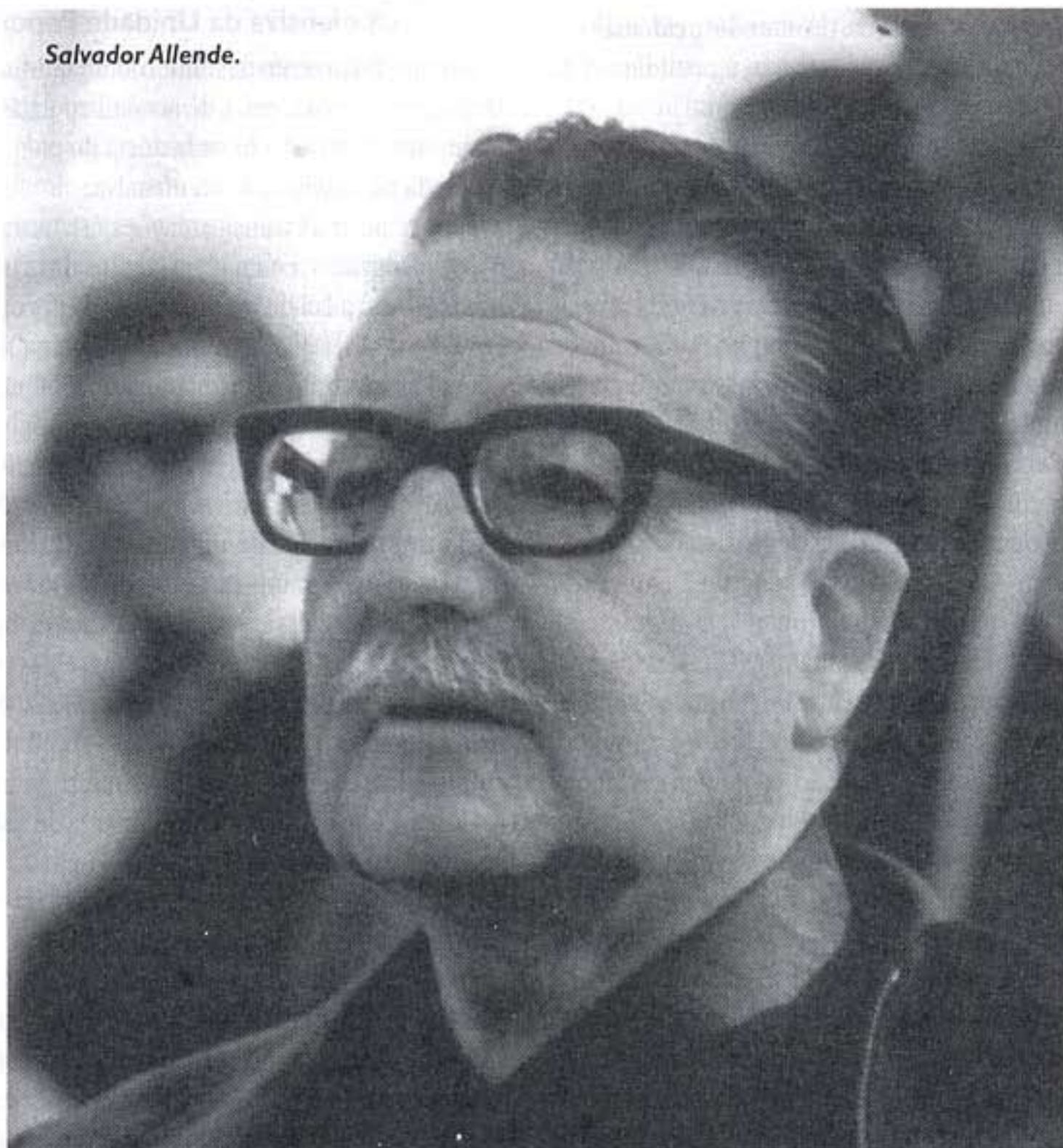
#### Bibliografia

- AMORIM, C. A Alca possível. *Folha de S. Paulo*, 8/7/2003, p. 3.
- BELLUZZO, L.G. de M. Mercados nem tão eficientes. *Carta Capital*, 13/8/2003.
- BRAGA, J. C. de S. *Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo*. Campinas, Unicamp/IE, 2000.
- CADIMA, J. O negócio do armamento e o complexo industrial-militar. In: <http://resistir.info> (1/8/2003).
- CARNEIRO, R. *Globalização financeira e inserção periférica*. Campinas, Economia e Sociedade, dezembro 1999.
- CHESNAIS, F. *A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações*. Campinas, Economia e Sociedade, jan./jun 2002.
- CHOSSUDOVSKY, M. Guerra financeira. In: <http://resistir.info> (5/2000).
- COUTINHO, L. Poder nacional e globalização : ideologia x fatos. *Folha de S. Paulo*, 10/8/2003, B-2.
- \_\_\_\_\_, & BELLUZZO, L.G. de M. *Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas*. Campinas, Economia e Sociedade, dez. 1996.
- FAHRI, M. & CINTRA, M. A. M. O crash de 2002: da “exuberância irracional” à ganância infecciosa”. *Revista de Economia Política*, jan./mar 2003.
- FERNANDES, L. *Uma nova era unilateralismo intervencionista*. In: *Política externa do Brasil para o século XXI*, Rebelo, A., Fernandes, L. e Cardim, C. (orgs.), Câmara dos Deputados, coordenação de publicações, 2003.
- FOSTER, J. B. A nova era do imperialismo. In: <http://resistir.info> (26/7/2003).
- IEDI. Radiografia das exportações brasileiras. In: [www.iedi.org.br](http://www.iedi.org.br) (Abril d2003).
- JAGUARIBE, H. A reconfiguração da ordem mundial no início do século XXI. *Política externa do Brasil para o século XXI...* idem, 2003.
- HOBBSBAWN, E.J. Estados Unidos cada vez más vasto. *Le monde Diplomatique*, in: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org) (17/6/2003).
- LÊNIN, V. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo, Alfa-Omega, V. 1, 1982.
- LIMA, M. R. S. de. *As Américas na política externa do governo Lula*. Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo., maio de 2003 [aser publicado no Anuário Social y político de América Latina y El Caribe, Ano 6, 2003].
- MEDEIROS, C. A. *A economia política da crise e da mudança estrutural na Ásia*. Campinas, Economia e Sociedade, dezembro 2001.
- PCdoB. Um novo tempo para o Partido – buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto nacional-desenvolvimentista. Resolução Política da 9ª Conferência Nacional. In: *A classe operária*, 4 de julho de 2003.
- POCHMANN, M. Renda do trabalho migra para bancos e governo. Entrevista in: *Valor Econômico*, 1,2 e 3/ 8/ 2003, p. A-3.
- SARTI, F. & LAPLANE, M. *O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990*. Campinas, Economia e Sociedade, jan./jun 2002.

# REFLEXÕES sobre o governo ALLENDE

Estudar o passado para construir o futuro

Marta Harnecker



## *Três décadas decorridas do golpe militar que derrubou o governo progressista de Salvador Allende no Chile (11 de setembro de 2003), há um aprendizado ainda a ser feito pelas forças que, a exemplo do Brasil atual, procuram abrir caminhos políticos novos no continente*

**T**rinta anos depois de um 11 de Setembro, do qual os latino-americanos sempre se recordarão, devemos nos perguntar que lições podemos tirar da experiência chilena <sup>(1)</sup>.

Enquanto o movimento guerrilheiro rural se enfraquecia em vários países – cujo golpe mais duro foi a prisão e morte de Che Guevara na Bolívia – e as experiências guerrilheiras urbanas conheciam o seu auge no Uruguai e na Argentina, ocorria no Chile, em setembro de 1970 <sup>(2)</sup>, um fato que comoveu a esquerda latino-americana e mundial: o triunfo eleitoral de Salvador Allende.

Pela primeira vez na história do mundo ocidental um candidato marxista chegava, pelas urnas, à presidência da República.

O triunfo de Salvador Allende colocou às forças de oposição a seguinte alternativa: ou respeitar a maioria simples, como tradicionalmente se fazia no Chile, ou tratar de impedir a qualquer custo que o candidato marxista assumisse o governo. Esta última foi a saída colocada em prática pelas forças mais conservadoras. Num primeiro momento, se esforçaram para conseguir que o Congresso elegesse seu candidato, Jorge Alessandri, que havia obtido a segunda maior votação relativa. Para obter esse objetivo não escassearam meios: corrida bancária, saída de dólares, campanha de terror, falência de empresas etc etc.

O setor freísta – o mais conservador da Democracia Cristã (DC) <sup>(3)</sup> – esteve muito propenso a seguir esse caminho; sem embargo, setores majoritários desse partido inclinaram-se por respeitar a primeira maior votação relativa. Eles perceberam, com grande lucidez, que quebrar essa tradição levaria o país ao caos, à guerra civil. Votar em Alessandri no Congresso Pleno “seria o mesmo que dizer a um terço dos chilenos que a via democrática e a via eleitoral haviam se fechado para eles e, além disso, que deveriam pensar na violência e na derrota da insurreição” <sup>(4)</sup>.

Contudo, o seu apoio à Unidade Popular (UP) <sup>(5)</sup> não podia ser gratuito. O seu preço foi o governo ter aceito o Estatuto de Garantias Constitucionais, pelo qual se comprometia a não mexer nas forças armadas, na educação e

nos meios de comunicação <sup>(6)</sup>.

Enquanto se tentava entrar em acordo, um setor da ultradireita dedicou suas energias a preparar um complô, que interessava a setores dos diversos partidos políticos da oposição, elementos das forças armadas e do governo (saliente). A fracassada tentativa de assassinato do comandante em chefe do Exército, general René Schneider, constitucionalista, foi como um aviso à UP, permitindo a esta realizar uma campanha nacional sobre o caráter constitucionalista das forças armadas, determinando em grande medida o fracasso de tal alternativa.

### **A ofensiva da Unidade Popular**

Allende finalmente assume o comando, com apoio da Democracia Cristã, em 4 de novembro de 1970, iniciando assim um novo período na história do país. O novo governo inicia de imediato a sua ofensiva.

Para realizar as transformações estruturais que deseja, o seu programa conta com alguns instrumentos legais importantes: a Lei de Reforma Agrária aprovada durante o governo de Frei que – embora tenha uma série de limitações – lhe permite avançar rapidamente na expropriação de grandes latifúndios.

Os primeiros passos em direção à constituição da área da propriedade social se dão “usando procedimentos legais que, sem questionar a jurisdição do sistema vigente, representavam um caminho dividido” para evitar que a oposição mutilasse o programa através do poder legislativo. Para isso, foi utilizado “um decreto-lei, ainda vigente, promulgado em agosto de 1932, durante a chamada República Socialista” <sup>(7)</sup>. No dia 2 de dezembro é anunciada a expropriação da primeira indústria, a fábrica têxtil Bellavista de Tomé. Em 27 de janeiro do ano seguinte é a vez de Lanera Austral; em 11 de março da indústria FIAP-Tomé; e em 26 desse mesmo mês da Fabrilana.

Tão logo aprovada – por unanimidade – a Reforma Constitucional que permite estatizar o cobre e outras riquezas básicas, as grandes companhias estrangeiras são expropriadas sem o pagamento de indenizações, devido ao excesso de lucros obtidos na gestão interior.

Em outra frente, a intenção de reestruturar o sistema judiciário propondo um projeto de tribunais vicinais provoca a primeira grande reação da direita. A UP decide retirá-lo e ele permanece arquivado para sempre.

**S**em dúvida, a estratégia do governo popular se cumpre amplamente durante esse primeiro momento. Consegue-se uma redistribuição considerável de renda. É iniciada uma importante reativação da economia, com o conseqüente aumento da produção e do emprego. A disponibilidade do funcionalismo público — que havia chegado a níveis alarmantes — diminui a um nível inferior ao conseguido pelos governos anteriores. No terreno financeiro se avança menos: ali se conta com a resistência dos empregados bancários controlados pela DC, que dificulta a criação de um banco único.

É lançada também uma ofensiva em política internacional em que se restabelecem as relações com Cuba e são iniciadas, pela primeira vez, relações com China, Coréia do Norte, Vietnã do Norte, Alemanha Oriental e outros Estados socialistas. O novo governo obtém muito rapidamente o respeito e a simpatia da opinião internacional — situação que se mantém durante todo o mandato de Allende.

Nesse momento a esquerda europeia buscava a transição ao socialismo pela via democrática. Se a revolução cubana havia fortalecido as posições partidárias da luta armada, o triunfo de Allende serviu de argumento para aqueles que defendiam a via pacífica.

Sem embargo, a experiência não durou muito tempo, algo em torno de três anos. Muitos se esqueceram que havia sido conquistado o governo, não o poder; que os poderes legislativo e judiciário estavam nas mãos das forças opositoras; e que o pilar fundamental do Estado burguês — o exército — se mantinha intacto, protegido pelo chamado Estatuto de Garantias Constitucionais.

A ofensiva do governo encontra uma oposição fracionada, debilitada politicamente por sua derrota eleitoral de setembro e a sua frustrada tentativa de golpe de outubro. Não lhe resta outra alternativa senão procurar derrubá-lo novamente ou desgastá-lo paulatinamente para chegar às eleições presidenciais de 1976 com um candidato próprio vencedor.

**E**nquanto a direita se debate em torno de diferentes estratégias, a força manifestada pelo governo nesse período e uma política de acentuada redistribuição de renda e de reativação da economia, conseguem aumentar o apoio

popular e a gestão de Allende em um grau considerável.

As eleições de abril de 1971 <sup>(8)</sup> assim o demonstram. Em apenas cinco meses consegue-se passar de 39 para 49% da votação. Retrospectivamente, sem dúvida, este foi o momento mais propício para aprovar um referendun que permitisse chamar a uma Assembléia Constituinte para elaborar uma nova Constituição. Se se queria avançar pela via

## Apesar dos consideráveis avanços realizados pelo governo, os setores populares aparecem como meros espectadores e como apoio do processo.

legal e pacífica, seria fundamental mudar as regras do jogo institucional.

O país vivia um clima revolucionário, de transformações profundas; um povo cheio de esperanças se sentia dono do seu destino. Era um exemplo demasiadamente perigoso não apenas para os poderosos do Chile, mas para todo o mundo. Era preciso acabar com esse paradigma.

A direita, sem nunca ter descartado o golpe militar, se colocou como objetivo estratégico desarticular por todos meios possíveis o bloco de forças políticas e sociais que lhe dava maioria parlamentar e podia permitir a ele governar transformadoramente através da legislação existente. A principal força política em disputa era o Partido Democrata-Cristão e sua base social de apoio, fundamentalmente as camadas médias e o setor dos trabalhadores e populações dos bairros marginais. O assassinato — em 8 de junho de 1971 — de Pérez Zujovic, ex-ministro do Interior do governo democrata-cristão de Frei e homem muito influente dentro da DC, realizado por ex-militantes de partidos da Unidade Popular <sup>(9)</sup>, surge como uma luva para conquistar esse objetivo. Esse fato permite ao setor freísta da DC recuperar a liderança dentro do partido.

### Contradições dentro do poder do Estado

Fazendo um balanço desse período, podemos dizer que — apesar dos consideráveis avanços realizados pelo governo —, os setores populares aparecem como meros espectadores e como apoio do processo. Os Comitês de Unidade Popular, em pleno auge durante o processo pré-eleitoral, em sua maioria desaparece logo em seu triunfo. Os partidos dedicam todos os seus quadros às novas tarefas de governo, abandonando significativamente o seu trabalho no movimento popular.

Apesar das mobilizações de apoio ao governo, os únicos

movimentos importantes desse período são os produzidos nas zonas mapuche, especialmente em Cautín e Valdivia: as chamadas “corridas de cerco” para recuperar suas terras expropriadas em épocas passadas – encabeçadas pelo MIR<sup>(10)</sup>.

A decisão do governo popular de não usar repressão contra os trabalhadores – anunciada publicamente –, estimula ainda mais esse tipo de ações. Elas afetam principalmente pequenos e médios setores de camponeses e, de fato, rompem com a estratégia agrária da UP, que pretendia atacar num primeiro momento apenas aos grandes latifundiários usando a legislação vigente.

A ultradireita enaltece essas ações aproveitando-as para iniciar sua campanha de ilegitimidade do governo e para derrubar importantes setores das camadas médias – não

somente do campo como também da cidade – contra o governo da UP, apresentando-o como destruidor da propriedade privada.

Por outro lado, ao colocar em prática a primeira iniciativa importante para incorporar setores do povo ao processo – a criação dos Conselhos Comunes Camponeses, aprovada em dezembro de 1970 –, surgem as primeiras divergências sérias dentro da UP.

Um setor concebia esses Conselhos como a organização camponesa em nível territorial que havia agrupado as diversas organizações camponesas existentes: os sindicatos, as cooperativas e os assentamentos. Porém, esse planejamento tinha alguns inconvenientes: deixava à margem da organização os pequenos proprietários independentes e os outros setores, ainda que não organizados, do campo e dava a supremacia à DC, devido a que este partido controlava dois das três federações sindicais camponesas e a federação de assentamentos. A esquerda, especialmente o PC, controlava uma federação sindical.

Outro setor, coincidindo com o MIR, insistia na formação dos Conselhos Comunes pela base, que permitiria, em princípio, incorporar a todo o campesinato, ainda não organizado, e quebrar a dominação DC nas organizações camponesas. Os inconvenientes desse planejamento eram: primeiro, a dificuldade para fazer eleições verdadeiramente democráticas pela base sem que ela fosse manipulada politicamente pelos partidos e, segundo – o mais sério –, a divisão do campesinato ao marginalizar de fato aos setores no UP.

Depois de vários meses de discussão chegou-se a um acordo em nível da direção da UP; todavia, na prática, o caráter tomado por tais Conselhos dependeu da orientação

que cada partido lhes imprimiu. Isso contribuiu para dividir o campesinato mais proletarizado – o que, junto com a perda de apoio de um setor importante de pequenos e médios proprietários, impede a UP de conseguir massivamente o apoio do campesinato nesse processo. O aliado principal da classe operária não é ganho na magnitude prevista, apesar dos notáveis avanços no terreno da reforma agrária.

**P**or outro lado, durante esse período de ofensiva das forças revolucionárias aparecem claramente os limites do Estado burguês chileno e de sua legalidade. O excesso de centralismo impede de se tomar iniciativas e decisões em nível regional. Sem recursos econômicos, todas as iniciativas locais não saem do papel. O aparato burocrático e os diferentes organismos de Estado contam com um corpo de funcionários que, em sua maior parte, não participa dos novos objetivos estabelecidos pelo governo. Allende conta apenas com quadros de confiança nos níveis superiores.

Levando em conta a Constituição vigente, a Controladoria rechaça a primeira tentativa de criar centros de poder mais além dessa estrutura, devolvendo o decreto que criava os Conselhos Comunes Camponeses. Ela somente aprova um projeto que reduz o seu papel a organismos meramente assessores dos organismos do agro. Esse mesmo fato volta a ocorrer mais adiante com o decreto sobre as Juntas de Abastecimento e Preços, criadas para lutar contra o mercado negro e a inflação.

A esses mesmos limites do Estado burguês foi agregado o problema do “sistema de cotas político”: cada partido exigia dispor de uma certa quantidade de cargos para seus militantes na administração pública. Em cada ministério, em cada organismo do Estado, havia a pretensão de reproduzir a representação de todos os partidos da UP, com o seguro objetivo de obter ali uma direção integrada. Sem embargo, para que isso funcionasse bem era necessária uma direção única do processo. E como só existia acordo no grosso das linhas do programa, à medida que este teve que se ir concretizando, foram surgindo contradições cada vez mais marcantes entre os diversos partidos, sendo que cada um deles fazia sua política dentro do organismo em que estava representava. A ineficiência do Estado burguês viu-se, assim, acentuada pela inexistência de um critério único de ação em cada ministério, em cada organismo, onde cada partido aplica uma política diferente.

Por outro lado, os partidos, para preencher suas cotas às vezes nomeavam pessoas não preparadas, ineficientes, oportunistas – que haviam ingressado recentemente em algum dos partidos da UP – enquanto se colocava à

## Aparecem claramente os limites do Estado burguês chileno e de sua legalidade

deriva de seus cargos uma série de pessoas independentes; mas, eficientes e com experiência.

A impossibilidade de que fossem implementadas iniciativas e decisões em nível local, porque se carecia de poder e recursos para tanto, dava à mobilização de massas um caráter de mera pressão frente aos organismos centrais do Estado, contribuindo para acentuar ainda mais a tendência, própria do povo chileno, de esperar que todas as soluções venham de cima.

A isso é preciso acrescentar que os incorretos métodos de direção praticados pelos militantes dos próprios partidos da UP, formados em organizações muito centralistas, reduziam sua capacidade de realizar tarefas concretas que permitissem incorporar as pessoas no nível local.

**H**á um outro aspecto que nos parece importante de ser assinalado aqui: a estratégia política da UP em relação aos setores populares esteve centrada fundamentalmente no proletariado dos grandes centros industriais e mineiros e do campo, isto é, num setor que, em certa medida, era privilegiado por seu nível de organização e de conquistas sociais alcançadas, em relação com o restante dos trabalhadores das pequenas indústrias e pequenas propriedades agrícolas e com todo o imenso setor de pequenos trabalhadores autônomos, setores verdadeiramente marginais da cidade e do campo. Esse acentuamento especial sobre os setores organizados do proletariado industrial urbanos se refletia na grande preocupação em organizar os setores da população. O interesse por começar a andar os comitês de produção nas grandes indústrias e pela não-implementação dos comitês de vigilância nas médias e pequenas indústrias. A política de redistribuição com base no salário, que não chegava aos setores não-assalariados das populações da periferia. Nesse sentido, há que se reconhecer que a DC teve uma política muito mais inteligente nesse terreno, preocupando-se especialmente com a organização desses “setores marginais”.

Por último, apesar de aparecer insistentemente em todos documentos da UP, a questão da importância da incorporação das massas no processo, não havia o hábito de estabelecer tarefas concretas que permitissem que cada vez mais pessoas se sentissem parte do mesmo, ampliando, assim, a base de apoio do governo. As tarefas tendiam a ser realizadas dentro das estruturas dos partidos.

### **A contra-ofensiva da ultradireita**

Como vimos anteriormente, o assassinato de Pérez Zújovic fortaleceu o esforço levado adiante pelos setores ultraconservadores de unificar a oposição. Sua estratégia estava orientada por seis grandes objetivos:

Primeiro, tentar dividir a coalizão governante: a Unidade Popular. Essa tarefa se realizou estimulando uma suposta linha divisória entre partidos “marxistas” e partidos “democráticos”. Recorreram também ao desgastado truque do anticomunismo, tratando de isolar esse partido dentro da UP, acusando-o de tentar “apoderar-se de todo o governo”, de “sectarismo incondicional em relação a Moscou” etc.

Segundo, manter a todo custo o controle dos meios de comunicação. Nesse momento, a oposição controlava 70% da imprensa escrita e 11,5% das rádios do país, entre as quais as cadeias mais potentes.

Terceiro, defender a propriedade privada. Usou todos os mecanismos legais e meios de pressão a seu alcance para dilatar a formação da área de propriedade social: o exemplo mais claro foi o projeto de Reforma Constitucional apresentado pela Democracia-Cristã para impedir a expropriação de um maior número de empresas.

Quarto, a criação de uma consciência anti-Unidade Popular nas Forças Armadas. Para isso explorou habilmente tudo aquilo que pudesse dar a visão de um país “caótico”, “anárquico”, de “desgoverno e vazio de poder” com tendências “totalitárias e antidemocráticas”. E, sem dúvida, o ponto central de sua campanha foi a denúncia da existência de grupos armados em (detrimento) das únicas forças armadas que deviam existir no país.

## **As classes dominantes insistentemente bloqueavam todas as tentativas do novo governo.**

Quinto, conquistar as camadas médias para acioná-las contra o governo: apoiaram supervisores que boicotavam a produção nas minas de cobre, trataram de mobilizar os colégios profissionais, utilizaram as universidades para experimentar suas linhas estratégicas.

Contudo, o objetivo fundamental – que lhe permitiria realizar vários desses anteriores –, quase poderíamos dizer por acréscimo, foi provocar o fracasso econômico do governo popular. As medidas começam a ser aplicadas imediatamente após o triunfo eleitoral com a corrida bancária, o contrabando de dólares, a paralisação de algumas indústrias, o cessamento de importação de matérias primas e repostos necessários para o funcionamento das indústrias etc. As classes dominantes não apenas bloqueiam todas as tentativas do governo de modificar a injusta estrutura tributária usando para isso sua maioria parlamentar, como também, ao mesmo

tempo, negam-lhe os recursos pressupostos para levar adiante seus planos de caráter social: distribuição de leite, planos de saúde, de moradia e obras públicas. Desse modo, buscavam impedir que a UP pudesse melhorar o nível de vida dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, criar temor nos inversionistas estrangeiros e empresários nativos, provocando em médio prazo um estancamento produtivo.

Esse objetivo foi plenamente compartilhado pelo governo Nixon e os consórcios multinacionais, que realizaram uma operação de cerco econômico expressa em: redução de créditos, obstaculização da renegociação da dívida externa, embargo de bens por parte das companhias expropriadas, divulgação internacional da

imagem de um país em bancarrota para cercá-lo mais do ponto de vista financeiro. O governo popular, que não queria afetar a capacidade de negociação dos trabalhadores, não teve outra alternativa senão ampliar a quantidade de dinheiro circulante, sabendo que isso teria que se traduzir em fortes pressões inflacionárias. Ao mesmo tempo, a ofensiva do governo norte-americano o impediu de manter um volume de importações alimentícias em acordo com a maior capacidade aquisitiva alcançada pelos setores

populares. Os problemas de abastecimento se aumentaram dia a dia. Sobre essa base objetiva, os esforços da reação se encaminharam a agravar a situação econômica através da especulação, o monopólio e o fomento do mercado negro; enquanto a imprensa por ela controlada produzia uma campanha sistemática com o fim de proclamar o desabastecimento e de torná-lo o centro de seus ataques.

Dessa forma, à medida que o governo foi avançando, foi sendo criada uma verdadeira situação contra-revolucionária. Os primeiros sintomas já eram patentes quando Fidel visitou o Chile em novembro de 1971. Setores sociais da direita, e seus aliados, foram cada vez mais participando em política: em panelaços, manifestações, greves de transporte, no cobre, manifestações contra os militares. Enquanto as forças opositoras aplicavam conseqüentemente sua estratégia, as forças da Unidade Popular não conseguiam entrar em acordo com relação ao que fazer.

A situação se agravava dia a dia. Finalmente, Allende decide definir a situação convocando um Plebiscito. A mensagem presidencial estava prevista para as 11 horas do dia 11 de setembro. A essa hora as balas reduziram ao silêncio o heróico e conseqüente mandatário chileno.

### O golpe militar

Esse golpe militar foi possível graças ao êxito da contra-ofensiva conservadora. Enquanto esta última se ia tornando mais forte e as contradições no seio das forças de esquerda que levantaram a candidatura de Allende se iam enfraquecendo, uma parte importante dos setores médios, que havia apoiado inicialmente o projeto popular, se foi distanciando – com isso se preparou o terreno social e político para o golpe militar. Concordo com Jorge Arrate, dirigente socialista chileno, em que o projeto de Allende era demasiado heterodoxo para o caráter ortodoxo de nossa esquerda (12), cujos planejamentos não correspondiam aos novos desafios que o país estava vivendo: quando Allende falava do trânsito democrático ao socialismo, setores da esquerda pichavam os muros com “Viva a ditadura do proletariado!”; quando Allende falava de ganhar setores da burguesia para seu projeto, uma parte importante da esquerda reafirmava que o nosso inimigo era toda a burguesia; quando o presidente socialista lutava por conseguir uma condução única do processo, os partidos mais fortes – o Socialista e o Comunista – tornavam públicas suas divergências; enquanto Allende queria consolidar o avançado no plano econômico – a estatização das grandes empresas estratégicas, tendo muito claros os limites de poder com que contava – setores da esquerda tomavam para si pequenas empresas e pediam sua estatização, exigindo mais radicalidade de Allende.

**P**or outro lado – ainda que a direção da Unidade Popular e o próprio presidente Allende tivessem muito claro que só poderiam consolidar o processo chileno se contasse com o apoio dos militares e, coerentemente com isso se tenha feito todo um esforço para ganhá-los à causa popular –, confiou-se excessivamente na tradição constitucionalista das forças armadas chilenas e não se trabalhou suficientemente na criação de uma força material própria.

Todavia, há outra coisa ainda que só foi vista depois, a partir das últimas experiências vividas pelo socialismo: esse tipo de transição “pacífica” do capitalismo ao socialismo – usando os recursos e possibilidades de poder dentro de um sistema de democracia representativa – não era um caminho viável para realizar o projeto socialista tal como havia sido aplicado até então no

Na medida em que o governo progrediu, foi sendo criada uma verdadeira situação contra-revolucionária cujos sintomas já eram patentes durante a visita de Fidel ao Chile.



mundo e que, portanto, era necessário repensar o socialismo que se queria construir elaborando outro projeto mais adequado à realidade chilena. Isso era o que Allende parecia intuir ao usar sua folclórica metáfora de socialismo “vinho tinto com empadas”, que apontava para a construção de uma sociedade socialista democrática enraizada nas tradições nacional-populares (13). ☺

Tradução **Maria Lucília Ruy.**

### Notas

1. Este texto foi elaborado para a revista inglesa *Historical Materialism: Research in Critical Marxist Theory*, Vol. 11, nº 3, outubro-2003. Para elaborá-lo extrai informações de meu livro *A esquerda no limiar do século XXI. Tornando possível o impossível*. Século XXI Editores, Espanha, 1ª ed., 1999, e 3ª, 2000 e de um texto preparado para um livro sobre Patricio Guzmán, *A batalha do Chile (1975)*, publicado parcialmente em vários números da revista chilena *Encuentro XXI* (1998), sob o título “A luta de um povo sem armas. Os três anos de governo popular”.

2. Em 4 de setembro de 1970, Salvador Allende venceu com 36% da votação. Obteve 30 mil votos mais que Jorge Alessandri, o segundo mais bem votado.

3. Em 4 de setembro de 1970 Salvador Allende venceu por 30 mil votos

sobre Jorge Alessandri, com 36% dos provenientes de camadas populares.

4. Claudio Orrego, “A Eleição de 1970...”. In: *Política e Espírito*, nº 332, maio de 1972, p. 17.

5. Coalizão, ou frente política, formada por Partido Socialista (PS), Partido Comunista (PC), Partido Radical (PR), MAPU e Esquerda Cristã (IC) — estes dois últimos advindos da DC.

6. No Chile podia ser eleito presidente o candidato que obtivesse a maioria relativa dos votos sempre que o mesmo fosse ratificado pelo Parlamento. Embora fosse tradição ratificar sempre ao candidato com maioria relativa, pela excepcionalidade do caso de Allende não se descartava a possibilidade de essa situação poder variar.

7. Hogo Zemelman e Patricio Leon. *O Comportamento da Burguesia chilena no primeiro ano do governo da Unidade Popular*. *Revista de Sociologia*, nº 1, agosto de 1972, p. 4.

8. Eleições de deputados e senadores.

9. A ação, de duvidosa inspiração, é realizada por um comando da VOP (Vanguarda Organizada do Povo).

10. Movimento de Esquerda Revolucionária, uma organização político-militar de uma esquerda extraparlamentar, inspirada na revolução cubana. Não se enquadra à Unidade Popular.

11. Isso dificultava enormemente qualquer tentativa de armar o povo para defender o governo popular.

12. Jorge Arrate. *A força democrática da idéia socialista*. Ed. do Ornitorrinco, Santiago, Chile, novembro de 1985, p. 175.

13. Tomás Moulián. *A Unidade Popular e o futuro*. *Revista Encuentro XXI*, nº 3, ano 1, Chile, 1995, p. 25.

## EM NENHUM OUTRO LUGAR O CONSUMIDOR TEM TANTO PODER COMO NA ALERJ.

Na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro você encontra os defensores dos seus direitos à democracia, liberdade e opinião. E também conta com defensores dos seus direitos de consumidor. Sempre que você se sentir lesado, ligue para a Comissão de Defesa do Consumidor da ALERJ. Quem vai atender você são as pessoas que mais entendem de lei. Que lutam para que você seja respeitado. Que trabalham para que haja justiça. Na ALERJ, você sabe que tem poder.



**Comissão de Defesa do Consumidor da ALERJ – 0800-2827060**

**ALERJ**

Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Aqui você tem poder.

# OS COMUNISTAS E OS M GUERRA E A GLOBAL

*Nos dias 19 e 20 de Junho de 2003 reuniram-se em Atenas (Grécia) 71 partidos comunistas e operários para troca de opiniões sobre a situação internacional. No encontro foram apresentadas importantes experiências de desenvolvimento das lutas populares e movimentos de massas contra a guerra e a globalização capitalista nos diferentes países*

O comunicado conjunto dos partidos, expõe que "Avaliando os acontecimentos internacionais recentes, particularmente a intervenção militar dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Austrália contra o Iraque e a ocupação deste país, os participantes condenaram firmemente a perigosa escalada da agressividade imperialista e a violação dos princípios e normas do direito internacional, o que levou a uma crise mais profunda da ONU em seu papel de assegurar a paz e a solução pacífica das diferenças entre Estados.

Como sublinharam muitos oradores, estes acontecimentos demonstram que todos os povos e seus movimentos de massas enfrentam a ameaça de que se imponha o domínio mundial do capital monopolista, com os Estados Unidos à frente, e destacaram a necessidade de desenvolver as mais amplas e coordenadas ações dos partidos e movimentos para enfrentar esta perigosa situação e mudar a atual correlação de forças em nível nacional, regional e internacional.

Os participantes caracterizaram como um fato muito negativo a resolução 1483 do Conselho de Segurança da ONU (22/5/2003) sobre o Iraque, a qual legaliza a posteriori os invasores ilegais, caracterizando-os como forças de ocupação; e como perigosíssima a aceitação da doutrina de guerra preventiva que os EUA apoiam desde o 11 de setembro de 2001, ameaçando todas as forças que de alguma maneira se opõem à sua hegemonia. Mencionaram, ademais, as ameaças de extensão da guerra diretamente contra a Síria e o Irã, as declarações sobre o uso inclusive de armas nucleares, a aceleração de projetos armamentistas de 'nova geração' por parte dos EUA e o sistema de Mísseis de Defesa Nacional (NMD). Como foi destacado, a militarização das relações internacionais adquire características ainda mais perigosas e o risco de novos enfrentamentos bélicos aumenta sob o peso dos antagonismos e intervenções. Vários presentes sublinharam o papel especial que jogam na política internacional as decisões dos oito países mais poderosos, o papel da União Européia com sua nova ampliação e a criação de um exército intervencionista, a nova doutrina agressiva da OTAN sob o conceito de guerra preventiva e a ampliação que converte este bloco em um verdadeiro gendarme internacional sob hegemonia do imperialismo estadunidense.

Os participantes destacaram que toda a humanidade se defronta com um perigoso plano do imperialismo contemporâneo, que ameaça a paz, a segurança e a estabilidade de muitas regiões do pla-

neta. Também assinalaram que, apesar da crescente agressividade imperialista depois do 11 de setembro de 2001, o grande fator de esperança foi a tremenda expansão das mobilizações populares e da reação contra as guerras imperialistas (primeiro, aquela contra o povo afegão e agora contra o povo iraquiano). Como assinalaram muitos oradores, o elemento novo no caso do Iraque foram as mobilizações mundiais que precederam a intervenção imperialista, exigindo que não se fizesse a guerra, nem mesmo com a permissão da ONU. Várias intervenções mencionaram também as exigências concretas que este movimento colocou, reclamando de seus governos que não participassem de forma alguma da guerra.

Os participantes condenaram as declarações e atividades dos imperialistas contra Cuba e as conquistas do povo cubano, bem como contra a República Popular Democrática da Coreia; e expressam sua solidariedade exigindo o fim das tentativas de sabotagem e das ameaças contra estes povos.

Os participantes reiteraram seu apoio à luta do povo palestino, rechaçaram a caracterização dessa luta como terrorista e consideraram a ocupação israelense como a fonte da violência na região. As mobilizações de solidariedade com a justa luta do povo palestino pela conquista de sua independência e de seu próprio Estado, soberano e viável, com Jerusalém Oriental como capital, têm que se fortalecer e expandir em todo o mundo, sobretudo agora, depois da ocupação do Iraque, quando os EUA através do chamado Quarteto querem 'redesenhar' toda a região segundo seus próprios interesses.

Os participantes condenaram a ocupação de territórios sírios e libaneses que ainda se mantêm, exigindo a retirada incondicional das tropas israelenses e o regresso de todos os refugiados, segundo as resoluções 242, 338 e 194 da ONU. Muitas intervenções sublinharam a necessidade de se aumentar ainda mais este apoio em seus países, de realizar viagens de solidariedade aos territórios ocupados por Israel e aos territórios da administração palestina. Os participantes condenaram energicamente a violência aberta do governo israelense nos territórios palestinos ocupados, as detenções em massa e o encarceramento de palestinos, inclusive dirigentes do movimento libertador.

Vários oradores mencionaram os passos que demonstram um despertar e uma disposição de luta e resistência dentro do movimento operário e sindical, graças à forte presença de forças classistas em seu

# MOVIMENTOS CONTRA A GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA

seio e ao desenvolvimento de novas lutas reivindicativas. Destacaram a necessidade de desenvolver ações nos locais de trabalho e fortalecer ainda mais as forças classistas no movimento operário e sindical.

Constatou-se também o fortalecimento de um multifacético movimento contra a globalização capitalista, assim como a luta no seio deste movimento em torno de sua orientação e objetivos. Destacou-se a necessidade de desenvolver a solidariedade política ativa e o apoio entre os partidos comunistas e operários e, em geral, entre os movimentos populares. Várias intervenções expressaram a necessidade de apoio a uma série de iniciativas de diferentes partidos comunistas e operários ou movimentos, mencionando concretamente:

▶ A campanha de mobilização internacional para exigir a liberdade dos cinco patriotas cubanos encarcerados nos Estados Unidos por terem lutado contra os grupos terroristas de Miami, assim como a campanha pela suspensão do bloqueio norte-americano contra Cuba.

▶ As iniciativas contra o plano de reestruturação neoliberal da economia latino-americana e caribenha, expressa na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), no Plano Puebla/Panamá e seu braço armado, o Plano Colômbia — este objetivando combater a resistência de qualquer sujeito social e de imediato isolar e eliminar o movimento guerrilheiro colombiano e derrubar o governo legítimo e democrático da República Bolivariana da Venezuela.

▶ A coordenação contra os planos dos EUA e da UE visando submeter as economias dos países árabes (Magreb-Mashrek).

▶ Tomar iniciativas visando coordenar as ações de nossos partidos contra a globalização capitalista, levando em conta os movimentos que vêm se desenvolvendo contra a política dos governos imperialistas e das corporações transnacionais.

Os participantes expressaram a necessidade de repetir e multiplicar este tipo de encontros de partidos comunistas e operários. E destacaram a necessidade de encontros mais amplos sobre temas de interesse internacional, de encontros regionais e continentais. Apoiaram a idéia de realizar encontros dos nossos partidos face a grandes acontecimentos internacionais, objetivando lograr uma elaboração mais coletiva de propostas e concepções e atitudes tão conjuntas quanto seja possível. Esta política influencia positivamente e não contradiz a coordenação de ações em comum com forças democráticas, antimonopolistas e patrióticas mais amplas, nem com o multifacético movimento contra a globalização capitalista.

Destacaram ser útil ampliar o debate e o intercâmbio de opiniões que contribuirão para desenvolver as elaborações teóricas sobre a transformação da sociedade atual na perspectiva socialista. Os participantes expressaram a necessidade de fortalecer ainda mais a solidariedade internacionalista de nossos partidos para com os comunistas e todas as forças progressistas e partidos que enfrentam perseguições, encarceramentos e a proibição de sua atividade. Também expressaram a necessidade da solidariedade ativa contra as discriminações antidemocráticas e regulamentações reacionárias que atentam contra as liberdades democráticas.”

*Albânia:* Partido Comunista da Albânia

*Argélia:* Partido Argelino pela Democracia e o Socialismo

*Armênia:* Partido Comunista da Armênia

*Austrália:* Partido Comunista da Austrália

*Áustria:* Partido Comunista da Áustria

*Babrain:* Tribuna Democrática Progressista

*Bangladesh:* Partido Comunista de Bangladesh

*Bélgica:* Partido do Trabalho da Bélgica

*Brasil:* Partido Comunista do Brasil

*Bulgária:* Partido Comunista Búlgaro “George Dimitrov”

*Canadá:* Partido Comunista do Canadá

*Chipre:* Partido Progressista do Povo Trabalhador (Akel)

*Colômbia:* Partido Comunista Colombiano

*Coréia:* Partido dos Trabalhadores da Coréia

*Cuba:* Partido Comunista de Cuba

*Dinamarca:* Partido Comunista na Dinamarca, Partido Comunista da Dinamarca

*Egito:* Partido Comunista do Egito

*Eslováquia:* Partido Comunista da Eslováquia

*Espanha:* Esquerda Unida, Partido Comunista da Espanha, Partido Comunista dos Povos da Espanha

*Estados Unidos:* Partido Comunista dos Estados Unidos

*Finlândia:* Partido Comunista da Finlândia

*França:* Partido Comunista Francês

*Grã-Bretanha:* Partido Comunista da Grã-Bretanha, Novo Partido Comunista da Grã-Bretanha

*Grécia:* Partido Comunista da Grécia

*Holanda:* Novo Partido Comunista da Holanda

*Hungria:* Partido dos Trabalhadores Húngaros

*Índia:* Partido Comunista da Índia, Partido Comunista da Índia (Marxista)

*Irã:* Partido Tudeh do Irã

*Iraque:* Partido Comunista Iraquiano

*Irlanda:* Partido dos Trabalhadores da Irlanda, Partido Comunista da Irlanda

*Israel:* Partido Comunista de Israel

*Iugoslávia:* Novo Partido Comunista da Iugoslávia

*Itália:* Partido da Refundação Comunista, Partido dos Comunistas Italianos

*Letônia:* Partido Socialista da Letônia

*Líbano:* Partido Comunista Libanês

*Luxemburgo:* Partido Comunista de Luxemburgo

*México:* Partido Popular Socialista, Partido dos Comunistas do México

*Noruega:* Partido Comunista da Noruega

*Portugal:* Partido Comunista Português

*República Tcheca:* Partido Comunista da Boêmia e Morávia

*Romênia:* Partido Comunista Romeno

*Rússia:* Partido Comunista da Federação Russa, Partido Comunista dos Trabalhadores da Rússia, União dos Partidos Comunistas (CPSU)

*Síria:* Partido Comunista Sírio

*Sudão:* Partido Comunista Sudanês

*Suécia:* Partido Comunista da Suécia

*Turquia:* Partido Comunista da Turquia, Partido do Trabalho (Emep)

*Ucrânia:* Partido Comunista da Ucrânia

*Vietnã:* Partido Comunista do Vietnã



**Partido Comunista do Brasil**  
**José Reinaldo Carvalho, vice-presidente e**  
**secretário de Relações Internacionais**

**O Partido Comunista do Brasil** saúda todas as delegações presentes e cumprimenta em especial o Comitê Central do Partido Comunista da Grécia (KKE) pela realização deste seminário, evento de alta significação política e ideológica, com influência de suma importância na articulação entre os partidos comunistas e operários de todo o mundo, na coordenação de suas ações, no estímulo ao seu fortalecimento e na promoção da unidade. Eventos como este têm projeção histórica. Fazem parte de um prolongado processo de recuperação do movimento comunista e operário, depois da derrota resultante da queda do socialismo na maioria dos países em que estava sendo edificado. Graças à iniciativa do KKE têm os nossos partidos a possibilidade de realizar um frutífero intercâmbio de idéias, base para as ações concretas. O Partido Comunista do Brasil valoriza enormemente tais encontros, dele extrai importantes subsídios. Das reflexões aqui realizadas, extraímos importantes indicações políticas inspiradoras de movimentações junto às massas e a amplos setores políticos junto com os quais é indispensável atuar, numa perspectiva de frente-única, em torno da causa que unifica os povos nesta quadra sombria que atravessa a humanidade: a paz. Por isso, parece-nos adequado persistir naquilo que estamos fazendo bem antes de dar outros passos. A nossa preocupação, na atual fase de construção do nosso movimento e da nossa unidade, é menos com a forma de organização e mais com a realização. O enrijecimento, a precipitação, o artificialismo podem nos lançar no isolamento político e, ao invés de impulsionar a unidade e fortalecer os partidos comunistas e operários, poderia atuar como fator impeditivo do avanço. O Seminário dos Partidos Comunistas e Operários que se realiza todos os anos em Atenas sob os auspícios dos camaradas gregos, de caráter consultivo, sem instâncias rígidas e hierarquizadas, parece-nos a forma mais adequada para prosseguir nos esforços pelo fortalecimento da unidade política e ideológica e para a atividade de solidariedade internacional entre os nossos Partidos.

Não podia ser mais oportuno o tema em torno do qual nos reunimos: a luta pela paz.

As grandes manifestações maciças em escala planetária pela paz e contra a guerra imperialista e o amplo movimento que teve por foco a condenação do ataque estadunidense ao Iraque se inscrevem entre os grandes acontecimentos de nossa época. Seu verdadeiro significado será aquilatado com o tempo histórico e seus reflexos se farão sentir em muitas outras lutas políticas e sociais. Sentimos uma nítida impressão de que o movimento pela paz tende a adquirir permanência e durante muito tempo estará no centro das ações políticas do movimento comunista e operário. Em nossas reflexões e análises as datas de 15 de fevereiro e 15 de março do ano em curso serão sempre uma referência importante. Naquele momento os povos escreveram uma página inédita na história contemporânea. Protagonizaram um episódio transcendente, inauguraram um momento novo na luta antiimperialista, fundaram o marco miliário de um novo movimento, desencadearam uma força até então represada e latente, com caráter internacionalista – que em nada se choca com o internacionalismo proletário. A ação conjugada e simultânea de amplas massas populares sob a bandeira da paz é sinal dos novos tempos, uma espécie de internacionalismo dos povos, das forças em luta contra a barbárie, com forma flexível e conteúdo revolucionário, ainda que impreciso. Parece-nos ser esta uma tendência objetiva progressista, quando se generaliza a opressão decorrente da globalização capitalista e a guerra de agressão se impõe como único caminho do imperialismo para enfrentar sua crise.

A mobilização de massas contra a guerra imperialista é fator importante no quadro político em evolução e tem dimensão estratégica. Contribui decisivamente para isolar o imperialismo norte-americano e impulsiona a formação de pólos de contestação à hegemonia estadunidense. O fato de milhões de pessoas terem saído às ruas

com a bandeira da paz influiu na posição de vários governos que se opuseram à guerra e na contestação que teve lugar no âmbito das Nações Unidas.

Estamos presenciando um grande fenômeno – com uma bandeira de luta simultaneamente ampla e radical, retorna ao proscênio da nossa época o protagonismo do movimento político de massas. Tudo isso faz da luta pela paz uma bandeira revolucionária, capaz de unir amplos setores, desencadear energias represadas, mobilizar amplos contingentes populares, definir campos.

A luta pela paz sinaliza para a formação de uma ampla frente mundial contra o imperialismo. Bem conduzida, essa luta poderá assumir proporções jamais vistas em qualquer outra época histórica. Trata-se de um movimento que abarca não apenas as organizações políticas e sociais de classe e caráter revolucionário, mas inclui um amplo espectro de setores com origens, constituição e orientação diversificada. O exclusivismo, o hegemonismo, as visões preconcebidas terão efeito malsão sobre o movimento e só contribuirão para dividi-lo ou isolá-lo. Nesse sentido, o Fórum Social Mundial tem-se constituído como um ponto de convergência de movimentos de variadas orientações que potencializa a mobilização de amplas massas. Malgrado a hegemonia de setores sociais-democratas e de outras visões de mundo distintas e mesmo antagônicas à dos comunistas, o FSM é hoje fator que impulsiona a luta pela paz e objetivamente contribui para a formação da frente antiimperialista.

Na luta pela paz, não se pode subestimar a importância do posicionamento político e diplomático de governos democráticos e progressistas que em sua própria constituição representam coalizões amplas de forças políticas. É notável nesse sentido a posição do governo brasileiro do presidente Lula, que mesmo numa situação econômica difícil, sob os condicionamentos e constrangimentos impostos pelos organismos financeiros internacionais, tem sido capaz de sustentar uma política externa voltada para a defesa da soberania nacional e a integração do continente latino-americano e se pronunciou com clareza e altivez contra a guerra imperialista. A correta consideração dessas novas possibilidades é essencial para mobilizar as massas e reforçar e ampliar a unidade das forças populares, esforço que deve ser feito em todos os países, consideradas as peculiaridades nacionais.

Outrossim, é importante para construir a frente contrária às ameaças belicistas da superpotência imperialista norte-americana, explorar judiciosamente as contradições interimperialistas, sem evidentemente alimentar ilusões de aliar-se a um imperialismo para combater o outro. O importante é ter discernimento para distinguir o alvo principal da luta.

Com esse mesmo sentido de amplitude e observância das condições concretas em que se desenvolve a luta, consideramos que a luta pela paz se entrelaça com a defesa da legalidade internacional, a autodeterminação dos povos, da ordem jurídica, do sistema de segurança coletiva e do multilateralismo na ordem política, antípoda do hegemonismo. Malgrado todas as suas limitações, é importante lutar pelo fortalecimento da ONU como espaço de exercício do multilateralismo.

Esta compreensão acerca da necessidade de amplitude no movimento pela paz emana da caracterização que fazemos do grave momento e das seriíssimas ameaças que pairam sobre a humanidade.

Estamos diante da mais brutal ofensiva imperialista contra os povos e nações soberanas. O perigo de um novo totalitarismo, nova espécie de fascismo, paira sobre o mundo. Convencido da sua predestinação, inclusive por desígnio divino, o núcleo dirigente do imperialismo norte-americano elaborou uma estratégia de domínio imperial que pode ter efeitos devastadores para a humanidade.

Os Estados Unidos atuam na cena internacional com o conceito da primazia dos interesses norte-americanos, o que impõe restrições de toda natureza à soberania de outros países e se choca com os interesses nacionais de quantas nações lutem por espaços de autodeterminação ou aspirem a se tornar potências regionais ou globais. Baseados na sensação do superpoder e na incontestável superioridade militar, o que inclui as armas nucleares e outras de destruição em massa, os EUA elaboraram sua nova estratégia de segurança nacional, a chama-

da Doutrina Bush assentada em três pilares: combater os novos inimigos – o terrorismo e os Estados nacionais que abrigam terroristas e/ou desenvolvem armas de destruição em massa, a ação desenfreada em nome dos interesses essenciais da superpotência norte-americana e a preempção para remover as causas do terrorismo e enquadrar os chamados estados irresponsáveis.

Essa obstinação da Casa Branca em dar primazia aos interesses norte-americanos, a repetição do slogan "A América em primeiro lugar" levou o governo de Washington não somente a uma militarização inaudita e à consumação de ações belicistas, como no Afeganistão e no Iraque, mas também à prática de uma política externa agressiva e voraz, que somente por razões diplomáticas se pode chamar de unilateral. Convencido de que a "guerra infinita contra o terrorismo" por meio de uma sucessão de guerras "preventivas" contra os "estados bandidos" é o meio para assegurar a primazia dos interesses estadunidenses, o governo Bush continua mantendo o mundo sob ameaça, mesmo depois da guerra ao Iraque. Alternadamente, novos alvos são mencionados: Síria, Irã, Coreia do Norte, Cuba. A esses objetivos estratégicos corresponde uma política externa em que se faz tabula rasa das normas do direito internacional, da autodeterminação dos povos, do sistema de segurança coletiva e se menoscabam as organizações multilaterais. As guerras norte-americanas fizeram ruir o sistema multilateral, agravaram a instabilidade no mundo, criaram uma situação caótica e ameaçadora à paz e à segurança de todos os povos e nações soberanas.

Por outro lado, o quadro político em evolução revela um inédito isolamento internacional dos Estados Unidos e uma aberta contestação à sua política. A solidão com que Washington declarou e fez a guerra ao Iraque, o golpe de força sobre a ONU, o desdém à posição de países como Alemanha e França revelam a fragilidade intrínseca da posição política dos Estados Unidos. Este é um entre muitos sinais de que paradoxalmente, no momento em que mais exibem força, pronunciam-se também os sinais do declínio da liderança política dos Estados Unidos e que seu domínio imperial se sustenta cada dia mais exclusivamente na supremacia militar.

Emerge em conseqüência um novo quadro geopolítico, com reflexos na diplomacia e no sistema multilateral das Nações Unidas, que deverá ser marcado por importantes realinhamentos. A rigor, impõe-se a luta por uma nova ordem internacional. Depois de ser considerada irrelevante e irresponsável pelos Estados Unidos e de ter seus documentos fundamentais transformados em letra morta, a ONU nunca mais será a mesma. E com a violação das normas internacionais, recorrendo à força bruta apesar da reprovção geral, também a liderança norte-americana não se exercerá com a mesma tranqüilidade de antes. Ao isolamento dos Estados Unidos corresponderá uma agressividade crescente desse imperialismo e o mundo viverá uma era de gravíssimas turbulências e inquietações. Paradoxalmente, os Estados Unidos saem vitoriosos e mais vulneráveis da guerra ao Iraque.

O Oriente Médio e a Ásia Central, palco das últimas investidas militares estadunidenses, onde está em curso a ocupação manu-militari e a transformação de países soberanos em protetorados, em nome dos interesses imperialistas de controle das jazidas petrolíferas e de domínio sobre regiões com importância estratégica para o exercício do poder internacional, continuam, e tudo indica que assim será por muito tempo, no epicentro dessas turbulências.

Não está sendo tranqüila a ocupação norte-americana no Iraque. O medo estampado nos olhares dos seus soldados, os massacres e atrocidades que cometem mostram que muito provavelmente agora é que está começando a verdadeira guerra norte-americana no Iraque. Foi relativamente fácil desalojar o regime de Saddam Hussein e ocupar militarmente o país. Praticamente não houve resistência por parte do Exército regular iraquiano. Mas os fatos vêm revelando que não será fácil a ocupação americana, haja vista as demonstrações de resistência irregular e o elevado número de incidentes violentos. Até agora, os Estados Unidos não conseguiram convencer o povo iraquiano do caráter "libertador" da sua investida.

Na mesma região, a instabilidade no relacionamento com a Síria,

a Arábia Saudita e o Irã e principalmente as dificuldades incontornáveis para "traçar o mapa" e trafegar por um "caminho" que leve à paz entre israelenses e palestinos revelam a permanência de fatores explosivos. Ali a perspectiva não é de distensionamento mas de agudização dos problemas.

Na América Latina está em curso um diferenciado processo de luta política e social cuja resultante é o reforço da luta contra o imperialismo norte-americano. Muito embora as dificuldades próprias de uma transição política para consolidar novas forças democráticas à frente de governos em países com o Brasil, a Venezuela e o Equador, é indubitável o avanço das forças progressistas no continente. Vive-se ali novo cenário político. O próximo período será marcado pela ofensiva estadunidense para impor a Alca e a resistência dos países e povos a essa ação neocolonialista.

As contradições interimperialistas e a instável situação política estão relacionadas também com a crise mundial do capitalismo. Em todos os países centrais observa-se uma queda da atividade econômica, sem que se vislumbrem perspectivas de crescimento. Todas as previsões dos organismos internacionais apontam para a estagnação e em alguns casos recessão. A guerra não estimulou a atividade econômica. Muito pelo contrário. Para uma previsão inicial de crescimento da economia norte-americana em 2,2% para 2003, cresceu apenas 1,6% no primeiro trimestre, em ritmo anual. A partir dos Estados Unidos, maior economia do mundo e centro nevrálgico da vida internacional, irradia-se uma crise de vastas proporções. Há um cenário de estagnação planetária, de retração da demanda, de queda dos índices de crescimento no conjunto das mais importantes economias do mundo. Também entre os países dependentes e medianamente industrializados, como a Argentina, o México e o Brasil, para citar apenas os casos paradigmáticos, o panorama é de bancarrota, resultante da aplicação das políticas neoliberais.

O declínio econômico norte-americano é um processo histórico que vem de há três décadas. É este declínio que condiciona as suas ações políticas, diplomáticas e militares. É o pano de fundo da atual crise política internacional, da deriva militarista, das contradições interimperialistas. A maior economia do mundo é também a do país com a maior dívida externa – 7 trilhões de dólares (mais de 60% do PIB), de um déficit recorde em conta corrente de cerca de 500 bilhões de dólares e um semelhante déficit na balança comercial.

Nesse cenário de ameaças bélicas e crise econômica emerge um novo quadro geopolítico, que poderá ser marcado por novos realinhamentos. Impõe-se a necessidade de uma nova ordem internacional, porquanto se formam objetivamente novos pólos numa disputa geopolítica de longo prazo.

A discórdia entre a Alemanha e a França, por um lado, e os EUA, por outro, em torno da agressão deste último ao Iraque se repetirá em outros episódios e estará presente nas novas crises internacionais. Embora não seja descartado também que por conveniências do momento haja também convergências. Estão em jogo nas relações entre essas potências grandes interesses imperialistas que muitas vezes se confrontam e diante dos quais se esfumam as ilusões quanto à existência de um poder supranacional do mundo globalizado apagando as contradições e conflitos de natureza interimperialista.

Nesse cenário complexo das contradições geopolíticas e dos conflitos internacionais, não se pode perder de vista o papel estratégico da China socialista, cujo poderio nacional fortalecido econômica e militarmente influenciará nos acontecimentos como fator progressista em favor dos povos.

Na evolução do quadro internacional e na perspectiva dos realinhamentos é objetiva também a tendência para o fortalecimento da luta pela soberania e a autodeterminação de países semicontinentais, como o Brasil, a Índia e a Rússia (malgrado os atuais governos desses dois últimos), como são objetivas também as possibilidades que surgem para a concertação de alianças e a realização de parcerias as mais diversificadas. São fenômenos novos, a verificar com profundo senso de observação e sujeitos à comprovação pelo critério da experiência, que podem atuar como contratendências ao unilateralismo hegemônico norte-americano.

Para os povos de todo o mundo e em especial para os partidos comunistas a presente situação internacional afigura-se complexa. Não há caminhos prontos nem pavimentados. Antes, o que temos pela frente são encruzilhadas ínvias e pedregosas. Parece-nos que a grande tarefa é resistir e encontrar os caminhos mais adequados em cada país a uma acumulação de forças com passos seguros que permita alcançar vitórias na luta pela democracia, a paz, a independência nacional e o progresso social, tendo sempre presente a perspectiva do socialismo.



### **Intervenção do PC da Grécia** **Aleca Papariga, secretária geral**

**Acreditamos que o** mais importante é que seja feita a discussão detalhada entre os partidos comunistas e operários sobre os vários problemas que estamos enfrentando. Buscar um marco de referências comum na medida das possibilidades que marcarão nossa atitude frente a antigos problemas e aqueles mais novos surgidos depois de 11 de setembro de 2001. Especialmente depois da guerra imperialista contra o Iraque e os planos de atacar países árabes e também Cuba e Coreia do Norte.

O fato de a Coreia do Norte e Cuba estarem na primeira fila demonstra que o objetivo é mais complexo e claro, atacar qualquer coisa radical que se mova e, sobretudo, acabar com a causa do socialismo para os povos.

Esta causa não cessa o debate, ao contrário, nosso pensamento torna mais atual a revitalização da discussão sobre a contribuição do socialismo que conhecemos, sua crítica objetiva nos torna mais fortes na luta contra o capitalismo. É preciso demonstrar de maneira mais clara os limites históricos do capitalismo, a necessidade da luta pelo socialismo. Não podemos colocar em segundo plano assuntos como uma discussão teórica ou um problema de estratégia, sob a pressão verdadeira dos problemas cruciais diários.

#### **O movimento contra a guerra**

A nova característica do movimento contra a guerra foi o desenvolvimento e a mobilização antes da guerra começar, cuja demanda era que essa guerra não acontecesse com ou sem a resolução da ONU e dessa maneira levantou assuntos fundamentais da estratégia e tática de como enfrentar a agressão e a barbárie imperialistas e mostrou a necessidade de pôr um fim nessa situação.

Em nossa opinião, os partidos comunistas e operários estão muito bem preparados para enfrentar a agressão imperialista.

Como exemplo mencionamos uma iniciativa muito positiva do Partido Tudeh do Irã em 2/10/2002 por ocasião do 10º aniversário da Guerra do Golfo de 1991, que foi a publicação de um apelo intitulado "Em defesa da paz e da democracia no Oriente Médio", assinado por 34 partidos comunistas e operários.

Também o apelo da Assembléia Anti-OTAN realizada em Praga, sob a organização do PC da Boêmia & Morávia em 19/11/2002, o anúncio da reunião dos Partidos Comunistas da América Latina e Europa em Buenos Aires em 21/1/2003, o manifesto pela paz em 12/2/2003 assinado por 68 partidos comunistas e operários por iniciativa do Partido Comunista da Boêmia & Morávia, o anúncio pelos partidos comunistas árabes em 2/4/2003, além de muitas outras declarações antiguerra assinadas pelos partidos comunistas e operários como por exemplo, a "Carta Aberta do PC dos EUA aos Partidos Comunistas e Operários" em 19/3/2003, o documento de repúdio do PC Sírio à invasão imperialista ao Iraque, emitido em 4/4/2003, assim como artigos de militantes nas publicações partidárias.

As contribuições dos partidos também foram de suma importância para o sucesso das mobilizações globais contra a guerra imperialista no Iraque, ocorridas em 15 e 16 de fevereiro de 2003, como também as manifestações pela paz realizadas em muitos países.

#### **Questões sobre o desenvolvimento do movimento**

Na nossa reunião anterior falamos dos esforços que têm sido feitos por diferentes forças para evitar que os partidos, especialmente os comunistas, tomem parte em reuniões e mobilizações ou para colocar obstáculos de forma a forçar os comunistas a naufragarem suas demandas e não prosseguirem em busca de seus objetivos na luta contra o capitalismo e o sistema imperialista e pela necessidade do socialismo. Também temos notado os esforços feitos para substituir as referências ao imperialismo e ao sistema imperialista por outras à "globalização" de um ponto de vista não classista, ou com referências à monopolização e à hegemonia dos EUA, como posições que deliberadamente subestimam ou ignoram a co-responsabilidade de outras forças imperialistas e associações internacionais. Observamos também que os esforços para adotar uma série de posições e demandas que tentaram essencialmente dar uma "face mais humana" ao sistema absolutamente desumano de exploração.

Diversas organizações ligadas ao Fórum Social grego estão levando à frente o lema "Um outro mundo é possível", o que pode soar de maneira interessante na generalidade, mas na verdade que outro mundo melhor é possível? Um capitalismo embelezado que alimenta as ilusões dos jovens e das massas trabalhadoras que saem às ruas em passeatas sob esse slogan, ou seja, que outro mundo realmente é possível: o mundo socialista? Um lema que abriria a perspectiva das reivindicações de maneira concreta?

Como poderão ser as pessoas mais importantes do que os lucros capitalistas quando se perpetua sua exploração que produz benefícios altamente lucrativos no sistema capitalista? E, mais ainda, as pessoas são mais importantes do que os ganhos materiais? Mesmo os capitalistas? Esse lema esconde a essência da exploração de classe na sociedade.

#### **Os conflitos interimperialistas**

Simultaneamente, essas forças chamaram o movimento contra a guerra para aderir ao eixo franco-germânico e apoiar sua oposição à intervenção imperialista estadunidense-britânica ao Iraque tendo como base o apoio do eixo à força pacifista e para a preservação do prestígio da ONU. Este eixo foi apresentado como uma primeira tentativa de compor um pólo de equilíbrio à hegemonia dos EUA.

Para enfrentar estas concepções dentro do movimento grego, os comunistas se apoiaram na necessidade de que haja uma atitude mais independente possível como expressa o lema: "Não á guerra com ou sem a decisão da ONU" que conforme é de nosso conhecimento prevaleceu no movimento mundial contra a guerra no Iraque.

Os conflitos que se manifestaram foram intraimperialistas e totalmente relativos a uma política consistente em defesa da paz, ou defendendo o papel da ONU e preceitos da lei internacional. Ao invés da intervenção militar desejada pelos EUA, a Inglaterra e a Austrália para derrubar o regime e reformar o Iraque de acordo com seus próprios interesses, a França, a Alemanha e a Rússia apoiaram a idéia de haver um controle internacional do Iraque sob a égide da ONU sem uma mudança de regime, conforme seus interesses também.

Após a invasão e ocupação do Iraque e a designação de um comitê de ocupação liderado pelos EUA, os objetivos do assim chamado eixo da paz ficaram ainda mais claros nas negociações que se iniciaram com os EUA no contexto do Conselho de Segurança da ONU, que levou à resolução 1483/2003 de 22 de maio a uma legalização da intervenção, com efeito retroativo, o reconhecimento das tropas anglo-americanas de ocupação – uma resolução do Conselho de Segurança da ONU sem precedentes legalizando as forças de ocupação em outro país. E, além disso e mais arriscado para o presente e o futuro da humanidade, a aceitação de uma doutrina de guerra preventiva.

É preciso lembrar também que os franceses e os alemães foram favoráveis à intervenção na Jugoslávia pelos EUA e a OTAN, sem qualquer resolução da ONU, portanto agora, praticamente, não estavam em condições de apresentarem-se como defensores das Nações Unidas.

A despeito de tudo isso, esses conflitos poderiam ter sido utilizados pelo movimento contra a guerra para pressionar todos os gover-

nos e na Europa os governos dos Estados-membros da União Européia e da OTAN a não participarem das operações militares de forma alguma, nem permitirem o uso de seus territórios, espaços aéreos e a instalação de bases militares em seus países.

### União Européia e OTAN

Há alguns acontecimentos importantes na Europa: a militarização da UE está sendo levada adiante, com a criação de seu exército próprio que intervirá sempre que a OTAN não agir; a iniciativa levantada por quatro membros da UE, a saber, a França, a Alemanha, a Bélgica e Luxemburgo, de criar um núcleo militar de peso, que jogaria um papel de comando em todos esses acontecimentos também está sendo acatada.

Os conflitos entre os países líderes da UE estão crescendo tanto em relação aos EUA quanto à expansão com novos países, um processo que intensifica o desenvolvimento disparatado e torna aguda a rivalidade entre os Estados-membros. A União Européia tem agora 15 países e terá 25 em 2004; simultaneamente haverá uma nova ampliação da OTAN, conforme decisão tomada em Praga em novembro de 2002, que passará de 19 Estados-membros para 26. A União Européia terá uma presença militar no FYRON onde neste momento está em andamento a primeira missão militar substituindo as forças da OTAN. Além disso, a OTAN ainda encontra-se pronta para o combate no Afeganistão enquanto se prepara para seguir para o Iraque conforme a proposta da Polônia, acatada por unanimidade pelos 19 países que formam a OTAN no dia 21 de maio. O exército europeu prepara-se também para ir para o Congo, atendendo à demanda francesa.

### Os comunistas e o movimento

Em nossa opinião, nesse crescente movimento internacional o objetivo constante deve ser reforçar suas características antiimperialistas, antimonopolistas e democráticas, de forma que possa disputar com o sistema atual e estar firmemente embasado nos movimentos que estão acontecendo em nível nacional e que são sua fonte principal.

Acreditamos que o reforço dessas características no movimento constituirá uma contribuição substancial para que a luta popular possa confrontar as novas medidas reacionárias e, sempre que possível, evitar novas guerras e ingerências e, acima de tudo, contribuir para que esse movimento torne-se uma forma de ultrapassar a correlação de forças dos dias atuais em nível nacional, regional e internacional.

Por outro lado, tememos que seja assimilado pelas forças que se devam unir nesse momento a motivações oportunistas para procurar novas direções.

Nossa preocupação prende-se ao fato de que várias forças têm feito um esforço enorme para liderar esse movimento – especialmente as social-democratas – e acreditamos que o movimento comunista não está desenvolvendo sua própria intervenção no nível requerido pelas circunstâncias.

Nossa opinião é de que devemos a todo custo evitar o perigo de que o movimento comunista se torne difuso em movimentos que estão surgindo. Estamos convencidos de que sem a presença distinta dos comunistas, estes movimentos poderão ser paralisados ou degenerados em movimentos inofensivos nos termos do atual estado dos acontecimentos e acabem sendo um pretexto para a perpetuação desse sistema.

Temos ciência de que muitos partidos têm expressado repetidamente a necessidade de que os partidos comunistas mantenham-se independentes dos vários movimentos e alianças que estão sendo formadas. Surgem várias preocupações que, em nosso ponto de vista, estão bem fundamentadas com relação ao nível em que tais esforços têm sido feitos no seio desses movimentos e alianças para dispersar os partidos comunistas para que percam sua identidade. Desse ponto de vista, acreditamos que é a questão dos PC's manterem uma presença destacada é muito importante em nível internacional também.

Para nós, a política de alianças e cooperação de cada partido e a necessidade de jogarem um papel independente não são aspectos contraditórios, mas um ponto serve de apoio ao outro. A presença

destacada em nível nacional e a coordenação dos partidos comunistas e operários tanto regional quanto internacionalmente não pode falhar para o fortalecimento destes movimentos.

### A coordenação é mais necessária que nunca

Desde os nossos encontros anteriores já acumulamos uma expressiva experiência da política de alianças a que os nossos partidos almejam. Essas alianças estão relacionadas à luta empreendida pelos diversos partidos nos diferentes países contra os monopólios, a Nova Ordem Mundial e a luta pelas liberdades democráticas, que em alguns países é muito intensa. Naturalmente, a política de alianças é aplicada em condições que diferem de um país para o outro, justamente porque há diferenças de direção que norteiam tais alianças, de acordo com as condições específicas de trabalho de cada partido.

Com base em nossa própria experiência e participação, observamos também que estão surgindo forças que, em nível nacional, adaptaram-se totalmente ao sistema capitalista e à política dominante, enquanto que em nível regional e internacional tentam parecer como forças de luta e liderar vários movimentos antiglobalização, antiguerra, entre outros, particularmente no topo de sua hierarquia. Como regra, as posições dessas organizações em nível regional e internacional subestimam deliberadamente a referência em nível nacional. Elas evitam quaisquer análises concretas da situação em seu próprio país e preferem em geral falar sobre mudanças na situação internacional e regional, sem mencionar como essa situação em particular começará a mudar e a sua correlação com cada país. Esses pontos de vista aludem a questões críticas, teóricas e políticas no movimento revolucionário e do trabalho. Surge então uma questão básica: é possível para o movimento popular em cada país adiar as iniciativas que devem ser tomadas, quando as condições estiverem maduras, para esperar pela condição de maturidade de outros movimentos em outros países? Finalmente, é possível conseguir uma investida social em apenas um país ou isso será possível mundialmente?

Há opiniões que distorcem e argumentam que esse movimento emergiu fora da classe operária e de suas manifestações e que ele constitui uma negação da luta de classes do século 20 e que se trata essencialmente de um movimento de *intelligentsia* e de juventude, de partidos externos às lutas de classe, um movimento sem qualquer organização e que, como dizem alguns, se desenvolveu principalmente graças à Internet. Em nossa opinião, uma visão absolutista prevalece com relação ao uso da Internet no desenvolvimento do movimento. Sem dúvida a rede é uma ferramenta extremamente útil para obter informações e coordenar ações, mas o acesso à Internet é limitado, se levarmos em consideração que há um grande número de pessoas que tomaram parte dessas mobilizações (os desempregados, os pobres, as vítimas da exploração do sistema capitalista etc) e que não apenas não têm contato com a Internet hoje, mas também jamais terão. Esse é o outro aspecto, o valor da organização dessa camada social em nível nacional.

Entretanto, o nosso Partido, especialmente nos nossos dias, atribui uma importância estratégica à coordenação internacional e à ação comum, para a internacionalização da luta de classes, para a luta dos povos. Esperamos a explosão dessa luta e as manifestações. Gostamos delas, agregamos valor a elas, as saudamos, mas sem ser complacentes ou acreditar que um movimento global forte tenha sido criado com uma orientação que disputa as bases do sistema. Pelo contrário, pensamos que a intervenção política e ideológica dos comunistas deve ser intensificada e tais ações devem ser coordenadas pelos Partidos Comunistas e Operários.

A questão de uma presença destacada dos Partidos Comunistas e Operários deve ser colocada adiante porque nem sempre é fácil ir desde um movimento nacional para os níveis regional e internacional, tanto em termos de coordenação quando da ação comum pelos nossos partidos e pelas Forças Patrióticas Antimonopolistas e Antiimperialistas.

Poderíamos trabalhar mais ativamente nesse sentido e esboçar propostas mais coletivamente que tivessem como objetivo:

▶ reuniões entre os Partidos Comunistas e Operários por região, nas quais seriam examinadas questões mais específicas;

▶ reuniões entre os nossos partidos para tratar de grandes eventos internacionais, utilizando a experiência adquirida recentemente (tais como os encontros do PC's em Montevideu antes do FSM etc); e

▶ procurar marcar encontros mais abrangentes entre as forças regionais antiimperialistas e antimonopolistas.

Há também uma série de propostas como, por exemplo, a submetida pelo PC do Canadá, de que deve ser criado entre os nossos partidos um mecanismo de solidariedade para facilitar a coordenação e ação comum. Essa proposta poderia ser discutida no Tema II do nosso encontro.

Achamos muito significativos a internacionalização da luta, a participação das massas e o apoio às mobilizações contra a globalização capitalista, tais como as de Seattle, em Gotemburgo, em Gênova, Florença e em todos os outros lugares. As demonstrações contra o G8 realizadas em Evian, e as grandes manifestações da UE como a de Barcelona, de Sevilha, de Copenhague e as da Grécia desde que assumiu a presidência da UE, começando em Nauplion e culminante em 21 e 22 de junho em Tessalônica durante a reunião de cúpula da União Européia, com as mobilizações que estão planejadas pelo movimento "Ação Tessalônica em 2003" e o PAME, amplamente apoiadas pelo nosso Partido.

Nossos esforços para estimular a troca de experiência pela organização de amplos encontros dos partidos comunistas e operários caminham na mesma direção: apoiar e contribuir para a realização de reuniões entre as forças antiimperialistas de forma a fomentar a coordenação e ação comum, levando-as a patamares mais altos.

#### Tratando o anticomunismo e a reação

As perseguições, as restrições e a banimento das ações dos partidos comunistas e operários continuam por todo o mundo. A situação nos antigos países socialistas parece se particularmente grave. Simultaneamente, devemos ressaltar a intervenção do exército israelense contra as sedes do Partido do Povo Palestino em Ramallah, o estado de emergência no Peru, a situação na Colômbia e os ataques contra as forças populares de libertação com a ajuda do imperialismo norte-americano, a restrição aos direitos democráticos em muitos países especialmente nos EUA, em nome da luta contra o terrorismo. Observamos que os lemas anticomunistas estão cada vez mais comuns nas declarações de Bush, Rumsfeld e também de outros dirigentes políticos europeus. O que, em nossa opinião, não é acidental.

Acreditamos que hoje é urgente desenvolvermos esforços, mais bem coordenados sobre uma série de questões, tais como:

▶ A condenação das guerras e intervenções imperialistas que acontecem sob o pretexto de aplacar o terrorismo. A revelação e o tratamento das nações terroristas e das leis repressivas que estão sendo implementadas contra os povos e os movimentos que resistem e lutam contra a nova ordem mundial.

▶ Particular apoio à luta pelos direitos democráticos básicos e a liberdade de um grupo de países cujas condições são críticas.

▶ Fortalecimento da luta contra a aprovação de uma nova lei internacional que reflete uma teoria de direito distorcida.

▶ Defesa do princípio da não-intervenção nos assuntos internos de Estados independentes e soberanos e o princípio de respeito à integridade territorial e independência das nações.

▶ Defesa do direito dos povos de escolherem seu próprio governo e o caminho para o desenvolvimento e determinação do próprio futuro.

▶ Fortalecimento da nossa oposição à OTAN, às repercussões de sua política de agressão na região e à sua expansão para leste e oeste do Mediterrâneo.

▶ Oposição à preparação de forças de combate e à criação de um exército da União Européia.

▶ Oposição ao acordo de livre comércio norte-americano (Alca), ao plano Colômbia, aos planos dos USA e da UE de subjugar as economias dos países árabes.

▶ Empreender atividades e iniciativas para coordenar nossa ação, desmistificando "globalização", levando-se em conta os novos movimentos que estão surgindo em oposição às políticas dos governos imperialistas e das corporações multinacionais. Impulsionar nossa luta e fortalecer a coordenação contra as políticas e decisões tomadas pelo G8, a OMC, o FMI e o Banco Mundial, que expressam a dominação imperialista e monopólio do capital e vão contra os direitos das classes trabalhadoras, as nações e os povos que resistem aos seus planos.

▶ Desenvolver um amplo movimento em defesa dos ganhos das classes trabalhadoras, o direito à saúde e a seguridade social para todos, controlando o trabalho informal e o desemprego. Desenvolver nossa coordenação e cooperação com as organizações de classes dos trabalhadores que resistem e lutam contra a ofensiva capitalista.

▶ Há muitas oportunidades para uma coordenação mais ampla entre os movimentos de juventude dos nossos Partidos para tratar de questões como as condições de vida do jovem, seus ganhos, garantir seus direitos, sair em defesa da paz e condenar as guerras imperialistas.

▶ Nosso Partido, respeitando a auto-suficiência de cada partido, tem promovido e apoiado firme e persistentemente todos os esforços que possam contribuir para a unidade, a coordenação e a ação comum do movimento comunista, a todas as iniciativas que tenham por objetivo o desenvolvimento de movimentos antiimperialistas e antimonopolistas que se apresentem como militantes, abrangentes e em larga escala. Movimentos esses contra a agressão e a barbárie do imperialismo, para combater sua política e criar as condições necessárias para o desenvolvimento pacífico dos povos, pela justiça social e o socialismo.



**Partido Comunista de Cuba**

**O processo de globalização**, resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, ao manifestar-se em sua forma neoliberal, acentuou os problemas econômicos, sociais, trabalhistas, ecológicos e até políticos, em escala mundial. As vítimas mais sensíveis foram, obviamente, os países do Terceiro Mundo, mas seus efeitos nefastos também atingiram o Primeiro Mundo, onde vêm ocorrendo crescentes demonstrações de exclusão social, de perda de conquistas e benefícios trabalhistas, sociais e marginalidade.

Logo após a queda do socialismo no Leste europeu e a desintegração da União Soviética, produziu-se uma aceleração desenfreada desse processo, sem haver um sistema alternativo. Impuseram-se ao mundo paradigmas econômicos e ideológicos neoliberais, agressores da vida e da dignidade humana, que despertaram um fenômeno lógico: a resistência dos povos.

Tomou-se consciência da necessidade de enfrentar essa ordem mundial impiedosa, de forma significativa, no mundo todo. Hoje, o movimento contra a globalização neoliberal já é um tema histórico, que emerge como uma resposta global à ditadura mundial do capital. Sua irrupção é a expressão da internacionalização dos agredidos contra a internacionalização dos agressores. Nenhum dos temas sociais enfrentados é novo, nem sua luta começou agora. Essa nova etapa no histórico confronto do capital e do trabalho se distingue pelo caráter diferente dos dois. O primeiro desenvolve sua nova etapa de internacionalização e o segundo ensaia novas formas de enfrentar, em um cenário diferente dos séculos anteriores.

Depois de haver mostrado sua força crescente em numerosos protestos e manifestações nos anos 90, surgiu a idéia de realizar Fóruns Sociais de caráter mundial, com o objetivo, de acordo com seus promotores, de "iniciar uma nova etapa de resistência e de busca por respostas aos desafios de construção de outro mundo".

Plural e diversificada, sua homogeneidade é um força tremenda, mas, paradoxalmente, pode resultar em sua maior fraqueza. A amplitude de seu espectro ideológico implica a presença no mesmo de diversas correntes de pensamento que, no entanto, propõem



diferentes métodos de enfrentar a globalização neoliberal. Essa heterogeneidade, evidenciada durante a comemoração dos Fóruns Sociais Mundiais, limitou a possibilidade de adotar posições mais radicais e, conseqüentemente, avançar em direção a novas propostas que ultrapasassem o capitalismo de "feição humana".

O repúdio do movimento e de seu Conselho Internacional à participação de partidos políticos em seu meio, enfatizando os partidos da esquerda tradicional, manteve-se em Porto Alegre III. Essa intransigência marcante dificulta um diálogo unitário, que permite avançar em direção ao estabelecimento de uma plataforma programática que acolha os problemas mais prementes para milhões de despossuídos do mundo. Enfraquece também a possibilidade de estruturar um movimento que assuma a idéia da necessária governabilidade para tornar real, a partir do poder, que outro mundo seja possível.

Essa posição extrema, e talvez insustentável no futuro, não está livre do perigo real de que o movimento possa ser invadido por organizações com capacidade ou possibilidades de desviá-lo de seus objetivos originais, terminando como uma alternativa do próprio capitalismo, cujas potencialidades não se devem ignorar.

Sem dúvida, o critério generalizado das massas que o integram, essencialmente de jovens, de negar a institucionalização, de não conceder importância à questão do poder político e de não considerar como uma necessidade vital a presença de operários sindicalizados, como parte fundamental do movimento social, pode colocar em perigo a própria existência da ala majoritária e radical do movimento. É necessário que se ganhe consciência de sua condição radical e que esses critérios contribuam para o fortalecimento da corrente reformista.

O dever das forças comunistas, progressistas e democráticas, nesses Fóruns, é buscar pontos de contato para a luta comum, que levem a um consenso e que influam realmente diante da Nova Ordem que nos querem impor. O melhor exemplo é o Terceiro Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, que permitiu a seus atores se aprofundarem e ganharem consciência com as reflexões sobre a Alca, contra a guerra, a dívida externa, a necessidade de preservar o meio ambiente, a solidariedade como arma de luta, a urgência em uma unidade e a mobilização em torno desses temas.

Por outro lado, a tarefa que se apresenta para os setores não aceitos pelo movimento, especialmente os partidos comunistas, é complexa e requer uma coordenação entre nós, uma troca de idéias e uma busca pelas possíveis saídas para a nossa inserção e participação eficaz e, assim, contribuir para eliminar prejuízos.

Estamos convencidos de que nosso dever é estar onde se trava uma batalha contra a ordem prevalecente imposta pelo imperialismo e pelo capitalismo selvagem de nossos dias. Nesse caso, fica claro que muitas das causas e aspirações justas de nosso tempo se encontram refletidas no movimento social contra a globalização neoliberal.

Em tempos tão perigosos para a humanidade, quando os Estados Unidos decidiram impor sua hegemonia, recorrendo abertamente à força, os comunistas, devemos ser os mais lúcidos na hora de interpretar a realidade e agir como conseqüência, não podemos nos dar ao luxo de desperdiçar as potencialidades desse movimento que, na nossa opinião, constitui uma nova força de oposição ao sistema imperialista e um viveiro para futuras e mais ambiciosas metas políticas.

Parte dessas potencialidades foi claramente vista quando o movimento antiglobalização abraçou, quase que de modo natural, a causa do repúdio à ameaça de guerra e à própria guerra contra o Iraque, organizando gigantescas e simultâneas manifestações em inúmeros países, contribuindo para revitalizar de maneira vigorosa a tão necessária luta pela paz.

O mundo se encontra em um momento máximo para enfrentar a decadência capitalista e as forças promotoras de uma alternativa de esquerda, que pressupõe a unidade dentro da diversidade, esperam e necessitam que Cuba ocupe um lugar de referência na luta e resistência contra o imperialismo. Vocês, queridos companheiros de luta, podem contar com nossa experiência e nossa participação nessa batalha.

A guerra passou a ser um componente essencial da política da atual administração norte-americana, exacerbando de maneira dramática os perigos que pairam sobre o mundo. Esses grandes perigos se anunciam e os mecanismos da globalização não bastam para resolver a crise estrutural do capitalismo agonizante e incurável. Estamos diante dos umbrais da globalização do fascismo. Em face desses perigos, os intelectuais cubanos conclamaram a criação de uma frente internacional de resistência antifascista, que está recebendo numerosas adesões. Sem dúvida, alguns amigos, sobretudo na Europa, que têm sua própria memória histórica da experiência fascista anterior nesse continente, têm dificuldade em compreender nossa posição.

A ideologia e a prática política dessa administração Bush têm muitas semelhanças com o fascismo, apesar de a conjuntura histórica do começo deste século ser muito diferente da anterior. Trata-se da área de instalação no planeta, por parte do atual governo norte-americano, de um fascismo de novo tipo, que atende às exigências dos tempos em que vivemos hoje.

Diferentemente do século XXI, os Estados Unidos mostraram bem cedo seu caráter expansionista a partir do começo do século XIX, o que lhes valeu o epíteto de "República Imperial", dado pelo sociólogo francês Raymond Aron. O epíteto não é exagerado e foi corroborado por um dos políticos conservadores norte-americanos de maior destaque, Henry Cabot Lodge, que observou que os Estados Unidos "têm um recorde de conquistas, colonização e expansão territorial que não foi superado por nenhum outro país no século XIX".

Os países do Caribe, primeiro palco da expansão imperial norte-americana, conhecem bem as atrocidades e a repressão acompanhada por numerosas intervenções armadas dos Estados Unidos na área. Os indígenas, primeiros habitantes da América do Norte, conheceram antes do que outros povos o sentido do terrível eufemismo de "limpeza étnica", juntamente com a usurpação de suas terras.

Para não recuarmos muito na história, bastaria recordar a mais recente época da Guerra Fria, quando o grande confronto global com o adversário comunista levou os Estados Unidos a traírem sua proclamada ideologia liberal e a comportarem-se internacionalmente com métodos que não deixam nada a desejar aos Estados fascistas derrotados na última guerra mundial.

Washington começou salvando a Espanha de Franco e Portugal dos regimes fascistas residuais e recrutou às centenas os especialistas alemães que serviram ao regime nazista, desde os peritos em foguetes, encabeçados por Werner von Braun, até os peritos em inteligência, os militares e os serviços de segurança. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos apoiaram, quando não ajudaram, a conquista do poder pelos mais execráveis ditadores do Terceiro Mundo.

Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos opuseram-se a todas as forças revolucionárias e de libertação nacional, deixando de lado sua postura inicialmente anticolonial, no sentido tradicional, para apoiarem o regime racista sul-africano, os colonialistas franceses na Indochina e Argélia, o colonialismo português, na África. Lançaram intervenções militares na República Dominicana, traindo as relações interamericanas da época Roosevelt, depois foi no Vietnã e no sudeste asiático, onde não vacilaram em bombardear as populações civis e usar armas químicas.

Nos anos 70 apoiaram as ditaduras criptofascistas do Cone Sul da América Latina, no Chile, com Pinochet, as ditaduras militares argentina e uruguaia e, obviamente, a mais tradicional, apesar de também fascistoide, de Stroessner, no Paraguai. A esses regimes apoiaram com armas, com a colaboração de seus serviços especiais e até com especialistas no uso das piores formas de interrogatório sob tortura. A chamada "Operação Condor", estrutura repressiva montada por essas ditaduras para o assassinato dos opositores de esquerda ou simplesmente progressistas, contou com a colaboração e o beneplácito de Washington.

Por outro lado, durante toda a Guerra Fria, os Estados Unidos, valendo-se de seus serviços especiais, particularmente sua agência de inteligência, a CIA, orquestraram golpes de Estado e assassina-

tos de figuras políticas. Entre outros feitos, nos anos 50, continuam na lembrança a derrubada do governo nacionalista de Mossadegh, no Irã, a derrubada do governo progressista de Arbenz, na Guatemala, as ações encobertas contra a Revolução Cubana, a intervenção a cargo de uma força militar mercenária em Playa Girón e as numerosas tentativas de assassinato dos dirigentes revolucionários, principalmente de Fidel Castro, e os mais de 40 anos de hostilidade aberta e de embargo econômico.

Na década de 80, o governo de Ronald Reagan, em meio a um clima de redobrado confronto com o principal adversário, lançou uma violenta ofensiva contra-revolucionária contra todos os governos progressistas do Terceiro Mundo, a partir do sudeste asiático até a América Central e o Caribe, passando pelo cone sul-africano. Washington utilizou largamente seus serviços especiais para instrumentar forças "contra", em uma verdadeira guerra de "baixa intensidade" contra numerosos países e de duvidosa legitimidade democrática. O próprio Henry Kissinger que, como acadêmico e homem de Estado não pode qualificar-se, de forma alguma, de progressista, lembrou, em um de seus livros, que, em vez de realçar a retórica de Reagan, recorreu, em sua ofensiva contra-revolucionária, a forças tão duvidosas e tão pouco democráticas como "os fundamentalistas islâmicos no Afeganistão, os direitistas centro-americanos e os chefes tribais da guerra na África". Nesse contexto, recorda o bombardeio aéreo à capital da Líbia, com o firme propósito de matar o chefe de Estado, o presidente Khadafi.

Em resumo, um recorde histórico perfeitamente comparável às ações cometidas pelos Estados fascistas em sua época de expansionismo imperial, e que se veria coroado em dezembro de 1989, quando se liquidava a Guerra Fria, e o presidente George Bush (pai) e o dirigente soviético Gorbachov, em Malta, confirmavam o início de uma nova era entre as superpotências, com a invasão do Panamá, para pegar seu presidente, o general Noriega, e julgá-lo em território norte-americano.

Agora, no limiar do século XXI, a novidade é que a administração de George W. Bush (filho), que representa a volta à Casa Branca da extrema-direita republicana, aproveita os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 para, com o pretexto da "guerra contra o terrorismo", impor a supremacia mundial norte-americana, na sua condição de única superpotência integral no planeta, redesenhando a configuração de forças internacionais e ocupando posições estratégicas na geopolítica mundial, antes que outros centros de poder se consolidem e possam equilibrá-lo, inclusive para impedir o surgimento de outros rivais consideráveis. A recente guerra contra o Iraque mostra claramente que os Estados Unidos estão dispostos a utilizar seu poder superior de maneira unilateral, sem tomar conhecimento das críticas de seus aliados e agir contra a opinião mundial e com total desprezo pelo organismo máximo internacional, a Organização das Nações Unidas, como anteriormente fizeram os Estados fascistas com a predecessora da ONU, a Liga das Nações.

A nova estratégia de segurança nacional desse governo, aprovada no final do ano passado, mostra que chegou um grupo muito reacionário à Casa Branca, que merece a qualificação de fascistóide, disposto a usar abertamente a guerra em qualquer parte, para conseguir seus objetivos de domínio mundial, inclusive a guerra preventiva e a ação unilateral, valendo-se de sua superioridade de poder e com total menosprezo pela legalidade internacional encarada pelo direito e pela estrutura de instituições internacionais.

Hoje, surgem elementos e códigos que lembram as velhas teses sobre "a nação predestinada" e os conceitos e idéias que sustentavam o fascismo, como "guerra-relâmpago", "espaço vital", "superioridade nacional" ou "racial", militarismo, expansionismo e desconhecimento dos mecanismos de segurança coletiva, encontram-se na projeção política dos Estados Unidos em relação ao mundo.

Uma luta contra o terrorismo, em nível mundial, converteu-se no ponto de honra de uma política de terrorismo de Estado sem precedentes. Iraque foi transformado em protetorado, sob o comando militar dos EUA, que se vangloriam de suas Forças Armadas e inventam

histórias de heróicos falsos resgates, como o caso de Jessica Lynch.

Utiliza-se abertamente a mentira, no mais puro estilo goebbelaiano, difundida agora através de uma rede de propaganda mil vezes mais poderosa e com o controle dos principais meios de comunicação. O acesso a fontes públicas objetivas de informação torna-se cada vez mais difícil e manipulam-se as consciências para apresentar como autodefesa legítima o necessário grito à guerra, ameaçando pequenos países que, supostamente, ameaçariam o IMPÉRIO, tal como ocorreu na época do III Reich.

Uma projeção internacional de extremo perigo para o mundo, tingida de um messianismo religioso fundamentalista desse tipo (Deus não é neutro, portanto, está do lado dos Estados Unidos nessa cruzada) não admite a noção de não-alinhados (quem não está conosco está contra nós), que tem, por baixo da retórica liberal usual das declarações governamentais que emanam de Washington, um claro perfil fascizante.

Deve ficar claro que nos referimos a um fenômeno em âmbito internacional, pois consideramos que, por diferentes razões, seria extremamente difícil que pudesse instaurar-se um regime fascista nos Estados Unidos. Mesmo assim, é evidente que se está usando o Estado de exceção por trás dos acontecimentos do 11 de setembro para encobrir objetivos de controle, não apenas mundial, como também dentro dos Estados Unidos. A recém-aprovada Lei Patriótica torna vulneráveis as garantias individuais do cidadão norte-americano e deixa o governo sem limites, nem controle, para agir em nome da "segurança nacional". Indubitavelmente, cercearam-se ou limitaram-se os direitos civis do povo norte-americano e alimenta-se uma atmosfera de falso patriotismo, que procura estigmatizar e até reprimir os que discordam da política oficial.

Frente a essa plataforma de aspiração à hegemonia mundial, em momentos em que não existem outros mecanismos de contenção, faz-se necessária a mobilização da opinião pública mundial, a criação de um amplo movimento de massas, de uma verdadeira Frente dos povos contra essa tentativa imperial em escala global, que ressalte seu caráter essencialmente fascista, por baixo da hipocrisia liberal que o encobre. Um movimento mundial que possa influir na sociedade norte-americana e seja capaz de levantar um poderoso movimento de massas contra essa cruzada imperial, como no final dos anos 60 e começo dos 70, que influenciou a retirada do Vietnã.

O que as outras potências não conseguiram e muito menos a Liga das Nações, nos anos 30, foi deter os fascistas. Poderia-se conseguir agora a mobilização dos povos contra essa "Roma americana", como chamou José Martí, com premonição, aos Estados Unidos, no final do século XIX, e conter sua aspiração a implantar um novo império mundial.

A constituição de uma Frente antifascista, em nível internacional, que identifique o principal inimigo de todos os povos, pode oferecer clareza e força política ao amplo movimento mundial que se manifesta contra a globalização neoliberal. A maior potência do planeta deve ser contida em suas ações e planos bélicos e isso não pode esperar.

Neste momento, Cuba passa pela conjuntura mais perigosa de sua história e se viu obrigada a defender-se ante a ameaça real de uma agressão por parte da maior potência imperialista de todos os tempos. Portanto, compreende-se que a prioridade máxima da luta é constituir uma frente contra o fascismo.

Cabe aos comunistas e às forças democráticas e progressistas do mundo essa tarefa prioritária.



**Partido Comunista da Índia**

**Em princípio gostaria** de estender a nossa gratidão ao Partido Comunista da Grécia por propiciar, mais uma vez, a oportunidade de interagir com os movimentos fraternos de todo o mundo sobre esse tema tão importante em um momento crucial.

Todos aqui reunidos, não apenas estamos interessados mas tam-

bém trabalhando ativamente para favorecer a convergência dos movimentos sociais antiglobalização e contra a guerra liderada pelos EUA contra o Iraque que estão surgindo por todo o mundo. Todos temos a consciência de que somente a força conjunta de tal convergência poderá pôr um fim, ou até mesmo reverter, a presente agressividade hegemônica do imperialismo norte-americano.

### É preciso garantir a clareza ideológica

Tais esforços, contudo fortalecem a necessidade da clareza ideológica centrada em duas importantes proposições. Em primeiro lugar, esta guerra contra o Iraque não é isolada ou independente do processo de globalização liderado pelos EUA. Em segundo lugar, os crimes que estão sendo cometidos contra a humanidade, tanto através da globalização quanto por meio de tal guerra, em última análise, somente poderão ser revertidos por uma alternativa de ordem sócio-econômica contrária ao atual capitalismo mundial. Quanto mais forte forem as lutas por tal alternativa, mais efetiva será a interrupção da ofensiva da globalização.

A guerra contra o Iraque é parte de toda a estratégia para estabelecer uma hegemonia inquestionável dos EUA no mundo, que excede todas as esferas – militar, política, econômica, social, cultural etc. O processo de criação de “uma nova ordem mundial”, ao qual o governo dos EUA deu início com o fim da Guerra Fria, culminou com esta ação unilateral sem precedentes contra o Iraque.

Seguindo a bipolaridade da Guerra Fria, o processo natural em desenvolvimento da situação internacional foi a tendência em direção à multipolaridade nas relações internacionais. Esse processo natural está sendo subvertido pelos EUA para estabelecer uma unipolaridade sob sua hegemonia. Essa é a assustadora realidade que todos nós enfrentamos hoje.

Essa realidade tem quatro conseqüências importantes para a situação mundial que determinam os contornos das relações internacionais.

Em primeiro lugar, a hegemonia dos EUA implica que a ofensiva econômica, em nome da globalização e do neoliberalismo, contra os países em desenvolvimento, será ainda maior. A OMC está sendo aliciada pelos EUA a ampliar sua agenda que impõe um maior encargo sobre os países em desenvolvimento. Os níveis de exploração econômica dos povos e países pobres do mundo certamente serão intensificados. Mesmo o Banco Mundial e o FMI são forçados a admitir que a última década da globalização tem testemunhado que muitos países em desenvolvimento pioraram em termos absolutos seus níveis de pobreza e fome.

O objetivo político de tal intensificação da exploração econômica, sob a égide da globalização, é a recolonização econômica do terceiro mundo.

A segunda conseqüência será o esforço dos EUA para dirigirem a política interna de cada país em favor de seus interesses. O lema “mudança de regime” na realidade significa que os países independentes serão determinados pelos interesses norte-americanos e não pela vontade democrática de seu próprio povo, o que será um ataque deslavado à soberania e à independência das nações. O passado nos mostra que os EUA já praticaram esta espécie de ingerência em muitos países, em especial na América Latina. Trata-se da política dos EUA que agora parece ter sido generalizada por todo o mundo.

A terceira conseqüência será a transformação do mundo num lugar muito inseguro, após a guerra contra o Iraque. O terrorismo de Estado praticado pelos EUA invariavelmente alimenta o terrorismo individual e as vítimas de ambos são as vidas de inocentes e a destruição em massa das riquezas dos povos. Os acontecimentos pós-guerra do Iraque em Riad, Casablanca e Chechênia, além de outros lugares, justificam esta afirmativa. Longe de eliminar o flagelo representado pelo terrorismo, a guerra ao Iraque liderada pelos EUA o revitaliza.

Esta forma de terrorismo é utilizada pelos regimes reacionários para impor uma ordem autoritária em seus países. Em nome da luta contra o terrorismo, leis draconianas que ameaçam gravemente as liberdades civis e os direitos democráticos

serão postas em práticas. Tudo em nome da democracia!

A quarta conseqüência da hegemonia norte-americana será a marginalização, se não a negação, de todas as normas e instituições que orientaram as relações internacionais desde o período pós-II Guerra Mundial. Durante esta guerra ficou evidente a virtual marginalização das Nações Unidas. Os EUA recentemente obtiveram sucesso na corrida do Conselho de Segurança da ONU para empreitar a reconstrução do Iraque sob a sua liderança. A ONU somente jogará um papel de importância se endossar as iniciativas dos EUA; de outra forma será reduzida ao que o Presidente Bush tem chamado de “um clube de debates”.

Os EUA vêm desrespeitando as leis e os tratados internacionais, com escolhas como o boicote ao Protocolo de Kioto e a retirada da Conferência da ONU em Durban sobre a discriminação racial. Todas as leis e tratados internacionais de agora em diante somente serão considerados ou aprovados se se encaixarem nos interesses dos EUA.

### Processo insustentável

Claramente, este é um mundo em que muitos de nós preferiríamos não estar vivendo. Os EUA não apenas procuram agir como a polícia do mundo, mas também jogam simultaneamente um papel de advogado de acusação e juiz.

Se desejarmos viver neste mundo com um nível decente de liberdade, independência e dignidade, então teremos de transformá-lo.

A enorme onda de protestos sem precedentes contra a guerra ao Iraque reuniu milhões de pessoas nas ruas nos quatro cantos do mundo. Seu alcance foi tal que até mesmo o jornal *The New York Times* comentou num editorial que não havia apenas uma superpotência no mundo, mas duas. Contrários à superpotência representada pelos EUA estão os povos do mundo que precisam evitar que os EUA solapem os avanços da humanidade.

Por outro lado, o próprio processo de globalização intensifica estas tendências à guerra e à agressão. Isso ocorre precisamente devido ao fato de que nesses esforços no caminho da recolonização econômica do terceiro mundo, a globalização tem causado a exploração econômica em escala mundial. Isso se torna evidente por meio dos dados econômicos fornecidos pelo Banco Mundial, que mostram que muitos povos do mundo estão hoje numa situação pior do que se encontravam há dez anos.

Além disso, a ampliação das desigualdades, tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento, nas nações ricas e pobres, ou seja, por todo o mundo, está causando a corrupção e a escassez. Esse empobrecimento em larga escala da maioria dos povos do mundo significa o estreitamento das suas capacidades de serem os consumidores dos produtos fabricados pela economia globalizada, o que torna o processo de globalização simplesmente insustentável.

O único caminho que o imperialismo procura trilhar, para sustentar essa ordem exploratória insuportável, é a intensificação da sua hegemonia política e militar. O encargo das crises econômicas certamente será transferido para os povos que já se encontram sobrecarregados, sob o ataque violento da globalização. Neste contexto, é pertinente lembrar a idéia de Marx, de que conforme crescem as taxas de lucro do capital, cresce na mesma proporção sua voracidade.

### Socialismo – única alternativa

O que aguarda a humanidade é uma nova onda de assaltos e violências. A menos que, é claro, os movimentos contra a globalização, que vêm crescendo rapidamente nos últimos anos, alcancem patamares que possam interromper e reverter este processo. Entretanto, para que isso seja possível, há somente uma alternativa ao sistema capitalista, aquela que proporcione autonomia e liberdade. A história tem mostrado repetidamente que reformas no sistema capitalista podem eliminar a exploração que é inerente ao processo de produção no sistema. Um sistema político sócio-econômico alternativo tem de ser posto em prática e só pode ser o socialismo. A humanidade tem, portanto, uma escolha. Como Rosa de Luxemburgo, há

muitas décadas e Fidel Castro mais recentemente colocaram, esta escolha deve ser entre o socialismo ou a barbárie.

A convergência que nós, os comunistas, estamos procurando entre os movimentos contra a guerra e a globalização é a chave que poderá evitar que a humanidade seja engolfada por esse deslize para a barbárie.

Finalmente, há a necessidade de tratar de outras questões que surgiram em meio a esses intensos debates no próprio movimento antiglobalização. Tem havido uma tendência que sugere que o movimento contra a globalização deveria trabalhar visando à eliminação do controle corporativo assim como do controle estatal sobre os recursos. Ao contrário, o movimento deveria ter como objetivo estabelecer o controle popular dos recursos. Obviamente, o controle corporativo aqui citado refere-se ao capitalismo, enquanto que o controle estatal refere-se ao socialismo. Dada à experiência advinda da queda da URSS, virou moda sugerir que o controle estatal dos recursos não é sustentável nem tampouco uma alternativa ao capitalismo.

Do acima exposto, surgem duas tendências. A primeira que sugere que desde o colapso do socialismo, não há alternativa à globalização. A segunda sugere uma alternativa nebulosa chamada de controle popular dos recursos. É preciso que haja uma ordem social que sancione e legitime este controle. A única ordem social que pode assegurar um real controle popular sobre os recursos disponíveis é o socialismo. O verdadeiro controle exercido pelo povo nunca será encontrado, exceto sob o socialismo. Não obstante os revezes sofridos pelo mundo socialista no passado, o período desde então tem sempre reivindicado que esses recursos não constituíssem a negação nem do ideal socialista nem da ciência criativa do marxismo-leninismo. De qualquer forma, esses revezes são principalmente devidos a distorções e desvios do marxismo-leninismo e dos ideais socialistas.

Conseqüentemente, a resposta dos comunistas ao argumento da globalização é que a alternativa é o Socialismo.



### Partido Comunista do Vietnã

**Em primeiro lugar,** gostaríamos de expressar nosso caloroso agradecimento ao PC da Grécia por esta iniciativa de organizar este Encontro Internacional que possibilita que continuemos a nos reunir e trocar pontos de vista, ampliando assim o entendimento, a cooperação e a solidariedade mútua entre nossos Partidos. Permita-me estender à Cda. Aleca Pappariga, Secretária-Geral e aos outros camaradas do PC da Grécia minha gratidão pela acolhida calorosa e atenciosa, assim como as excelentes condições de trabalho reservadas às delegações internacionais. Desejo, em nome da delegação do PC do Vietnã, transmitir aos camaradas e amigos aqui presentes as saudações solidárias e amigáveis dos comunistas e do povo vietnamita.

O tema deste Encontro Internacional abrange questões explosivas do mundo atual: "Os movimentos contra a guerra e a globalização capitalista e os Comunistas". São questões que têm um impacto e efeitos diretos sobre a paz, a estabilidade, a segurança e o desenvolvimento de todas as nações e da humanidade. Iniciando pelo papel precípua de um partido na luta da classe operária em cada país e a coordenação entre os partidos na luta internacional pela paz, pela independência nacional, a democracia e o progresso social. Nossa opinião é de que uma troca de idéias sobre essas questões entre os nossos partidos é absolutamente essencial.

Ao entrar no Século 21, a situação internacional vem apresentando muitas e complicadas mudanças. Tirando vantagem da guerra contra o terrorismo, as forças de agressão dos EUA estão implantando de modo ético a nova estratégia global – a preempção. Os EUA atribuíram a si próprios o direito de classificar os países no mundo e lançar ataques unilaterais, até mesmo com armas nucleares, contra nações que consideram uma ameaça à segurança norte-

americana, a fim de estabelecer a dominação dos EUA ao redor do mundo. Empreendendo uma guerra de grande intensidade, o governo dos EUA derrubou o regime do presidente Saddam Hussein e procedeu a ocupação do Iraque, dando um passo importante para suas grandes aspirações estratégicas no Oriente Médio: deter "Estados malévolos"; promover a "democratização" da região, bem ao estilo ocidental; apoiar e assegurar a segurança de Israel; mudar a situação do Oriente Médio em favor dos objetivos estadunidenses; estabelecer um controle absoluto das reservas de petróleo da região para dominar o mercado petrolífero mundial, etc.

A implantação de nova estratégia e a guerra ao Iraque causarão graves conseqüências para a política e a economia mundial. As relações internacionais tornar-se-ão mais tensas; a independência, a soberania e a integridade de todas as nações estarão correndo o risco de serem desrespeitadas; a paz e a segurança mundial estarão sob grave ameaça; a economia internacional enfrentará problemas ainda maiores e o papel da ONU estará mais gravemente afetado.

Tendo consciência dessas duras conseqüências, explodiu e se espalhou pelos quatro cantos do mundo uma onda de lutas empreendida pelos povos do mundo contra a política dos poderes políticos, a unilateralidade e a agressão, contra a guerra, pela paz. Trata-se do mais amplo movimento de que se tem notícia, em nível mundial, desde o Movimento de Solidariedade e Apoio ao Vietnã nos anos 60 e 70 do século passado. O movimento atual está atraindo a atenção não apenas dos pacifistas, mas também dos congressistas, dos líderes políticos, dos ativistas sociais, dos atores e escritores, dos partidos políticos, dos movimentos pela paz dos mais diversos países. Ao longo desta onda de lutas, um grande número de reuniões contra a guerra do Iraque, realizadas pelas organizações de massa, aconteceu, em muitas universidades, províncias e cidades por todo o Vietnã. A ocorrência dessas manifestações simultâneas em muitos países por todo o mundo é uma expressão vívida do enfraquecimento do espírito independente e a valorização da autoconfiança, o amor pela paz e a justiça em todas as nações, além da coordenação de ações entre as forças contra a guerra e pela paz, incluindo os partidos comunistas, operários e de esquerda.

Juntamente com o movimento de luta pela paz mundial muitas organizações regionais e internacionais, outras atividades como a 13ª Reunião de Cúpula do Movimento dos Não-Alinhados, a reunião Ministerial Árabe, a Assembléia Geral da Confederação dos Jornalistas Asiáticos, levantaram a voz contra a guerra e apresentaram demandas para que a questão iraquiana fosse tratada através de soluções políticas sob a Carta das Nações Unidas e as leis internacionais.

As manifestações acima mencionadas mostram que embora havendo mudanças profundas nas relações internacionais, a paz e a guerra permanecem como um tópico importante do nosso tempo, ao mesmo tempo em que se torna um dos assuntos contemporâneos mais oportunos e densos, contribuindo para formar novas forças de oposição à política dos poderosos e ao aumento da tendência do uso da força nas relações internacionais imperialistas. Forças essas que lutam pela paz e a segurança dos povos, pela independência, soberania e integridade territorial de todas as nações. Entretanto, há muitas coisas ainda a serem feitas ou levadas adiante, para nutrir, desenvolver e realçar a nossa luta e consolidar nosso movimento em termos políticos, organizacionais, de orientação e modo de agir a fim de prevenir a agressão imperialista. Esse tema pode ser assunto de outras discussões deste Encontro Internacional, assim como em outros fóruns internacionais.

O imperialismo está fazendo uso total de complicados acontecimentos da situação internacional e das suas vantagens na área da ciência e tecnologia, do capital, da experiência gerencial e do mercado para dominar a globalização e expandir as relações econômicas capitalistas por todo o mundo, com o intuito de estabelecer a "nova ordem mundial" capitalista. Por essa razão, a globalização que tem aspectos positivos e negativos, vem aprofundando as contradições entre a conspiração imperialista e o poder de dominação e a soberania nacional de todas as nações; entre os próprios Estados e organizações capitalistas; entre um crescimento da riqueza-

za e a intensificação da opressão e da exploração, assim como a distribuição injusta de benefícios e riquezas que leva a um abismo entre os países ricos e pobres no mundo capitalista e, finalmente, entre os países capitalistas desenvolvidos, os centros econômicos do mundo e os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, e dentro de cada nação.

Com esta finalidade, nossa opinião é que a participação na globalização tornou-se um longo e complicado processo de cooperação e luta. A questão que se apresenta é que países em desenvolvimento, como o Vietnã, serão da maneira seguinte: se tivermos políticas apropriadas, dermos os passos certos, formos empreendedores na nossa participação na globalização e regionalização, seremos capazes de usar os aspectos positivos e restringir os aspectos negativos do processo e, simultaneamente, registrar benefícios para os nossos interesses nacionais. Se jogarmos um papel passivo nesse processo, incorreremos num erro e não estaremos imunes às graves conseqüências. Não apenas impediremos o crescimento da nossa economia, mas também colocaremos em risco a independência dos nossos países, aumentando ainda mais a nossa dependência dos países desenvolvidos. Entretanto, se esse perigo tornar-se-á realidade ou não dependerá de muitos elementos concretos, especialmente a habilidade que cada país tiver para se desenvolver e jogar um papel de fortalecimento interno, mantendo firmemente seus princípios e, ao mesmo tempo, deve colocar em ação seus planos e passos para a participação apropriada na economia globalizada.

Então, a luta contra "a globalização capitalista" tornou-se um conteúdo importante da luta nacional e de classe no mundo atual. Na nossa opinião, todos os países e nações, por um lado, não podem ajudar a participação na globalização da economia como um objetivo do processo econômico cujos elos são muito próximos com o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade humana. Por outro lado, eles não podem ajudar a luta contra a influência capitalista e a imposição sobre esse processo. Todos os países e nações não podem se colocar à parte da luta contra a "nova ordem mundial" capitalista, para um mundo mais justo, equitativo e democrático baseado nos princípios fundamentais das relações internacionais: respeito estrito à independência, soberania, integridade territorial, direito de autodeterminação e desenvolvimento de cada país conforme sua própria escolha.

Essa luta tem tornado-se crescentemente mais forte. Os acontecimentos dela resultantes e as perspectivas do porvir dependerão de muitos fatores, especialmente a habilidade das nações, dos pacifistas, das forças revolucionárias e progressistas bradarem em uníssono e ter ações concertadas por todo o mundo. Acreditamos fortemente que a solidariedade, a cooperação e a ação coordenada entre os nossos Partidos para levarmos adiante essa luta serão fatores decisivos.

Levando em conta que as mudanças no mundo e no Vietnã estão tornando-se maiores e mais profundas, o PC do Vietnã tem planejado uma renovação política com amplos propósitos, incluindo uma política externa de independência, autonomia, abertura, multilateralismo e diversificação que tem como objetivo aproveitar as condições favoráveis criadas pela revolução na ciência e tecnologia e com a globalização. Simultaneamente, pretendemos restringir e ultrapassar os aspectos negativos da globalização, lutando para derrotar a política imperialista do poder político, a imposição e a intervenção, para os interesses do desenvolvimento sócio-econômico, a melhoria de vida para o povo, a aceleração do processo de industrialização e modernização e para a implantação de duas tarefas estratégicas – a construção do socialismo e a salvaguarda da pátria, contribuindo de maneira ativa para a luta comum dos povos do mundo pela paz, a independência nacional, democracia e progresso social.

Com isso em mente, desejamos que os nossos Partidos consolidem e fortaleçam ainda mais a solidariedade e a cooperação, ampliando a troca de informações e pontos de vista em níveis bilateral e multilateral, coordenando entre nós a arena regional e inter-

nacional, lutando juntos por um mundo de paz, estabilidade, democracia, justiça e desenvolvimento, além da independência nacional e o progresso social pela causa da classe operária e outras classes da população ativa.



## Partido Comunista da Espanha

**A guerra de agressão** e conquista do Iraque supôs, entre outras coisas, uma autêntica violação das instituições que regiam as relações internacionais construídas a partir da vitória dos aliados na II Guerra Mundial. Constitui, talvez, o mais contundente e significativo passo que encerra o período de transição entre o desmantelamento de mundo bipolar e a consolidação da nova ordem da hegemonia incondicional e ilimitada dos Estados Unidos da América que proclamam, sem qualquer simulação, sua vocação para cumprir a missão auto-outorgada de estabelecimento e imposição do que denominam suas "verdades duradouras" e sua interpretação particular dos direitos humanos.

A guerra foi injusta, ilegítima e ilegal. Baseou-se na desproporção, na falta de idoneidade, na mentira. As causas pretensamente invocadas ou se demonstraram inexistentes – a ameaça das armas de destruição em massa – ou o curso dos acontecimentos provou estarem distantes das reais intenções dos invasores – a proclamação cínica de devolver ao povo a liberdade, a autonomia e a capacidade de decisão sobre o seu futuro, quando o que estava articulado era um autêntico protetorado que recorda os piores exemplos do passado.

Durante todo o tempo, a inexistência de uma resolução que tivesse o apoio das regras internacionais, demonstrou sua ilegalidade e a aparente batalha jurídica entabulada a respeito somente demonstrou a profunda depreciação das Nações Unidas por parte das potências agressoras.

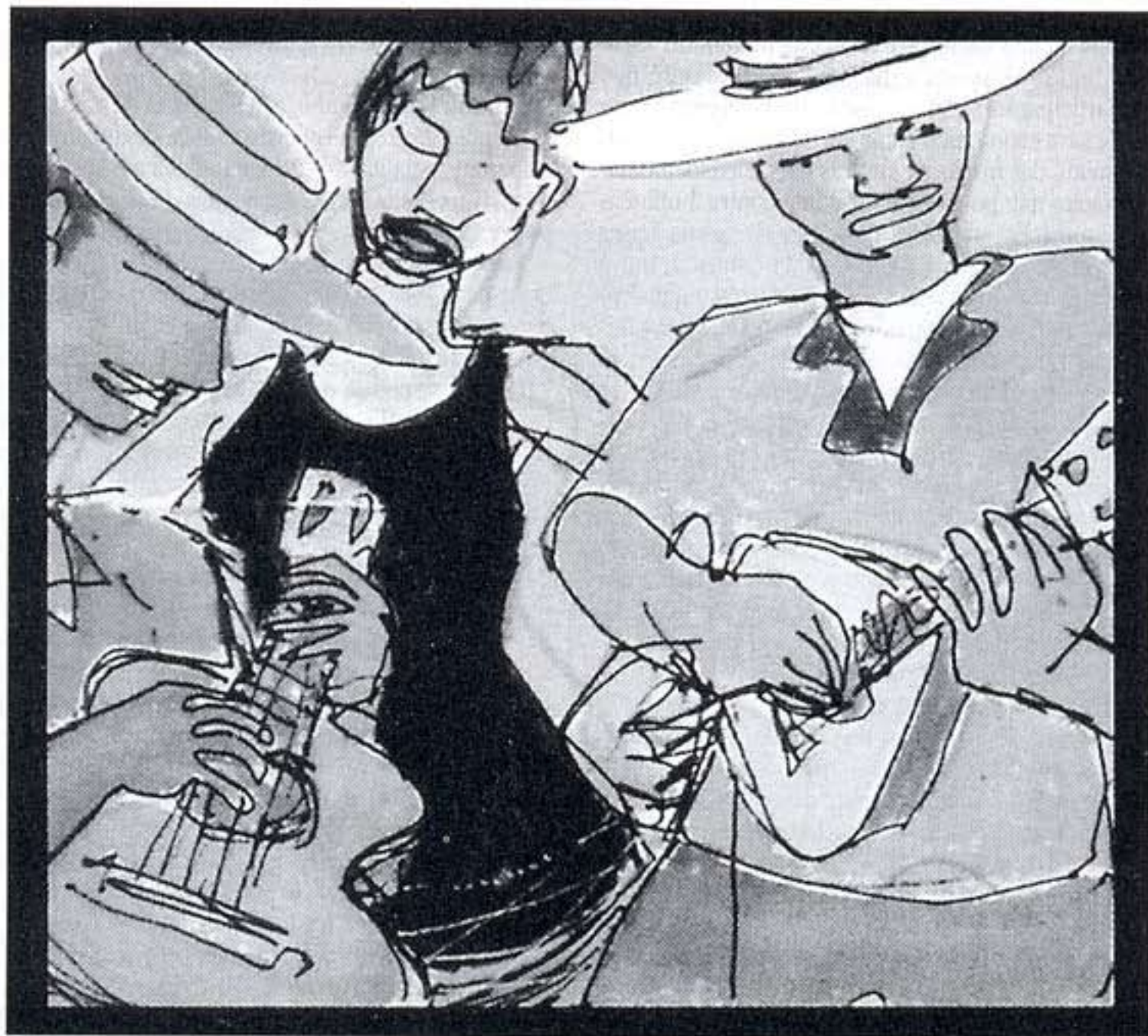
Foi uma guerra de conquista: ocupação do território e a implantação de um sistema de subordinação – política e econômica – com tendência à permanência e com a finalidade geo-estratégica, em médio prazo, de controlar e redesenhar toda a região.

O clamor contra a guerra foi expressão de uma repulsa amplamente compartilhada pela população e, em alguns países, mostrou-se na forma de uma maioria contestadora – por exemplo na Espanha, onde a atitude submissa, limítrofe no servilismo do Governo do Partido Popular, com respeito à coalizão anglo-americana, provocou manifestações de multidões, que não eram vistas desde há muitos anos. Encontramo-nos diante de um movimento pacifista de novo cunho, livre de qualquer atadura burocrática ou orquestrada, mas com toda a espontaneidade e, ainda que, confuso e revoltado quanto à sua organização complexa e pluralista, mostra-se claro em relação ao conteúdo de sua proposta.

Por fim, trata-se de mais uma amostra de como o movimento anti-globalização emerge como uma grande esperança que a cada dia avança na consolidação de novos sujeitos da ação transformadora, naqueles em que a pluralidade e a diversidade não impedem, pelo contrário, estimulam a criação de amplos espaços de debate e unidade de ação. Os fóruns em Porto Alegre e Florência são, entre outros, exemplos de uma nova realidade política e social, à qual não podemos estar alheios em momento algum. Os atores "clássicos" do cenário internacional, Estados e Organizações Internacionais já não são os únicos; uma nova realidade econômica e política força a abandonar qualquer visão jurídico-formal. No conjunto destes "novos atores" é preciso computar desde os partidos políticos e organizações sindicais que ultrapassam os limites estatais até os fóruns sociais em sua multiplicidade de expressão ideológica e territorial. Os partidos políticos que se proclamam como sendo da esquerda transformadora e, em especial os comunistas, não apenas devemos estar apartados desta realidade, mas também devemos nos sentir obrigados a participar dela marcando nosso próprio marco e abandonando qualquer intenção de controle ou subordinação. ●

# POLÍTICAS públicas CULTURAIS

Eduardo Bonfim



*Cabe ao Estado brasileiro o papel indeclinável de zelar, incentivar, promover a cultura do país e sua democratização via inclusão cultural*

**V**ivemos um período de intensa efervescência e polêmicas no campo das idéias. Após os fracassos, seguidos de contundentes desastres sociais, das políticas neoliberais aplicadas em todo o mundo e, em particular, no Brasil, há uma oxigenação e redemocratização das correntes de pensamento, mesmo que antagônicas entre si.

O historiador brasileiro, Nelson Werneck Sodré – com razão, acredito –, proclamou: “Quem não tem posição política não tem alma”. Assim, em meio ao novo momento histórico em que vivemos – decorrente das vitórias das esquerdas e segmentos patrióticos em todo o país com a eleição de Lula em outubro do ano passado, incluindo também, os diversos governos estaduais de cunho democrático e progressista – são retomados os caminhos interrompidos pela época, imposta, do chamado pensamento único, que reinou durante oito anos.

Ao proclamar o falso conceito do livre mercado entre as nações, os defensores internos desta doutrina agiram como verdadeiros cavalos de Tróia em seus países. Porque o que existe é uma verdadeira guerra econômica, quando não militar mesmo, por parte de meia dúzia de nações poderosas contra os outros países, incluindo o Brasil. Guerra de produtos subsidiados.

Faço esta introdução para constatar os efeitos danosos deste traiçoeiro princípio no campo da cultura em geral porque esta, lato sensu, abrange o mundo das artes, mas suas fronteiras são bem mais extensas. Representa a formação histórica de uma nação ou região, suas raízes antropológicas, etimologia, os diversos confrontos que afirmam a nacionalidade.

O país e as regiões que o compõem representam distintos berços daquilo que se chama brasilidade. Como diria Darcy Ribeiro, das nossas gentidades. Que conformou, através de muitas lutas sangrentas inclusive, uma cultura rica e própria.

E quando falo de cultura, não me refiro apenas aos letrados. Zumbi dos Palmares, por exemplo, e tantos outros, foram líderes, heróis e mártires, sem nenhuma possibilidade de entrarem no rol das Academias.

Nunca freqüentaram círculos de finos talheres de prata e punhos de renda. Muito pelo contrário, possuíam as mãos calejadas pelas íngremes escarpas e sangradas, fruto de implacáveis perseguições.

Hoje, quando se fala em políticas públicas culturais trata-se, em primeiro plano, de resgatar a nossa identidade, a nossa auto-estima através desta rica e sofrida trajetória. Em segundo lugar, zelar pelas nossas renovações, os novos valores da terra e do país.

É bom deixar isso muito claro porque se procura fazer uma confusão proposital e esquisita com estas priorida-

des. Ninguém está defendendo que nos fechemos como ostras. Seria um absurdo, uma loucura completa.

Devemos nos abrir às grandes contribuições da humanidade em todos os setores, inclusive o cultural. É da nossa tradição, igualmente, o respeito pela liberdade de expressão e opinião, principalmente no campo das artes. Até porque, do arbítrio, nossa geração foi uma grande vítima. Mas, como diz o povo, “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”.

Quer dizer, devemos zelar pelo que é nosso. Por aquilo que nos é caro e rico, porque diz respeito ao que nós somos, com as nossas virtudes e nossos defeitos. Se vamos nos superar, e o faremos, será partindo das nossas raízes.

Porque muito já se afirmou que não se domina um povo e conquista-se definitivamente a sua cidadela sem destruir a sua auto-estima, a sua identidade e principalmente as suas raízes. Hoje, mais que nunca, esta é uma questão atualíssima.

Qualquer governo comprometido com a soberania nacional não pode fugir à responsabilidade de zelar pelas permanências e renovações do seu povo. Não se trata de rejeitar a produção elevada do conhecimento humano universal. Isto produziria um imenso e imperdoável atraso em todas as áreas da elaboração e realização científica ou cultural.

O que se encontra em jogo é outro problema. Constitui-se na necessidade de evitar a aculturação deste patrimônio nacional, através de um bombardeio teórico, ideológico, imposto pelas grandes potências hegemônicas, apoiadas por ilimitados instrumentos de comunicação que aviltam as riquezas culturais das outras nações.

Neste sentido, cabe ao Estado brasileiro, e aos regionais, o papel indeclinável de zelar, incentivar, promover a cultura do país e a sua democratização, através da inclusão cultural.

Quando querem nos impor uma inútil cultura de mercado, através de bugigangas já descartadas, ou mesmo uma indisfarçável propaganda ideológica, nossa tarefa institucional será promover um mercado para a cultura nacional. Confundir esta tarefa vital ao nosso contínuo histórico com “dirigismo artístico”, trata-se de muita ingenuidade, confusão, proposital ou não. 🍷

**Eduardo Bomfim** é Secretário de Estado de Cultura de Alagoas e membro do Comitê Central do PCdoB.

**Quando se fala em políticas públicas culturais trata-se de resgatar nossa identidade através desta rica e sofrida trajetória.**

# A história do jornal A Classe Operária

**Jornal A Classe Operária – Aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional**, Apolinário Rebelo, São Paulo, Anita Garibaldi, 2003, 111 pp.

O jornalista Apolinário Rebelo lançou, em Brasília, o livro *Jornal A Classe Operária – Aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional*. É o primeiro livro a relatar a história do jornal *A Classe Operária*, órgão central do Partido Comunista do Brasil, em circulação desde 1º de maio de 1925.

Apolinário remonta aos primeiros passos do movimento operário no Brasil na virada do século 18 para o século 19. Relata a fundação do Partido Comunista e as condições em que foi criado o jornal. Mostra a influência das opiniões de Karl Marx e Vladimir Lenin e as idéias que defendiam sobre o papel organizativo, político e ideológico de um jornal comunista para a transformação ou revolução social.

O livro traz a opinião política dos comunistas em seus 81 anos de história, relatada nas páginas do jornal. Mostra a luta contra a censura durante o Estado Novo (1937/1945) e o Regime Militar (1964/1985). Traz um caderno de fotografias, reproduzindo edições do jornal de várias décadas do século passado até números recentes. Narra episódios heróicos, como o do militante que, após o golpe do Estado Novo, em 1937, se viu cercado pela polícia na casa onde funcionava a gráfica, dinamitou a impressora e a casa e saiu pela janela trocando tiros com a polícia, até ser morto.

Na opinião do professor Luís Fernandes, do Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ e do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense-UFF, “o livro de Apolinário Rebelo nos permite, assim, recompor a história do amadurecimento político dos comunistas brasileiros — com toda a sua carga de sofrimento, heroísmo, derrotas, divisões e realizações — através das páginas do seu principal veículo de organização e divulgação: o jornal *A Classe Operária*. Como o Partido Comunista é a organização política mais antiga em atividade no país,



trata-se de importante contribuição não só para a história da comunicação no Brasil, como para a nossa própria história política. Para os comunistas brasileiros trata-se, ademais, de leitura imprescindível para refletir sobre os desafios da comunicação e da organização coletiva na nova etapa da luta pela hegemonia política no país, em que, pela primeira vez na sua história, o Partido Comunista integra o governo nacional”.

Na obra, que inicialmente foi monografia de conclusão a seu curso de jornalismo, Apolinário reúne material e referências bibliográficas “para novas e mais profundas viagens nesse vasto e

rico terreno que é a imprensa comunista no Brasil”, informa o autor: “Não só *A Classe Operária*, que é o órgão mais perene e importante, mas os jornais diários em várias épocas, os jornais específicos de jovens, mulheres, camponeses e de outros setores ou categorias sociais”.

Apolinário destaca que a imprensa comunista, “numa época de monopolização e ofensiva política nunca vistas no campo das idéias, resiste, persiste e insiste, dando uma prova cabal de que o socialismo não morreu, mesmo porque o capitalismo permanece vivo, concentrando riqueza, poder e progresso tecnológico nas mãos de poucos países e mantendo as suas contradições, que agravam a exclusão social e o desemprego, promovem o desenvolvimento desigual entre nações e continentes e ampliam a miséria de milhões de seres humanos”.

O livro aborda também os principais meios de comunicação do país e seus vínculos e interesses políticos e sociais. *A Classe Operária – Aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional* torna-se, assim, fonte de consulta e de reflexão para todos os que atuam e se interessam pelos caminhos do movimento popular brasileiro.

Pedidos para a Editora Anita Garibaldi, rua Monsenhor Passalacqua, 158, São Paulo/SP, CEP 01323-010, fone (11) 3266-4312, livraria@anitagaribaldi.com.br. O livro tem 112 páginas e custa R\$ 15,00 o exemplar.

Carlos Pompe



# Vicissitudes latino-americanas

**Liberalismo e ditadura no Cone Sul**, João Quartim de Moraes, *Coleção Trajetória, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Unicamp)*

Este livro é uma coletânea de artigos produzidos a partir da década de 1970 quando, exilado em Paris, Quartim de Moraes abandonou seu doutorado em História da Filosofia Antiga para se “concentrar no estudo do Brasil”, especialmente sobre a natureza de classe do Estado brasileiro.

O autor procura analisar as situações em que as Forças Armadas “extrapolam suas funções” e passam a assumir “o controle dos organismos essenciais do aparelho estatal, cessando de ser apenas o ‘braço armado’ do poder de Estado para tornar-se governo”, ou seja, quando se instaura uma ditadura militar.

No Brasil, e na América Latina em geral, a “extrapolação funcional” foi uma resposta à crise do modelo de desenvolvimento capitalista e, por conseqüência, à crise da própria hegemonia burguesa. No entanto, o resultado dessa extrapolação, o seu conteúdo político e social, não pode ser extraído dessa constatação – a experiência brasileira e a peruana demonstram isso.

O regime militar peruano, instalado em 1968, foi um regime progressista fundamentalmente. Realizou uma ampla reforma agrária que melhorou o nível de vida das massas populares peruanas. Adotou uma política externa independente e aplicou um plano econômico que nacionalizou diversas empresas estrangeiras.

Aqui, os governos militares tiveram um conteúdo antipopular. Os militares sacrificaram o liberalismo político em nome da liberdade do mercado, da livre iniciativa. O projeto da grande burguesia monopolista, em aliança com o imperialismo e o latifúndio, foi assentado numa articulação entre o fascismo, no campo político, e o liberalismo, na economia. Provando que aqui liberalismo e fascismo não eram excludentes.

O autor também critica as teses que afirmam que as Forças Armadas teriam exercido papel de poder moderador no curso da história republicana brasileira. Para ele, pelo contrário, a participação dos militares na vida política cumpriu, em geral, um papel desestabilizador. Isso poderia ser demonstrado pelas crises ocorridas em 1911-1912, 1922-1926, 1930, 1937 e 1945. Nestes três últimos casos, embora as Forças Armadas tenham desempenhado “um papel decisivo na mudança do regime, a cúpula militar não reivindicou o poder para si”. Em 1964, ao contrário, a cúpula

militar tomou o poder e passou a exercê-lo diretamente.

No Brasil, as condições para a “extrapolação funcional” das Forças Armadas e a implantação da ditadura militar foram sendo gestadas a partir da Proclamação da República, mas se consolidaram no pós-30. “Foi a centralização do poder militar que criou as condições objetivas para que as Forças Armadas se tornassem sujeito político coletivo”. Embora alerte que “a centralização do poder militar explica como se tornou possível a ‘política do Exército’, mas por si só não nos faz compreender o conteúdo desta política”.

Para o autor, “foi a incorporação do pró-americanismo ao arsenal doutrinário das Forças Armadas brasileiras (...) que levou à institucionalização do pensamento antidemocrático”. Gradualmente, a cúpula das Forças Armadas abandonou a noção de “defesa nacional” substituindo-a pela de “segurança nacional”.

Outro artigo emblemático é o que trata da situação do Chile, escrito às vésperas do golpe militar de 1973. Ele mostra todas as esperanças e ilusões depositadas pela esquerda latino-americana na experiência chilena de transição pacífica para o socialismo. A vitória da Unidade Popular, segundo o autor, “tornaria possível uma experiência que os céticos de toda sorte consideravam de antemão condenada: ultrapassar a dominação burguesa a partir da legalidade burguesa, transformar o conteúdo econômico, respeitando as formas políticas, em resumo, a via legal, pacífica, de transição para o socialismo”. Poucos dias depois da publicação desse artigo os militares derrubaram o governo socialista de Allende para implantar uma das piores ditaduras do continente.

Os últimos capítulos do livro em questão tratam da conjuntura brasileira da década de 80, especialmente dos limites da transição democrática no Brasil de Figueiredo à Nova República, chegando ao conturbado processo de implantação do neoliberalismo.

Por tudo isso, o livro de Quartim de Moraes ajuda-nos a compreender melhor as vicissitudes do processo político latino-americano, e brasileiro, especialmente a partir da década de 1960. Segundo o autor, as causas do nosso drama estão relacionadas, em última instância, ao fato de que, embora tenhamos mudado de regime, “o poder do dinheiro continua a manter o dinheiro no poder”.

Augusto César Buonicore

**Fundador e Diretor:** João Amazonas (1912-2002)  
**Editores:** Adalberto Monteiro, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira  
**Comissão Editorial:** Adalberto Monteiro, Augusto César Buonicore, Edvar Luiz Bonotto, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira  
**Conselho Editorial:** Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Bernardo Joffily, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Loreta Valadares, Luciano Martorano, Luis Fernandes, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Nereide Saviani, Olival Freire Jr., Olívia Rangel, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Rogério Lustosa (1943-1992), Sílvio Costa, Umberto Martins e Walter Sorrentino  
**Secretário de Redação:** Edvar Luiz Bonotto - correio eletrônico: revista.principios@terra.com.br  
**Jornalista Responsável:** Pedro de Oliveira  
**Projeto Gráfico:** Flávio Nigro  
**Diretor de Produção e Comercial:** Divo Guisoni  
**Administração:** Zandra de Fátima Baptista  
**Departamento de Circulação:** Claudia de Medeiros  
**Editoração Eletrônica:** Marília Rodela Oliveira  
**PRINCIPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi**  
**R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010 - São Paulo - SP**  
**Tel.: (011) 289-1331 e 3266-4312 - anita.garibaldi@uol.com.br**

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**PONTOS DE VENDA: SÃO PAULO:** R. Condessa de Joaquim, 272 - fone 3107-3093; **FNAC:** Praça dos Omagás, 34 - fone 3815-1099; **Banca GV:** Av. Nove de Julho, 2029 - fone 284-3726; **Banca do Estadão:** Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 231-3458; **EDUSP:** fone 3818-4008; **Emporium Cultural Vergueiro:** Rua Vergueiro, 1877 - fone 5571-8671; **Banca Ana Rosa:** Av. Cons. Rodrigues Alves, 20 - fone 5571-4304; **Banca Paulista:** Av. Paulista, 1948 - fone 288-8241; **Banca Paraíso:** Rua Rafael de Barros, 86 - fone 3889-8416; **Banca Central:** Pça. Pres. Castelo Branco, 44 - fone 4057-2043; **Banca Silvio Romero:** Pça. Silvio Romero, 18 - fone 6941-6908; **Banca Liberdade:** Pça. da Liberdade, 84 - fone 3104-9408; **CPV:** Rua São Domingos, 224 - fone 3104-7995; **Banca Pedro Soares:** R. Pedro Soares de Andrade, 669-S. Miguel Paulista. **ACRE:** Rua Rio Grande do Sul, 65 - fone 244-1406. **MACEIÓ:** Rua Saldanha da Gama, 148A - fone 326-4441. **MANAUS:** Rua Luís Antony, 762 - fone 622-1682. **MACAPÁ:** Rua Jovino Dinoar, 2510 - fone 241-4450. **BAHIA:** Rua do Salete, 330 - fone 328-6828. **FORTALEZA:** Av. Universidade, 3199 - fone 281-9217. **BRASÍLIA:** SDS Conj. Baracá, bl F, salas 501/503 - fone: 224-0491. **VITÓRIA:** Rua Prof. Baltazar, 152 - fone 3222-8162. **GOIÂNIA:** Rua 232, 50 - fone 224-6372; **Banca do SESC:** Av. Universitária, esq c/rua 260; **Banca Universitária I:** Av. Universitária, 1140; **Banca Universitária II:** Pça. Universitária, Qd 62 - fone 261-4335; **Banca do Dy:** Rua 09, 574 - fone 225-7920; **L e R Revistaria Hoje:** Goiânia Shopping, Av. T-10-Sector Bueno. **SÃO LUÍS/MA:** Rua da Viração, 118 - fone 221-4556. **MINAS GERAIS:** Rua Bias Fortes, 1097 - fone 3291-6766. **CAMPO GRANDE:** Rua Artur Jorge, 1256, bl D/Ag. 02 - fone 721-1390. **CUIABÁ:** Rua Luís Carlos Pinheiros, 323 - fone 321-2833. **BELÉM:** Av. Gentil Bittencourt, 2484 fone 269-3430. **JOÃO PESSOA:** Rua Desembargador José Peregrino, 322 - fone 221-8325. **RECIFE:** Rua Bispo Cardoso Ayres, 101 - fone 3231-2038; **Livromagazine:** Av. Conde da Boa Vista, 688 - fone 231-0036; **Livraria Modelo** (Shopping Center Recife): fonofax 465-5919; Shopping Tacaruna: fonofax 421-6460 e Shopping Guararapes: fonofax 468-4426; **Livraria Imperatriz:** Shopping Tacaruna - fone 421-6667 e Shopping Guararapes - fone 464-2424; **Livraria Síntese:** R. do Riachuelo, 202 - fone 221-4044; **Livraria Potylivros:** Av. Conde da Boa Vista, 1413 - fone 423-1100; **Livraria Sodiler:** Aeroporto dos Guararapes - fone 326-0883; **Bazar 494:** R. da Hora, 456 - fone 241-9842; **Livraria 1001 Livros:** R. do Príncipe, 410 - fone 221-2270; **Banca Globo I:** Av. Guararapes - fonofax 224-0317; **Banca Destaque:** Av. Conde da Boa Vista, 814 - fone 222-0799; **Box Viva Ler:** Shopping Boa Vista, quiosque 132; **Senhor Martins:** Pátio de São Pedro, 25 - fone 424-1366. **TERESINA:** Rua Eliseu Martins, 1673 - fone 221-2635. **CURITIBA:** Av. Vicente Machado, 18/Conj. 503 - fone 232-5785. **RIO DE JANEIRO:** Rua Rodrigo Silva, 06 - fone 2533-7303. **NATAL:** Rua Vaz Godin, 86 - fone 211-8412; **Cigarreira Tio Patinhas:** Av. Rio Branco, 682A - fone 222-0760; **Cigarreira o Revistão:** Rodoviária - fone 231-2765; **Cigarreira Calção:** Centro; **Cooperativa Cultural da UFRN:** Centro de Convivência - Campus Universitário. **PORTO VELHO:** Rua 15/220 Conj. Parque Bunitis - fone 981-6545. **BOA VISTA:** Av. Mario Homem de Melo, 1081 - fone 224-2107. **PORTO ALEGRE:** Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-2154. **FLORIANÓPOLIS:** Pça. Oliveira, 18 Sobrelaja 3 - fone: 3025-4227. **ARACAJU:** Rua Simão Dias, 642 - fone 211-2218; **Banca São Francisco:** Pça. Olímpio Campos; **Banca Ponte do Imperador:** Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; **Livraria Escaniz:** Shopping Jardins Ij. 81/83; **Livraria Universitária:** Didática I (UFS); **Livraria Minuano:** Didática II (UFS). **GURUPI/TO:** Rua Alicante, 376 - fone 712-2479.

## China

“(...) A atual política econômica implantada na China após a eclosão da crise asiática, baseada na formação de um mercado interno de massas e tendo como meio o alavancamento infra-estrutural, é mais uma prova da capacidade chinesa de enfrentar seus desafios tanto internos quanto externos.

A este lado do mundo coloca-se a tarefa imediata de desmistificar falsos desafios (inflação) e enfrentar nossos verdadeiros desafios.

Os comunistas chineses são exemplo para tão árdua tarefa.”

*Elias Jabbour*  
 São Paulo/SP

## Cultura

“(...) Cultura como filosofia de governo gera renda, é social, amplia os horizontes. Por isso mesmo, devemos estar abertos a importar e exportar culturas. Este é o motor da mudança: pelo intercâmbio e a troca nos desenvolvemos. A cultura integra ações, dá sentido às realizações e reformas dos governos. Ela é o fio condutor que une o direito à saúde, ao transporte, à moradia, à escola, ao trabalho, à cidadania. Com a cultura, e só com ela, conduziremos nossa sociedade à igualitária democracia, recolocando os cidadãos no caminho da emancipação humana.

Um programa de governo pautado no princípio da cidadania cultural administra a cultura de forma integrada, sistêmica. Reconhece no patrimônio histórico e cultural a base para toda a sua ação, preservando todos os bens que se constituem em referências fundamentais para a afirmação e construção de nossas identidades. Forma consciências; oferece alternativas e amplia o repertório cultural do povo. Informa, democratiza o conhecimento, respeita as diferenças. Convida as pessoas a refletirem sobre sua realidade. Cria. Transforma.”

*Célio Turino*  
 São Paulo/SP

## Juros

“O Banco Central agiu em agosto: ampliou a capacidade dos bancos de concederem crédito (o depósito compulsório sobre os depósitos à vista caiu de 60% para 45%) e reduziu a taxa de juros básica da economia em dois e meio pontos percentuais, de 24,5% ao ano para 22,0% ao ano.

É um começo, embora ainda falte muito para normalizarmos a situação econômica e para chegarmos mais perto dos níveis de taxas de juros de outros países, como a Coréia, onde a taxa de juros é de 4,5% ao ano, Chile (3%) ou China (2%).

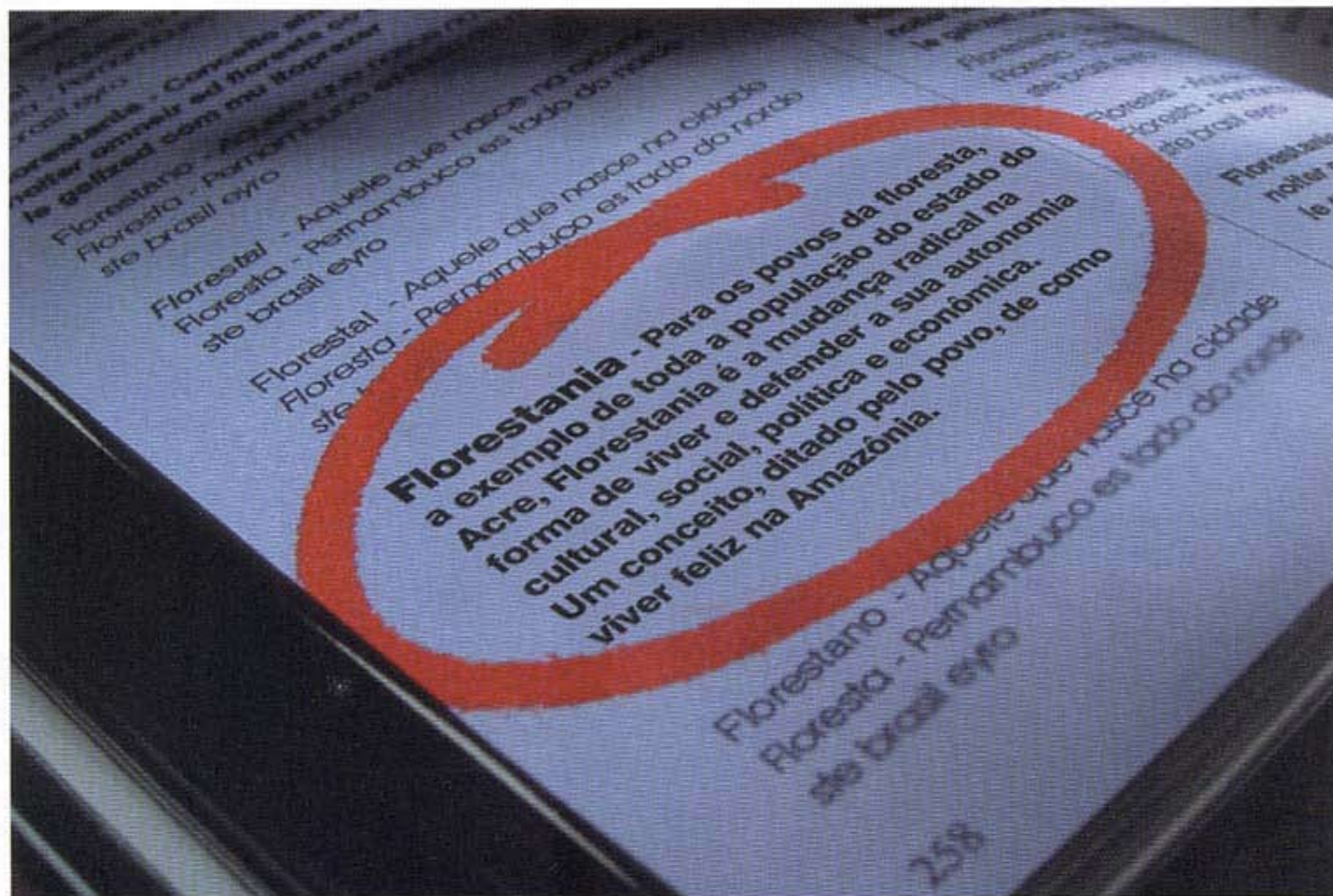
A atual taxa continua muito elevada sob dois outros pontos de vista: 1) Com relação à taxa básica que prevalecia no período imediatamente anterior ao início da escalada de juros (setembro de 2002), ou seja, 18% ao ano; 2) Em termos reais, o atual nível da taxa básica significa uma taxa real esperada de quase 16% ao ano. (...)”

*Carta IEDI*

*Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial*

# Florestania

Os povos da floresta estão escrevendo um novo verbete.



**Florestania:** Para os Povos da Floresta, a exemplo de toda a população do estado do Acre, Florestania é a mudança radical na forma de viver e defender a sua autonomia cultural, social, Política e econômica. Um conceito, ditado pelo povo, de como viver feliz na Amazônia.

O povo e o Governo do Acre praticam esse conceito. Cuidando das pessoas, da terra e dos seus recursos, buscam o desenvolvimento pautado na cultura amazônica, na consciência ecológica e na economia sustentada.

O manejo florestal e o extrativismo se associam à inovação nos negócios, na indústria, agricultura familiar e pecuária em áreas já desmatadas. O zoneamento ecológico tem a adesão dos setores produtivos porque não é lei, mas um pacto com a sociedade. O respeito aos povos indígenas dita avançadas propostas de convivência e integração.

História, cultura, território, biodiversidade, tudo é cuidado para agregar qualidade à vida nas cidades, campos e aldeias, nas florestas e rios do Acre.





# 30 SEM ANOS **NERUDA**

Setembro de 2003. Há trinta anos um golpe militar insano manchou de sangue a branca Cordilheira dos Andes. O governo Salvador Allende foi deposto e substituído por uma tirania hedionda. Em 11 de setembro 1973, data do golpe militar, cai morto o presidente Allende. Vinte e dois dias depois, em 23 setembro, deixa de viver o poeta Pablo Neruda.

Princípios rende suas homenagens ao legado do Chile patriótico, popular e democrático de Allende, reverenciando Neruda – homem que fez de sua vida e de sua poesia um combate em defesa dos oprimidos. Ele nos legou vigoroso canto de paixão, de afeto, de louvor à natureza e de certeza quanto ao triunfo do mundo novo e da aurora humana.

## **Recabarren** (trechos)

*In Canto Geral*

(...)

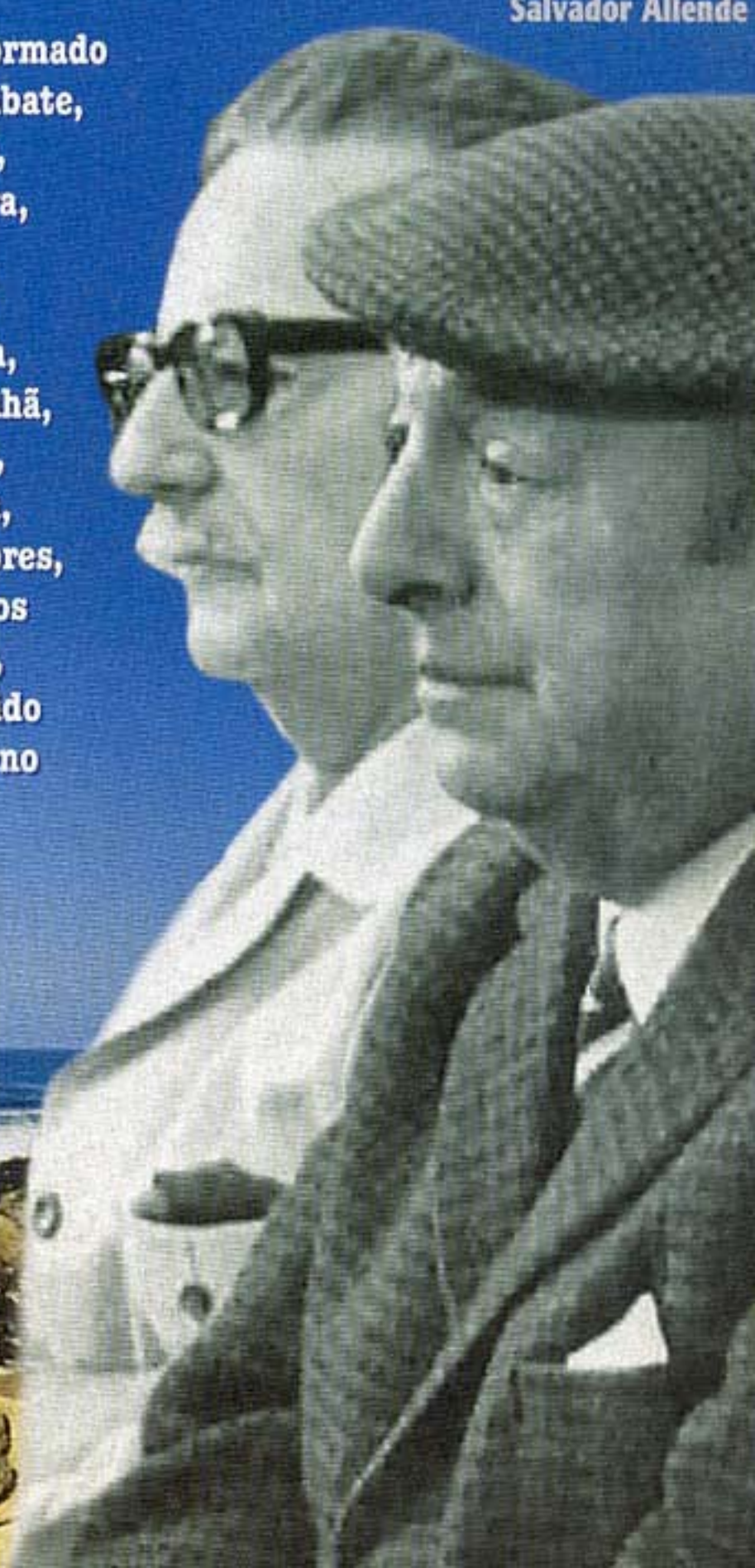
É foi pela pátria inteira  
fundando povo, levantando  
os corações quebrantados.  
Seus jornais recém impressos  
entraram nas galerias  
do carvão, subiram ao cravo,  
e o povo beijou as colunas  
que levaram pela vez primeira  
a voz dos atropelados.

Organizou as soledades.  
Levou os livros e os cantos  
até os muros do terror  
juntou uma queixa a outra queixa,  
e o escravo sem voz nem boca,  
o extenso sofrimento,  
se fez homem, se chamou Povo,  
Proletariado, Sindicato,  
ganhou pessoa e postura.

É este habitante transformado  
que se construiu no combate,  
este organismo valoroso,  
esta implacável tentativa,  
este metal inalterável,  
esta unidade das dores,  
esta fortaleza do homem,  
este caminho para amanhã,  
esta cordilheira infinita,  
esta germinal primavera,  
este armamento dos pobres,  
saiu daqueles sofrimentos  
do mais fundo da pátria,  
do mais duro e mais ferido  
do mais alto e mais eterno  
e se chamou Partido.

Partido  
Comunista.

Pablo Neruda e  
Salvador Allende



Anita Garibaldi